

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciência Política - Ipol

Cleiton Euzébio de Lima

**AS NOMEAÇÕES PARA O PODER EXECUTIVO NO BRASIL
A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Brasília, 2011

AS NOMEAÇÕES PARA O PODER EXECUTIVO NO BRASIL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Autor: Cleiton Euzébio de Lima

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política, sob orientação da Professora Doutora Flávia Millena Biroli Tokarski.

Banca:
Prof. Doutora Flávia Millena Biroli Tokarski (UnB)
Prof. Doutor Luis Felipe Miguel (UnB)
Prof. Doutora Clara Maria de Oliveira Araújo (UERJ)

Brasília, 2011

A minha mãe e ao meu pai.

Je vis dans un monde où plein de choses que je pensais impossibles sont possibles. (Guillaume Dustan, Dans ma chambre)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos pelo apoio em todos os momentos da realização deste trabalho.

A minha orientadora pela paciência e dedicação e por ser fonte de inspiração acadêmica desde o meu primeiro semestre na graduação.

Aos professores do Instituto de Ciência Política, em especial aos professores Luis Felipe Miguel e Rebecca Abers, por todo o conhecimento compartilhado.

Aos meus amigos, pelo estímulo nos momentos de desânimo e pela companhia nos momentos de distração, em especial ao Jorge e Alessandra. Ao Jorge agradeço ainda a cuidadosa revisão do texto deste trabalho.

Às amigas do UNIFEM, agora ONU Mulheres, por compartilharem os anseios e os esforços na luta diária pela defesa e promoção dos direitos das mulheres.

Aos novos colegas do UNODC pela compreensão nos momentos finais de realização deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma análise das nomeações para o Poder Executivo federal, estadual e municipal no Brasil, a partir de uma perspectiva de gênero. As desigualdades de gênero na política são consideradas como resultantes da separação liberal das esferas pública e privada. A demanda por maior participação das mulheres é justificada pela necessidade de incorporar às democracias as perspectivas dos diferentes grupos sociais.

A pesquisa aponta que, além de reduzida, a presença das mulheres nos cargos de nomeação no executivo é ainda limitada a certas áreas da política. No trabalho, ainda, são analisados os perfis e trajetórias dos nomeados, destacando as oportunidades e obstáculos diferenciados na construção das carreiras políticas de homens e mulheres.

Palavras-chave: gênero, participação política, Poder Executivo, cargos nomeados, carreira política.

ABSTRACT

This dissertation presents an analysis of the nominations for the federal, state and municipal executive power in Brazil, from a gender perspective. The gender inequalities in politics are considered a result of the liberal separation of the public and private spheres. The demand for more women participation is justified by the need to incorporate the perspectives from different social groups in the democracies.

This study indicates that the women's presence in executive power positions is not only reduced but limited to certain political areas. In this work, profiles and personal trajectories of the appointed public officials will be analyzed, stressing the different opportunities and obstacles in the construction of the political careers for both men and women.

Key-words: gender, political participation, Executive Power, appointed positions, political career.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Percentual de mulheres candidatas e eleitas para a Câmara Federal de 1990 a 2010	51
Tabela 2. Percentual de mulheres candidatas e eleitas para as Assembléias Legislativas estaduais e distrital de 1990 à 2010	53
Tabela 3. Percentual de mulheres candidatas e eleitas para as Câmaras Municipais de 1992 à 2008	53
Tabela 4. Percentual de mulheres eleitas para o legislativo federal e estadual em 2006 e 2010, e municipal em 2004 e 2008, por região.	54
Tabela 5. Percentual de mulheres candidatas e eleitas para as prefeituras municipais de 1992 à 2008.	56
Tabela 6. Percentual de mulheres eleitas e candidatas para os governos estaduais/distrital de 1990 à 2010.	57
Tabela 7. Percentual e número absoluto dos ministros/as nomeados/as no governo de Lula em 2003 e 2010, distribuídos por sexo.	66
Tabela 8. Percentuais e números absolutos dos secretários e secretárias dos ministérios no ano de 2010 distribuídos/as por sexo.	68
Tabela 9. Percentual e número absoluto dos/as ministros/as nomeados/as para o governo de Dilma Roussef em 2011 distribuídos por sexo.	68
Tabela 10. Percentual e número absoluto dos/as secretários/as ministeriais nomeados/as no governo de Dilma Roussef em 2011, por sexo.	69
Tabela 11. Percentual e número absoluto das /os secretários/as ministeriais nomeados/as para o governo de Dilma Roussef em 2011 e nomeados para o governo de Lula (2010), distribuídos/as por sexo e sexo do/a ministro/a.	70
Tabela 12. Percentual e número absoluto de secretários e secretárias de acordo com o sexo nos anos de 2007 e 2011.	73
Tabela 13. Percentual e número absoluto das secretarias existentes em 2007 e 2011 distribuídas por categoria.	77
Tabela 14. Percentual e número absoluto dos secretários e secretárias nomeados/as em 2007 e 2011 distribuídos por sexo e categoria da secretaria.	77
Tabela 15. Percentual dos/as secretários e secretárias nomeados em 2007 e 2011 distribuídos por sexo e sexo do/a governador/a.	80
Tabela 16. Percentual das/os secretárias/os nomeados em 2007 e 2011 distribuídos por sexo e região geográfica.	80
Tabela 17. Percentual e número absoluto de mulheres nomeadas para as secretarias estaduais em 2007 e 2011, eleitas para as Assembléias Estaduais e eleitas para a Câmara Federal em 2006 e 2010 e eleitas para a Câmara de Vereadores em 2008.	81
Tabela 18. Distribuição das/os secretárias/os por sexo e posição ideológica do partido do governador/a.	84

Tabela 19. Número Absoluto e Percentual de secretários e secretárias municipais nomeados em 2009 distribuídos pelo sexo	85
Tabela 20. Percentual de secretários e secretárias municipais nomeados em 2009 distribuídos pelo sexo e categoria da secretaria.	85
Tabela 21. Percentual de secretários e secretárias municipais nomeados em 2009 distribuídos pelo sexo e região geográfica.	86
Tabela 22. Percentual dos secretários e secretárias municipais nomeados em 2009 distribuídos por sexo e posição ideológica do partido do prefeito.	86
Tabela 23. Percentual e número absoluto dos secretários e secretárias nomeados/as em 2007 e 2011 que se candidataram nas eleições de 2006 e 2010.....	90
Tabela 24. Percentual e número absoluto dos secretários e secretárias nomeados/as em 2007 e 2011 distribuídos por faixa etária.	91
Tabela 25. Percentual e número absoluto dos secretários e secretárias nomeados/as em 2007 e 2011 distribuídos por estado civil.....	93
Tabela 26. Percentual e número absoluto dos secretários e secretárias nomeados/as em 2007 e 2011 distribuídos por faixa de escolaridade.	93
Tabela 27. Percentual e número absoluto dos secretários e secretárias nomeados/as em 2007 e 2011 distribuídos por perfil ideológico de filiação partidária.	95
Tabela 28. Percentual e número absoluto dos secretários e secretárias nomeados/as em 2007 e 2011 distribuídos por equivalência partidária em comparação ao partido do governador/a.	95
Tabela 29. Percentual e número absoluto dos secretários/as nomeados em 2007 candidatos e eleitos nas eleições de 2006 distribuídos por cargo em disputa.	97
Tabela 30. Percentual e número absoluto dos secretários/as nomeados em 2011 candidatos e eleitos nas eleições de 2010 distribuídos por cargo em disputa.	98
Tabela 31. Percentual e número absoluto dos secretários/as nomeados em 2006 candidatos e eleitos nas eleições de 2010 distribuídos pelos cargos em disputa.....	99
Tabela 32. Número absoluto dos secretários nomeados em 2007 e 2011 e que concorreram às eleições em 2010.	102

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1	15
1.1. Patriarcado, contratualismo e crítica feminista.....	17
1.2. O movimento feminista e suas interpretações para a dicotomia público e privado.	23
1.3. As implicações da dicotomia para a configuração presente da participação das mulheres na política.....	28
1.4. Buscando soluções: por uma dicotomia igualitária para homens e mulheres.	32
CAPÍTULO 2	34
2.1. A diferença moral entre homens e mulheres como justificativa para a entrada das mulheres na arena política.	36
2.2. A demanda pela inclusão de interesses e perspectivas femininas como necessária para uma democracia justa.	41
2.3. As mulheres na política brasileira	48
CAPÍTULO 3	59
3.1. Revisão da literatura	60
3.2. As nomeações para o Poder Executivo Federal no Brasil.....	66
3.3. As nomeações para o Poder Executivo Estadual.....	72
3.4. As nomeações para o Poder Executivo Municipal.....	84
3.5. Uma análise dos perfis e trajetórias políticas dos secretários/as do Poder Executivo Estadual.	88
3.5.1. Perfis dos secretários e secretárias estaduais.....	91
3.5.2. Trajetórias políticas dos secretários e secretárias estaduais.....	96
CONCLUSÃO.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

INTRODUÇÃO

A participação das mulheres na política sempre representou importante bandeira dos diversos movimentos feministas e femininos nos países ocidentais, sobretudo a partir do século XX, com a ascensão da luta sufragista nessa região. Apesar dos importantes progressos obtidos, o campo político segue como um dos espaços sociais no qual a exclusão das mulheres aparece de forma mais nítida.

A última edição do relatório *O Progresso das Mulheres no Mundo* (UNIFEM, 2009) aponta que, apesar do constante crescimento, a média mundial de mulheres nos parlamentos nacionais é de 18,4%. De acordo com o relatório, continuando o crescimento nesse mesmo ritmo, levará cerca de vinte anos para que os países desenvolvidos, e cerca de quarenta anos para todos os outros países, alcancem o “limiar da paridade”, segundo o qual nenhum dos sexos ocupa mais de 60% dos lugares.

De acordo com o levantamento realizado pela *Inter-Parliamentary Union* (IPU)¹ o Brasil encontra-se hoje na 109.^a posição entre os 187 países analisados, considerando a presença das mulheres nas Câmaras Baixas. Enquanto a média do percentual de mulheres nas Câmaras Baixas nas Américas é de 22,6%, no Brasil, nas últimas eleições, o percentual foi de 8,8%, menor que de todos os países vizinhos do Cone Sul: Argentina (38,5%), Uruguai (15,2%), Chile (14,2%) e Paraguai (12,5%).

Se, por um lado, no Brasil, os resultados eleitorais das mulheres nos pleitos para as casas legislativas em seus três níveis (federal, estadual e municipal) têm sido constantemente investigados, por outro, os cargos do executivo não têm ganhado a mesma atenção na academia. Acreditamos que isso possa ser explicado pela inexistência de um impacto direto das cotas nas eleições majoritárias no Brasil² e pela maior facilidade para a realização de análises comparativas transnacionais sobre a composição dos parlamentos, com recorte de gênero, como aquelas realizadas pela IPU.

Devemos considerar ainda que o poder político não deriva somente da participação nas instituições vinculadas aos sistemas eleitoral e partidário, mas também a partir da atuação em

1 IPU (2011). *Percentage of women in each National Parliament*. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

2As cotas podem ter um impacto indireto no sucesso das mulheres em eleições majoritárias ao aumentarem o número de mulheres disputando o jogo político.

outras áreas públicas³. Para avaliarmos a participação das mulheres na política e entendermos os motivos de sua pequena amplitude, fazem-se necessárias pesquisas mais abrangentes, que considerem, por exemplo, a ocupação de cargos não eletivos. Entre esses, podemos destacar os de direção dos órgãos que compõem o Poder Executivo em seus três diferentes níveis: Ministérios, Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais.

A importância desses cargos justifica-se, entre outras questões, pela liderança desempenhada pelos indivíduos que os ocupam em relação à formulação e implementação de políticas públicas (MARTIN, 1989). Estar à frente de um ministério ou secretaria é ter em mãos, em maior ou menor grau, a responsabilidade e os instrumentos (orçamento, pessoal técnico etc.) para a definição e execução de políticas públicas.

Acrescenta-se a isso o elevado nível de prestígio e visibilidade política propiciados para os nomeados a tais cargos (ESCOBAR-LEMMON e TAYLOR-ROBINSON, 2005). No Brasil, a importância de ocupar um cargo na administração pública reflete-se na trajetória de nossa elite política, especialmente na carreira política de nossos parlamentares⁴. Como bem observa Messemberg,

(...) a visibilidade que um cargo de destaque na hierarquia do serviço público propicia ao seu ocupante, aliada aos recursos de poder inerentes a essas posições faz com que a participação direta nos escalões da burocracia do Estado, em quaisquer de suas esferas, apresente-se como um dos mais tradicionais e eficientes mecanismos empregados na política brasileira para a consecução de mandatos parlamentares. Em sentido inverso, a detenção de mandato parlamentar facilita muitas vezes a conquista de postos de prestígio na hierarquia da administração pública. (MESSEMBERG, 2002, p.63)

Considerando, assim, a importância desses cargos para a construção das carreiras políticas no Brasil, este trabalho visa contribuir com os estudos sobre política e gênero, propondo-se a analisar as nomeações de ministros/as, secretários/as estaduais e secretários/as municipais, a partir de uma perspectiva de gênero.

Nosso objetivo é buscar compreender se e como as diferenças de gênero têm impacto nas nomeações para a ocupação desses cargos públicos. Objetiva-se avaliar em que medida os problemas até então levantados pela literatura a respeito de gênero e política podem ser relacionados ao nosso objeto de estudo, e também em que medida as conclusões a serem

3 As fontes de poder e capital político não se limitam à presença no campo da política, em um sentido estrito. O campo midiático, por exemplo, tem sido apontado como uma importante espaço de produção e expressão do poder político, como tem sido demonstrado nas pesquisas realizadas por Miguel e Biroli (2010).

4 Como veremos com mais detalhes adiante, alguns estudos sobre a carreira política dos parlamentares no Brasil destacam a ocupação de cargos na administração pública, como elemento importante nas suas trajetórias (Pinheiro, 2007; Grill, 2008).

encontradas nesta pesquisa podem agregar novas ferramentas e conhecimentos para essa literatura.

Se, por um lado, são importantes os mapeamentos da presença de mulheres que conseguem entrar no campo político, no nosso caso, pesquisar quantas mulheres são nomeadas para os cargos no executivo; por outro, como discutiremos ao longo do nosso trabalho, a mera inserção no campo não garante uma distribuição igualitária do poder político.

Entendemos aqui o campo político a partir da noção de Bourdieu (2007). Para o autor, este é, ao mesmo tempo, um campo de forças, que dá forma à estrutura do campo em determinada conjuntura, e também um campo de lutas, objetivando a transformação dessas relações de forças. Assim, o campo político não é algo estável e permanente, suas transformações ocorrem, sobretudo, devido às relações entre os agentes e as instituições e entre os agentes, diferenciados, primordialmente, a partir de sua posição na estrutura de produção da política, ou seja, entre aqueles que possuem e os que não possuem os instrumentos de produção política. Nas palavras de Bourdieu,

(...) o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de 'consumidores', devem escolher. (idem, p.164)

É importante assinalar, ainda, que as diferentes posições a serem ocupadas no campo político são hierarquizadas a partir de diferenças quantitativas e qualitativas do capital político adquirido por cada indivíduo. Do ponto de vista deste trabalho, entendemos que a ocupação de um ministério ou secretaria é uma importante fonte de capital político, mas sua ocupação resultará em um maior ou menor acúmulo deste, dependendo da relevância dada ao ministério ou secretaria, sendo uns mais valorizados que outras; todavia, a nomeação para diferentes ministérios ou secretarias pode depender da quantidade e da qualidade do capital político de que dispõe o indivíduo a ser nomeado.

Considerando exposto, avaliar a inserção das mulheres nos cargos de direção do Poder Executivo torna-se fundamental na busca por compreender os motivos e encontrar respostas para a baixa participação das mulheres na política. Tomando em conta a literatura sobre gênero e a política de maneira geral, e mais especificamente as pesquisas sobre cargos nomeados, as quais veremos com detalhes em nossa revisão de literatura, analisaremos também se homens e mulheres possuem perfis trajetórias políticas diferenciadas. Acreditamos, assim, que a análise aqui apresentada possa ser útil para discutirmos os

elementos históricos e estruturais que acarretam um acesso diferenciado de homens e mulheres aos espaços de poder.

O trabalho que se segue está dividido em três capítulos. O primeiro apresenta uma discussão teórica sobre a dicotomia público e privado, posta como elementar para o entendimento da construção das relações e papéis de gênero, produtoras de uma divisão sexual do trabalho no espaço da família, do mercado de trabalho formal e do campo político. Discutem-se os efeitos dessa dicotomia tanto para justificar e materializar uma completa exclusão formal das mulheres dos espaços de poder quanto sobre os efeitos desta dicotomia em uma posterior inclusão diferenciada das mulheres nesses espaços.

No segundo capítulo discutiremos quais as justificativas têm sido apresentadas para demandar uma maior presença das mulheres no campo político, destacando entre elas aquelas que se apóiam na defesa de uma moral diferenciada das mulheres e aquelas que defendem a inclusão das perspectivas dos diferentes grupos sociais na política. A demanda pelo incremento da participação das mulheres na política será ainda abordada enquanto essencial para o alcance de uma democracia efetivamente justa. Ainda no capítulo dois, apresentaremos um panorama da participação das mulheres na política brasileira.

No terceiro capítulo, trataremos as especificidades da nomeação para cargos no executivo a partir de uma perspectiva de gênero, relacionando-a com os dados sobre a presença das mulheres em cargos eletivos, apresentada no capítulo anterior. Dado a falta de estudos no Brasil que contemplem o recrutamento para os cargos de nomeação com perspectiva de gênero, apresentamos uma revisão bibliográfica acerca da questão, a partir de um levantamento considerando análises de outros países, especialmente relacionadas ao contexto norte-americano.

Apresentaremos os dados levantados em nossa pesquisa sobre a nomeação para os ministérios e secretarias estaduais nos anos dois últimos governos e sobre as nomeações para as secretarias municipais nas gestões correntes. Como detalharemos ao longo do capítulo, em relação aos ministérios: levantamos os dados do primeiro e do segundo escalão – ministro/as e secretários/as ministeriais. Já em relação aos governos estaduais e municipais: trabalhamos somente com os nomeados para a chefia das secretarias – secretários/as estaduais e municipais.

Por fim, apresentaremos dados sobre os perfis e trajetórias políticas dos nomeados para as secretarias estaduais nos governos eleitos em 2006 e 2010. Como também não existem estudos sobre a trajetória dessa parte da elite política brasileira, e considerando a interação já

mencionada entre a ocupação de cargos eletivos e nomeados, analisaremos nossos dados em comparação às pesquisas sobre a carreira da elite política brasileira eleita.

Ao final dos três capítulos, apresentaremos as conclusões do nosso trabalho, e discutiremos os limites e possibilidades de continuidade de pesquisas sobre as nomeações a partir de uma perspectiva de gênero, destacando a necessidade de um olhar mais atento a esses cargos para o entendimento do fenômeno da distribuição desigual de poder político entre homens e mulheres.

CAPÍTULO 1

Pois as mulheres têm permanecido dentro de casa por todos esses milhões de anos, de modo que a estas alturas as próprias paredes estão impregnadas por sua força criadora, a qual, de fato sobrecarregou de tal maneira a capacidade dos tijolos e das argamassas que deve precisar atrelar-se a canetas e pinceis e negócios e política.

(Virginia Woolf – *Um Teto Todo Seu*)

Quando Virginia Woolf em 1928 propõe-se a buscar entender a relação entre as mulheres e a ficção, ela encontra a resposta para (quase) ausência delas como produtoras de literatura durante séculos em reclusão dessas ao espaço da sala de estar. Podemos nos valer do mesmo caminho argumentativo de Woolf se quisermos discutir a relação entre as mulheres na política: se não pudemos, durante séculos, encontrá-las na Ágora, no comando das monarquias e nos parlamentos, provavelmente deveríamos buscá-las em alguma “sala de estar”.

Se o mero acaso não pode dar conta de explicar o fato de praticamente todas as mulheres terem permanecido por anos limitadas ao espaço doméstico, nem tampouco as explicações biológicas fundadas em seu papel na reprodução e no cuidado são mais suficientes fontes explicativas. Algum mecanismo social deve nos ajudar a entender esse fenômeno, e é sobre isso que discutiremos neste capítulo.

Ressalvamos que este trabalho não é uma análise histórica. Não temos como objetivo datar e localizar o momento em que as *mulheres entraram para dentro de casa* – acreditamos que isso seja tarefa impossível, mesmo para as historiadoras. Nos apoiamos na assertiva de Rosaldo (1974) de que em todas as comunidades, das mais simples às mais complexas, pode ser encontrada alguma forma de separação entre um espaço privado, da casa, e um espaço público, onde cabe tudo aquilo exterior à casa.

Como de maneira muito detalhada nos mostrou Elshtain (1993), podemos retornar até a Grécia antiga se quisermos analisar a construção histórica do significado das categorias público e privado. Reconhecendo nossas limitações, decidimos estabelecer um recorte teórico e histórico menos ambicioso. Como veremos mais adiante, o ponto de partida da nossa discussão sobre a distinção entre público e privado será a emergência do estado liberal moderno.

A distinção entre público e privado é um dos elementos centrais do pensamento e da prática política ocidentais. As diferentes perspectivas sobre o significado dos conceitos público e privado, sobre onde deve ser desenhada a linha que os separa e se na verdade essa separação deve existir, refletem diferentes contextos sócio-econômicos, ideologias, áreas de conhecimento, enfim, diferentes pontos de partida de cada pensador e/ou ator político.

A distinção entre público e privado também sempre esteve relacionada a alguma visão sobre a mulher e o seu papel na sociedade. De acordo com Elshtain (idem), é difícil inclusive estabelecer se as diferentes perspectivas dessa distinção resultavam em uma definição sobre o papel da mulher, ou o invés disso. Assim, delimitando ainda mais o escopo deste trabalho, focaremos nossa análise nas contribuições e críticas da teoria e da prática feminista para a teoria e a prática social e política contemporânea, por intermédio de suas críticas e (re)definições da dicotomia público e privado.

É importante ressaltar também que não é nosso objetivo, e tampouco caberia neste trabalho, esgotar a diversidade das correntes de pensamento e prática feministas quanto ao uso das categorias público e privado, pois, como bem nos adverte Pateman: “A dicotomia entre o privado e o público é central para quase dois séculos de literatura e luta política feminista; a dicotomia é na verdade o que define o movimento feminista (PATEMAN, 1989 p.118, tradução nossa).⁵

Não podemos esquecer que é freqüente na teoria feminista uma confusão sobre o próprio significado das categorias público e privado. Okin (2008) explicita duas grandes ambigüidades presentes em relação às definições sobre elas. Nas palavras da autora, o “público e privado é usado tanto para referir-se à distinção entre Estado e sociedade (como em propriedade pública e privada), quanto para referir-se à divisão entre vida não-doméstica e vida doméstica” (p.2).

A diferença principal entre essas duas definições está relacionada à posição da categoria sociedade civil na dicotomia. Na distinção entre Estado (público) e sociedade (privado), ela aparece como pertencente ao privado, já na dicotomia não doméstico (público)/doméstico (privado), ela aparece no âmbito público. Para dirimirmos eventuais confusões ressaltamos que, neste trabalho, quando não explicitado de outra maneira, sempre que falarmos da divisão entre público e privado estaremos nos referindo à separação entre vida não doméstica e vida doméstica, pois, se estamos analisando o discurso e a prática

⁵ Neste trabalho, todas as referências em língua estrangeira serão traduzidas para a língua portuguesa.

feminista em sua relação com a dicotomia público/privado, faz-se necessário que nos remetamos às concepções dessas esferas, conciliando-nos com a maior parte das feministas. Concordamos com Okin, quando diz que “é a permanência dessa dicotomia (não doméstico/doméstico) que torna possível que os teóricos ignorem a natureza política da família, a relevância da justiça na vida pessoal e, conseqüentemente, uma parte central das desigualdades de gênero” (p. 3).

Agora podemos de maneira mais clara definir do que se trata este capítulo: do impacto da separação entre o espaço público e privado para a participação política das mulheres. O texto que se segue está dividido em três grandes partes: tratamos da emergência do estado moderno e da teoria contratualista no bojo do suposto declínio e desaparecimento do patriarcado; da interpretação dada à necessidade de se estabelecer uma separação entre uma esfera pública e privada; e da crítica feminista a esta interpretação. Em seguida, trataremos da diversidade da relação do movimento feminista com a dicotomia público e privado. Por fim, discutiremos de que maneira a prevalência dessa dicotomia afeta, na prática, as possibilidades de um maior envolvimento das mulheres com a política e quais as propostas apresentadas pelas feministas para uma distinção entre público e privado, que não represente um obstáculo às mulheres.

1.1. Patriarcado, contratualismo e crítica feminista.

Se a maioria das mulheres não escrevia literatura, e quando escreviam não logravam o mesmo reconhecimento que os homens, era porque não tinham as mesmas possibilidades que eles para ver e conhecer o mundo, pois estavam presas à sala de estar (ou mais provavelmente à cozinha). Mas o que colocava as mulheres nessa situação? A explicação para Woolf é de que a Inglaterra de 1928 estava sob o domínio do patriarcado.

A sociedade patriarcal é usualmente localizada na história dentre as sociedades pré-capitalistas. De acordo com Elshtain (1993), entre outras características, a sociedade patriarcal é marcada pela centralidade de um modo de produção baseado na propriedade de terras, no qual as relações entre os indivíduos são definidas pelos laços de parentesco, e ainda predominam a primogenitura e a dominação natural do homem sobre sua família.

O patriarcalismo, enquanto teoria social e política, tem como um dos seus mais importantes expoentes Robert Filmer. Sobre o pensamento de Filmer, Elshtain (1993) argumenta que nele consta não uma relação de analogia entre o poder familiar e o poder

político, mas, sim, uma completa identificação entre esses poderes. Dessarte, no patriarcado o poder político é o poder paterno.

Os indivíduos, no patriarcado, não nascem livres, nascem submetidos naturalmente e politicamente ao poder dos pais. Os súditos devem obedecer ao rei, como os filhos devem obediência aos pais, cujo poder é natural, não definido pelos homens, sendo produto da criação divina.

Como veremos mais adiante, ao considerarmos as contribuições feministas à teoria política e social, tanto os patriarcalistas quanto os seus opositores, os contratualistas, usualmente “se esquecem” de ponderar que o poder patriarcal não é somente um poder paterno, mas é primariamente constituído pelo poder conjugal, a partir da dominação do homem sobre a mulher.

Na teoria patriarcalista e no patriarcado enquanto forma de organização social e política, não há, portanto, uma separação entre a vida familiar e a vida política. Como bem resume Elshtain sobre o pensamento de Filmer:

No mundo de Filmer não há separação, nem mesmo há um desenho de linhas público e privada, não há uma esfera privada – no sentido de um reino separado da política – nem uma esfera política – no sentido de um reino divergente do privado – absolutamente. (ELSHTAIN, 1993, p.103, tradução nossa)

É a partir da oposição ao entendimento do direito político enquanto um direito natural, da oposição à visão de um indivíduo naturalmente submisso ao poder do Pai, que emergirá, a partir do século XVII, uma nova forma de organização política e social e uma nova teoria política – o estado liberal moderno e a teoria contratualista. A partir desse momento, segundo as correntes principais da teoria política, o patriarcado teria sido derrotado e ultrapassado.

De um lado, do ponto de vista histórico, o surgimento do estado liberal moderno é apresentado como o rompimento revolucionário com o poder absolutista; de outro, a ficção contada pelos contratualistas apresenta o estado liberal como resultado de um acordo tácito entre indivíduos inicialmente livres, que abrem mão de sua completa liberdade natural e se submetem a certas regras em busca de uma convivência pacífica (BOBBIO, 1988).

Locke, em o *Segundo Tratado sobre o Governo*, inicia sua argumentação criticando o patriarcalismo de Filmer e sua defesa de que o poder paterno é idêntico ao poder político. Segundo ele, “é impossível que os governantes de hoje existentes no mundo obtenham qualquer proveito ou derivem a menor sombra de autoridade daquilo que julgam ser a fonte de todo o poder, ou seja, o domínio privado e a jurisdição paterna de Adão” (2002, p.22).

O poder paterno, na perspectiva de Locke, é um poder natural, mas que só tem sentido e força na relação do pai com seus filhos menores, enquanto estes não adquirem a razão necessária para que possam gozar posteriormente da mesma liberdade individual que seus pais. Vale dizer que a razão adquire importância vital na teoria contratualista (especialmente no argumento de Locke), como elemento que possibilitará a emergência da sociedade civil.

Para Locke, então, o poder político é outro que não o poder paterno, e se faz necessário descobrir e apresentar a verdadeira origem do poder político e da construção do governo. Esta origem segundo ele está na transformação do estado de natureza para uma sociedade política através de um grande acordo. Segundo o pensador, no estado de natureza, os homens viviam em total liberdade e se relacionavam com os outros homens e com o ambiente em que viviam somente seguindo os limites da lei da natureza.

No estado de natureza de Locke, nenhum homem tem poder sobre outro homem, e ninguém necessita de autorização de outrem para agir. Todos os indivíduos compartilham o poder de decidir o que lhes é mais conveniente para a sua própria preservação, dentro dos limites da lei da natureza, e ainda de punir aqueles que desrespeitarem essa lei. Apesar dessa completa liberdade e da possibilidade de usufruírem desses poderes, na verdade, como consequência disso, o estado de natureza é extremamente instável, pois falta aos homens uma lei que defina o que é justo e injusto, como também faltam instrumentos e autoridades reconhecidas para tomar as decisões justas em situações de conflitos e divergências.

É com o objetivo de remediar essa situação de instabilidade e insegurança que os indivíduos livres decidem assinar um contrato, o qual dá origem à sociedade política e ao direito e poder político. Na descrição de Locke,

O único modo legítimo pelo qual alguém abre mão de sua liberdade natural e assume os laços da sociedade civil, consiste no acordo com outras pessoas para se juntar e unir-se em comunidade, para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, com a garantia de gozar de suas posses, e de maior proteção contra quem não faça parte dela (...) E assim, o indivíduo, concordando com os outros em formar um corpo político sob um governo, assume a obrigação para com os demais membros dessa sociedade de submeter-se à resolução que a maioria decidir. (LOCKE, 2002, pp.76 e 77)

É importante considerarmos que o contratualismo não surgiu como uma teoria única e há diferenças e divergências entre seus principais pensadores (Rousseau, Hobbes e Locke). Essas vão desde diferenças na definição do estado em que se encontravam os indivíduos antes do contrato, ou seja, na definição do estado de natureza, até diferenças sobre a caracterização

da sociedade política, que emergirá após a assinatura do contrato.

Apesar de termos focado o pensamento de Locke como ilustrativo do pensamento contratual, temos maior interesse neste momento em focar nos pressupostos compartilhados por seus principais pensadores. Entre esses pressupostos, destacamos a separação entre a esfera pública e a esfera privada, como a pedra de toque na construção do estado moderno liberal ocidental e, conseqüentemente, ponto de partida do pensamento político moderno.

O contrato possibilitaria a emergência de uma *esfera pública*, na qual as normas e relações de autoridade seriam determinadas por ele, sendo firmado entre cidadãos livres e iguais. Os indivíduos, quando assumissem o contrato, abririam mão de parte de sua liberdade, em nome da proteção fundamentalmente de sua propriedade e de suas vidas. Os interesses particulares, tudo que não fosse político, ficaria restrito à família, à *esfera privada*.

Não por falta de críticas, observamos até hoje, em grande parte da literatura da Ciência Política, a utilização da dicotomia público/privado como ponto de partida, pressuposto de toda e qualquer análise empírica e discussão teórica. Dentre essas críticas, as feministas seguramente trouxeram os questionamentos mais contundentes a essa dicotomia.

Um dos apontamentos teóricos feministas mais profícuos à dicotomia liberal encontra-se no trabalho de Pateman, *O contrato sexual* (1993). No livro, a autora nos sugere, a partir de uma releitura dos teóricos contratualistas, que o contrato original fundador da sociedade civil moderna é, além de um contrato social, um contrato sexual. Isso significa que o mesmo contrato que possibilita a liberdade civil dos indivíduos (homens) signatários do contrato, naturaliza a sujeição das mulheres na esfera privada, tornando-as objetos do contrato.

Pateman afirma que o contrato não acaba com o patriarcado, como assim sugerem os liberais. Para ela o patriarcado é apenas transformado no patriarcado fraternal moderno, no qual o poder que se sobressai não é mais o paternal, e sim o poder do homem sobre a mulher. Toda a estrutura da sociedade é marcada pela sujeição das mulheres aos homens.

O patriarcalismo estrutura o liberalismo e a distinção entre público e privado, ajuda a obscurecer a sujeição da mulher ao homem, mascarada de uma aparente ordem individualista, universal e igualitária – na medida em que as mulheres são naturalmente mais fracas, elas devem se submeter ao poder de seu marido, esse poder é também natural, não é político.

É interessante percebermos assim que o poder com base na força, rechaçado por Locke como elemento a ser superado na mudança do estado de natureza para a sociedade política,

aparece como balizador das relações no âmbito doméstico.

Apesar de pensadores contratualistas não terem se preocupado em debater sobre o poder exercido pelos homens sobre as mulheres, em algumas passagens é possível ver claramente como esse está pressuposto, e naturalizado. Ao reconhecer que as mulheres compartilham com os homens a responsabilidade com os infantes, buscando assim romper com o vínculo estabelecido entre poder paternal e poder político defendido pelos patriarcalistas, Locke afirma que:

O marido e a mulher embora tenham preocupações em comum, terão entendimentos diferentes, e assim, forçosamente terão também, em certos casos, vontades diferentes: com isso se faz necessário que a palavra final, isto é, a regra, seja definida de algum modo, cabendo este papel naturalmente ao homem, por ser mais capaz e mais forte. (2002, p.67)

Assim, em outras palavras, a dicotomia sexual homem/mulher é alinhada a partir do contrato a uma dicotomia entre a esfera pública e a esfera privada, entre o que é natural é o que é civil. A esfera privada não é considerada importante; apesar de fazer parte da sociedade civil, é vista, segundo Pateman (1993), como exterior à esfera “civil”. Essa separação entre as duas esferas, que, apesar de distintas, são interdependentes, estrutura os papéis sexuais desempenhados por homens e mulheres na sociedade, dando suporte ao patriarcado.

Cabe observar que não há consenso entre as teóricas feministas sobre a utilização do conceito de patriarcado quando se trata da situação atual das mulheres. Para Elshtain (1993) a utilização desse conceito para descrever as desigualdades existentes entre homens e mulheres a partir da segunda metade do século XX é anacrônica, pois as condições históricas que garantiam sua manutenção já foram transformadas. As tais seriam: caráter absoluto do poder paterno, legitimado por uma ideologia religiosa; a exclusividade dos filhos homens em serem educados e terem direito à educação; a obrigação das filhas de se casarem com quem o pai escolhesse e manterem-se limitadas ao espaço e às tarefas domésticas; etc.

Ainda segundo Elshtain, utilizar o patriarcado como um fato social universal como defendem as feministas radicais é assumir uma sujeição universal feminina, o que por si obscurece a diversidade de formas de organização das sociedades passadas e o papel ativo desempenhado por muitas mulheres ao longo de toda a história. É obscurecer os avanços proporcionados pela revolução industrial, pelos processos de democratização e pelas próprias conquistas dos movimentos feministas.

Pateman (1993) reconhece que o patriarcado é um termo muito controverso. Se, por um lado, as correntes centrais da teoria política argumentam que o patriarcado e o direito patriarcal enquanto forma de organização do poder e de direito político já foram mortos e enterrados no passado, por outro, as feministas radicais dos anos 60, ao retomarem o conceito, deram-no diferentes significados. Porém a autora defende que não por isso as feministas devem abandoná-lo, pois, segundo ela,

Seguir tal caminho representaria, na minha maneira de entender, a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais de análise política. (PATEMAN, 1993, p.39)

Para além do que Pateman denominou “confusões patriarcais”, o que nos é importante neste momento absorver da crítica feminista ao liberalismo é o questionamento de que o estado liberal foi construído e é mantido a partir da emergência de uma esfera pública neutra e universal. As feministas demonstram que na verdade a esfera pública é estruturada com base em desigualdades culturais, sociais, econômicas e políticas entre os sexos, e que é impossível entender por completo e alterar sua estrutura sem que seja levada em consideração a existência de outra esfera, a privada, que é estruturada com base nessas mesmas desigualdades. A esfera pública e a esfera privada são interdependentes e complementares; constituem relações de liberdade e subordinação entre os indivíduos e não posições universalmente autônomas e livres.

As críticas feministas à dicotomia liberal público/privado ainda demonstram que essa separação é convencional, não natural, e que a decisão sobre onde será desenhada a linha de separação entre as duas esferas está em permanente disputa. A história do movimento feminista demonstrou por diversas vezes como é possível questionar e redesenhar essa linha. Como não é nosso objetivo e nem seria possível neste trabalho analisarmos os mais de duzentos anos de movimento feminista, concentraremos-nos, em determinados momentos da luta feminista pela democratização da política, tendo ora como meio, ora como fim, a inclusão das mulheres nos espaços de poder, no espaço público.

1.2. O movimento feminista e suas interpretações para a dicotomia público e privado.

O movimento sufragista que emergia nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, em diversos países do ocidente, baseava-se na premissa de que a inserção das mulheres na via privada poderia dar-se a partir da extensão dos direitos supostamente universais do liberalismo às mulheres. O objetivo do movimento neste momento era que as mulheres, até então isoladas no ambiente familiar, tivessem o direito de participar das tomadas de decisões das questões referentes à vida pública.

Nota-se assim que, apesar da inegável importância histórica do movimento sufragista, ele não questiona a estrutura liberal de separação entre as esferas pública e privada. De acordo com Pateman, “a diferença mais marcante entre as primeiras feministas sufragistas e as feministas contemporâneas é que quase todas no século dezanove aceitaram a doutrina de esferas separadas”(1989, p. 127).

Devido a esse não questionamento, houve divergências nas análises sobre a real efetividade do movimento sufragista em promover um avanço na situação de exclusão sócio-política das mulheres. Como indica Pateman, de um lado, argumenta-se que, na verdade, o movimento acabou servindo apenas para reforçar a divisão entre os sexos e, de outro, ressaltou-se sua importância como primeira possibilidade de contato das mulheres com as questões públicas.

Para as que defendiam este ponto de vista, o sufragismo acabou por reiterar as diferenças sexuais, pois tinha significado diferente para as mulheres. O direito de sufrágio para as mulheres representaria a possibilidade de elas protegerem e desenvolverem o espaço doméstico, naturalmente ocupado pelo feminino, e também a sua natural superioridade moral possibilitaria a transformação da política e a transformação do estado em algo e em um ambiente mais pacífico, mais justo.

Por não questionarem a própria dicotomia público/privado na luta pela inserção das mulheres na política, as sufragistas acabaram por dar espaço às justificativas que reforçam estereótipos de gênero, os quais historicamente serviram e servem de base para a exclusão ou quase-exclusão das mulheres dos espaços de tomada de decisões políticas.

Por outro lado, seria incorreto não considerar também os resultados positivos alcançados pelas sufragistas, como um passo importante para a transformação das condições de vida das mulheres. As teóricas que defendiam este ponto de vista, segundo Pateman, consideraram o sufrágio enquanto a primeira oportunidade de as mulheres participarem da vida pública enquanto indivíduos, e não como mães e esposas. Além disso, a entrada das

mulheres no mundo público poderia ser o primeiro passo para mudanças nas relações da esfera privada, ressaltando a interdependência entre as duas esferas.

A partir da segunda metade do século XX, quando, em muitos países do Ocidente, os direitos liberais de votar e de se eleger, o direito ao acesso à educação e à propriedade, enfim, quando os direitos liberais já estavam sendo formalmente estendido às mulheres, o movimento feminista entra em uma nova fase, marcada pela defesa de que *o pessoal é político*.

Muito além de um forte *slogan*, o ideário *o pessoal é político* representou o surgimento de uma importante crítica à concepção liberal da política. Se durante o movimento sufragista acreditava-se na ou tinha-se como estratégia a universalização dos direitos liberais, a partir de meados do século XX, a persistente situação de múltiplas desigualdades enfrentadas pelas mulheres demonstrou que a mera extensão dos direitos liberais não seria suficiente para uma real transformação da dominação masculina.

Phillips (1991) esclarece que o *slogan* “o pessoal é político” surge a partir da mobilização das mulheres nos movimentos de esquerda nos países capitalistas avançados, destacando os Estados Unidos. Elas denunciaram as contradições dos movimentos de esquerda que, ao mesmo tempo em que pregavam e lutavam por liberdade, mantinham e reproduziam estruturas de dominação que marginalizavam a participação das mulheres e os problemas enfrentados por elas no âmbito doméstico – enquanto os homens tomavam as decisões importantes, cabia às mulheres “datilografar os panfletos”.

Ao longo de sua história, o movimento feminista interpretou e colocou em prática o *slogan o pessoal é político* de diversas maneiras. Existem, desde perspectivas ditas mais radicais, que consideram o público e o privado como igualmente estruturados pela dominação masculina, defendendo a não existência de qualquer separação entre as duas esferas, até outras que pautam a necessidade de abordar essas esferas como distintas, porém relacionais, considerando assim impossível problematizar as questões públicas sem considerar o mundo privado, e o invés disso.

Phillips recorda a existência de ao menos quatro distintas correntes de interpretação para *o pessoal é político*. Reconhecendo a pertinência da sistematização proposta por Phillips, veremos a seguir as correntes por ela apresentadas, agregando oportunamente importantes debates trazidos por outras teóricas feministas.

A primeira interpretação do *o pessoal é político* está vinculada ao próprio contexto de surgimento do *slogan* anteriormente apresentado, e refere-se à necessidade observada pelas

feministas de que deve haver uma relação coerente entre meios e fins nas ações políticas. Como já dissemos, o *slogan* surge a partir da atuação das mulheres nos movimentos de esquerda. Elas passam a defender que as práticas cotidianas das organizações e de seus membros devem ser coerentes com os seus ideais.

Nessa perspectiva, as atividades privadas ou individuais (quer sejam realizadas no âmbito doméstico ou não) estariam diretamente relacionadas às atividades exercidas nos espaços públicos. As feministas trouxeram assim uma forte crítica ao autoritarismo presente nos movimentos sociais e buscaram pautar suas organizações e ações pelo fortalecimento de mecanismos mais participativos.

A segunda perspectiva, considerada a mais radical do *slogan*, tem como base uma noção de poder, que é um poder masculino, e que estaria presente em todas as esferas sociais. De acordo com Phillips, a partir da análise de casos individuais, as feministas começaram a observar e denunciar padrões do poder masculino em todas as relações. O poder passa a ser visto como uma categoria muito mais ampla e, assim, *o pessoal é político* não defende o caráter relacional entre os dois espaços, mas, sim, que são esferas iguais na medida em que ambas são estruturadas pela dominação masculina e pela sujeição da mulher.

Para as feministas “radicais”, as relações de poder no estado e na família têm a mesma importância e a construção da democracia dentro do lar não tem valor menor que a construção da democracia nas relações públicas. Em resumo, “público e privado estão colapsados em um, não deixando nenhuma área da existência humana existir fora da política e nada que esteja fora do controle político” (PHILLIPS, 1991, p.104 tradução nossa).

Uma das feministas mais importantes dessa tradição é Shulamith Firestone, cujo “A dialética do sexo” (1976) teve grande impacto e é de suma importância para a compreensão dessa corrente de pensamento e prática política. Para Firestone, a origem de toda a opressão sofrida pelas mulheres e de todo o poder masculino tem uma base biológica: o papel desempenhado pelas mulheres na reprodução.

Para uma verdadeira transformação da condição das mulheres na sociedade, Firestone defende uma revolução que resultaria na emergência de uma espécie de *socialismo cibernético*, no qual as mulheres estariam livres da escravidão da reprodução, através do controle de tecnologias de reprodução artificial. Assim, fazendo uma analogia à dialética marxista e à revolução do proletariado, Firestone defende que,

(...) para assegurar a eliminação das classes sexuais, é preciso a revolta da classe baixa (as mulheres) e a tomada do controle da reprodução: a restituição às mulheres

da propriedade de seus próprios corpos, bem como do controle feminino da fertilidade humana, incluindo tanto a nova tecnologia quanto todas as instituições sociais da nutrição e da educação das crianças. (1976, p.21)

Apesar de hoje as soluções das feministas radicais para a transformação da condição das mulheres serem somente lembradas e consideradas em anedotas sobre o feminismo, de maneira menos extremada, a possibilidade de uma fusão entre os imperativos das duas esferas ainda é colocada em questão.

Uma das críticas à indiferenciação entre as duas esferas é Elshtain (1997), que alerta para um fenômeno que estaria sendo fortalecido, denominado por ela de “deslocamento da política”, que se caracteriza por uma perigosa fusão dos imperativos públicos e privados (p.171).⁶ De acordo com Elshtain, esse fenômeno ocorre em circunstâncias específicas nas quais, entre outras mudanças, os valores privados e as identidades passam a prevalecer sobre a participação dos cidadãos no ambiente público, eliminando a existência de qualquer espaço privado. Neste contexto de colapso da dicotomia, nenhuma atividade pode ser considerada como essencialmente política, e nem mesmo as relações íntimas escapam do controle e da regulação pública.

Retomando a sistematização apresentada por Phillips (1991), uma terceira interpretação do feminismo para *o pessoal é político*, ao contrário daquela considerada radical, que defende uma completa intervenção da política no privado, coloca ênfase na necessidade de que o estado garanta a autonomia de decisão das mulheres e na defesa da manutenção de espaços de privacidade, normalmente dando destaque à defesa dos direitos reprodutivos e sexuais femininos.

Entre outras autoras, Cohen (1997) discute a separação entre público e privado, incluindo um novo elemento: o direito à privacidade. Segundo ela, a dicotomia público/privado voltou a ganhar espaço nos debates da teoria política, entre outros motivos, devido ao reaparecimento do tema da privatização econômica, a partir do desenvolvimento dos estados que formavam o bloco soviético; e também ao desenvolvimento de novas tecnologias e de políticas de identidade. Isso demandou uma redefinição dos limites entre privacidade pessoal e a intervenção política.

A autora constrói seu argumento a partir da discussão em torno da aprovação do

⁶ Phillips (1991) irá criticar o posicionamento de Elshtain, como uma defesa da família tradicional, e da despolíticação do espaço privado. Para Phillips, se considerarmos que as relações entre os membros da família são estruturadas pela regulação estatal, por intermédio de diversas leis sobre casamento, responsabilidades com as crianças, e também por imperativos econômicos e do poder patriarcal, as relações no âmbito privado já são politizadas, independentemente de nossa concordância.

direito ao aborto nos Estados Unidos, o qual foi aprovado como um direito de privacidade das mulheres. Ao longo do texto, Cohen rebate as críticas das correntes feministas “igualitaristas” e “comunitaristas” à aprovação do aborto como um direito individual à privacidade.

Em linhas gerais, as primeiras argumentavam que defender a privacidade, reforçava o sistema liberal de dominação das mulheres, ao fortalecer justamente o modelo social liberal, marcado pela desigualdade e pelos estereótipos de gênero, e também por não colocar no público as hierarquias de gênero. A perspectiva comunitarista, por outro lado, apontava como pernicioso a atomização e individualização social promovida pela promulgação de direitos individuais à privacidade.

Para Cohen, o problema dessas críticas é relacionarem a privacidade, necessariamente, ora à propriedade, ora à família patriarcal. A privacidade em questão, quando da aprovação do direito ao aborto nos Estados Unidos, estava, na verdade, segundo Cohen, relacionada a outros dois elementos: direito de ser deixada sozinha (sem a intromissão de ninguém) e autonomia de tomar decisões.

Para responder as questões colocadas pelas feministas igualitaristas, a autora irá defender dois níveis distintos de privacidade: um a nível individual, da autonomia das decisões, no caso o direito de as mulheres, enquanto indivíduos (e não enquanto mães, esposas, donas de casa etc.), decidirem ou não ter filhos; e um a nível relacional, que defenda as relações íntimas da intrusão do estado ou de outras pessoas, desde que essas sejam relações nas quais as demandas de justiça não sejam violadas.

Em relação às críticas apresentadas pelos comunitaristas, Cohen defende que não há uma relação necessária entre direitos individuais de privacidade e uma concepção de indivíduos enquanto seres atomizados, separados e destituídos dos laços, crenças e desejos comunitaristas. Para ela essas críticas demonstram uma confusão entre o *status* legal do indivíduo e a sua existência intersubjetiva. Nas palavras da autora,

O princípio de que os direitos individuais de privacidade protegem a autonomia de decisão (escolha) em relação a certos interesses pessoais ou íntimos pode ser compatível com reconhecimento do caráter intersubjetivo dos processos de formação de identidade pessoais, e com uma preocupação com as fontes históricas e contextuais dos nossos valores. (COHEN, 1997, p.149)

Outra autora que também que problematiza a questão da privacidade e sua importância para o desenvolvimento individual é Susan Okin (2008). Ela, a partir de exemplos da

legislação e das decisões das cortes judiciais nos Estados Unidos e na Inglaterra, reconhece que, durante muito tempo, a privacidade era vista como um direito de a família se defender da intervenção estatal. Reconhecendo ainda as fortes relações de desigualdade e dominação presente nas famílias, às quais eram estruturadas pelo patriarcado, argumenta que esse direito à privacidade acabava por reforçar essas relações desiguais.

Somente após a denúncia de que os direitos de privacidade da família poderiam ir de encontro aos direitos de privacidade individuais, os indivíduos começam a ser reconhecidos como sujeitos dos direitos à privacidade. De acordo com a autora, a privacidade seria importante por três motivos: permitir o desenvolvimento de relações íntimas, ser um espaço no qual podemos nos esvaziar de nossos papéis públicos, permitir o desenvolvimento de nossas capacidades mentais e criativas.

Porém, Okin levanta mais um problema: o fato de que homens e mulheres não possuem as mesmas possibilidades de exercer seus direitos à privacidade no âmbito doméstico. Considerando os diferentes papéis desempenhados por homens e mulheres e as expectativas em relação ao protagonismo da mulher no que se refere ao cuidado com a família, as mulheres enfrentariam muito mais limitações para exercer seus direitos à privacidade no âmbito doméstico.

Por fim, a última interpretação, e mais importante para este trabalho, do *slogan o pessoal é político* enfatiza a interdependência entre as duas esferas, destacando como a configuração de relações no ambiente privado constrange o envolvimento político das mulheres. As teóricas que trabalham sob essa perspectiva argumentam que as relações assimétricas no ambiente familiar e a divisão sexual do trabalho, ambas desfavorecendo as mulheres, acabam por impedir (ou ao menos dificultar) que as mulheres atuem nos espaços públicos. Como veremos na próxima sessão, o entendimento desta interdependência é de suma importância para a análise da participação das mulheres na política que propomos fazer neste trabalho.

1.3. As implicações da dicotomia para a configuração presente da participação das mulheres na política.

Já se passaram algumas décadas desde que a maioria dos países ocidentais garantiu a extensão dos direitos políticos liberais às mulheres, direitos de votar e candidatar-se a cargos políticos. Contudo, os países nos quais as mulheres participam de maneira equitativa dos

espaços formais de poder continuam sendo as exceções que confirmam a regra: o espaço da política ainda é um espaço masculino.

Se não há impedimentos formais para a entrada das mulheres na esfera pública, que tipos de estruturas e ou mecanismos têm impedido que isso aconteça? Como sinalizamos ao final da seção anterior, a resposta, ou ao menos parte dela, pode ser encontrada na dicotomia público/privado.

Segundo Phillips (1991), o constrangimento da participação das mulheres na política se dá por dois motivos. O primeiro, de caráter prático, refere-se à falta de tempo das mulheres em se dedicarem à política. Nas palavras de Phillips, “o modo como nossas vidas estão organizadas promove o envolvimento masculino e reduz a participação feminina. Quem busca as crianças e quem prepara o chá é uma preocupação política vital” (p.97, tradução nossa).

Nesse sentido, as feministas têm apontado para a injustiça na divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega as mulheres com uma dupla jornada. Se, por um lado, o desenvolvimento do capitalismo industrial, a necessidade de mais mão de obra e a luta das mulheres por sua independência econômica garantiram uma crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho; por outro, essa inserção não representou modificações substantivas na divisão sexual do trabalho doméstico: as mulheres continuam como responsáveis principais pelo cuidado com a casa e as crianças.

Tendo como um dos principais objetivos comprovar cientificamente a “dupla jornada” de trabalho das mulheres e ainda de demonstrar a importância do trabalho doméstico para a manutenção da sociedade, nos últimos anos, em alguns países foram realizadas pesquisas sobre como as pessoas, homens e mulheres, gastam seu tempo. Essas pesquisas são, em geral, conhecidas como pesquisas sobre o uso do tempo.

No Brasil, ainda não temos dados globais sobre como os brasileiros e brasileiras investem seu tempo, mas o recente trabalho da socióloga Duran (2010) sobre a sociedade espanhola nos ajuda a ter uma dimensão dessa questão. Considerando nosso propósito neste momento, iremos apontar somente os dados achados na pesquisa sobre os gastos de tempo com o cuidado, em suas mais diversas dimensões. Antes de apresentar os dados, Duran nos instiga a refletir sobre a dimensão e importância desta discussão,

Cuidar é um devorador de tempo, que até agora tem se concentrado em alguns grupos sociais, mas pouco afetou a vida dos outros. De acordo com a Pesquisa sobre o Uso do Tempo, o tempo de trabalho não remunerado que realizamos ao longo do ano supera em muito o tempo destinado ao mercado de trabalho. No entanto ignoramos o seu valor. (DURAN, 2010, p.20)

Apresentamos a seguir alguns dos achados do estudo de Duran, enfatizando as diferenças do tempo empreendido por homens e mulheres nas atividades de cuidado:

1. 16 % das pessoas maiores de dezoito anos dedicam algum tempo para cuidar de crianças em dias úteis – 20% das mulheres e 11% dos homens fazem-no. Em relação ao tempo gasto, em um ano, as mulheres dedicam 562 horas, enquanto os homens, 158 horas – uma diferença anual de mais de 400 horas. Considerando somente as pessoas empregadas, enquanto as mulheres gastam 1,56 horas por dia, ou 7,8 horas por semana no cuidado com os filhos, os homens gastam apenas 0,52 horas por dia, ou 2,60 horas por semana. A metade dos homens e apenas 12 % das mulheres confia a responsabilidade do cuidado com os filhos ao seu cônjuge
2. Segundo o Painel Europeu dos Lares, 43% dos homens e 88% das mulheres cozinham nos dias úteis. Os homens que cozinham dedicam em média 0,81 horas para a atividade, enquanto as mulheres dedicam 2,04 horas. Durante um ano, os homens dedicam em média 127 horas para preparar alimentos, e as mulheres, 657 horas. A cada 13,28 anos, os homens gastam nessa atividade o equivalente a um ano de trabalho completo. Já as mulheres o fazem com maior rapidez, a cada 2,57 anos.
3. Um em cada quatro homens e três em cada quatro mulheres dedicam parte do seu tempo para a limpeza do lar nos dias úteis. Em relação ao tempo, os homens dedicam menos de uma hora por dia e as mulheres cerca de duas horas
4. Segundo o Painel Europeu dos lares, 5,5% da população adulta dedica algum tempo para o cuidado de outros adultos enfermos, velhos, ou que por outro motivo demandem algum cuidado. Das mulheres, 8,4%, e dos homens, 2,3%, cuidam de adultos. As mulheres dedicam mais tempo a cuidar dos adultos do que os homens.

Considerando esses dados, é incontestável o desequilíbrio na divisão sexual do trabalho doméstico. Considerando ainda que mesmo quando se leva em conta somente as pessoas empregadas, as mulheres ainda dedicam muito mais tempo à estas atividades de cuidado que os homens, percebemos que a dupla jornada de trabalho também é incontestável.

Duran demonstra ainda que, por exemplo, em relação ao cuidado com as crianças, há diferenças quando se faz o recorte por idade. As mulheres entre 25 e 29 anos e entre 30 e 39 anos são as que dedicam mais horas a essas atividades. Como bem lembra a autora, “são

idades cruciais para o mercado de trabalho e para as carreiras profissionais. Também são idades centrais para a carreira política” (2010, p.56).

Apesar de os dados anteriormente mencionados refletirem apenas a situação da Espanha, há estimativas que apontam que em âmbito global, as mulheres gastam pelo menos o dobro de tempo que os homens nas atividades domésticas⁷. Se somarmos todo o tempo gasto pelas mulheres nas atividades domésticas, mais as horas de trabalho remunerado, não nos parecerá difícil acreditar como a falta de tempo é um fator limitante para o envolvimento político das mulheres.

Contudo, este não é o único fator. Para Phillips (1991), o outro mecanismo de constrangimento refere-se a uma questão de identidade. As mulheres e os homens estabelecem, ao longo de suas vidas, relações diferenciadas e desiguais com o exercício do poder, tanto em casa como no trabalho. Segundo Phillips, o medo e a percepção de sua vulnerabilidade no espaço “público” das ruas, e mais a diferença de poder vivenciada dentro de casa, seja pelo usual maior poder econômico dos homens, seja por ameaças de utilização de seu maior poder físico, colocam as mulheres em uma vivência diferenciada em relação ao poder. Resumindo seu ponto de vista, Phillips argumenta que, “seja por simplesmente não ter tempo, ou como uma consequência mais complexa de sempre ser dito o que fazer, a experiência das mulheres no lar continuamente mina as possibilidades de democracia” (1991, p.100, tradução nossa).

Devemos observar que a relação entre a divisão sexual do trabalho doméstico e do trabalho remunerado não se traduz em uma relação única de causa e consequência. Como, de modo bastante claro, coloca Okin (1991): “um ciclo de relações de poder e de decisões permeia a família e o espaço de trabalho, e as desigualdades de um reforçam aquelas que já existem na outra.” (p.147, tradução nossa)

Para Okin, as expectativas das mulheres e sobre as mulheres em relação ao casamento e à reprodução e o papel a ser desempenhado por elas resulta em uma situação de vulnerabilidade mesmo para aquelas que nunca se casam. As escolhas que farão ao longo da vida em relação à formação educacional e à escolha profissional são limitadas por uma antecipação da possibilidade de no futuro formarem uma família.

Quando as mulheres casam, sua situação de vulnerabilidade é reafirmada, o que permite a continuidade do ciclo de desigualdade de poder. Levando em conta o fato de que a estrutura do mercado de trabalho é desigual em termos de gênero, acarretando diferenciações

⁷ UNITED NATIONS. *The World's Women 2010 – Trends and Statistics*, 2010.

salariais entre homens e mulheres, os homens acabam tendo poder muito maior, possibilitando tanto que se neguem a cooperar nas atividades domésticas (ou ao menos que se neguem a cooperar de forma equitativa, como vimos nas pesquisas de uso do tempo) quanto que influenciem a decisão de suas esposas de abandonar suas carreiras, muitas vezes, com a justificativa de garantir o melhor para a família. Como em uma relação de *tradeoff*, se as mulheres ganham menos, muitas vezes é mais racional, sob a perspectiva familiar, que se dediquem apenas às atividades de cuidado com a família e o espaço privado.

Devemos observar que a relação entre os imperativos do mundo privado e da exclusão das mulheres nos espaços públicos não é uma via de mão única. Como esferas interdependentes, não podemos esquecer que a estrutura e os mecanismos presentes no espaço público também reforçam os padrões de desigualdades que encontramos no privado. Para ficarmos apenas com um exemplo, a legislação brasileira sobre licença maternidade, se, por um lado, foi uma vitória do movimento feminista na luta pela conciliação do trabalho com a vida privada, por outro, legaliza e reforça a responsabilidade primária das mulheres em relação às crianças, e tem um impacto negativo em suas possibilidades de admissão no mercado de trabalho formal.

Como veremos ainda nos capítulos seguintes, apesar de todos os obstáculos mencionados, cada vez mais mulheres têm conseguido ocupar espaços na esfera pública, e mais especificamente na política institucional. Contudo, a separação entre esferas pública e privada e a “naturalização” do pertencimento das mulheres à última, não somente possibilitou a exclusão das mulheres do espaço público por séculos, como também tem hoje impactado na atuação política daquela minoria de mulheres que conseguem superar as barreiras do espaço privado.

1.4. Buscando soluções: por uma dicotomia igualitária para homens e mulheres.

Se as análises feministas dos problemas relacionados à dicotomia público/privado são amplamente diversas, diversas também são as soluções propostas na busca pela equidade entre homens e mulheres, especialmente no que se refere a uma participação política equitativa. Desde às defesas à politização das questões privadas, do insulamento dos espaços públicos com a moral mais generosa basilar nas relações privadas, ou simplesmente pela completa supressão da divisão entre público e privado, as feministas sempre tentaram não somente criticar as coisas postas, mas também apresentar uma via possível de mudança.

Se hoje nos parece pouco provável vermos levantadas bandeiras em defesa da completa intervenção do estado nas relações e decisões mais íntimas do âmbito privado, e se a privatização do público não parece uma solução possível, parece que as propostas feministas caminham na busca por um equilíbrio, uma terceira via.

Nesse sentido, não nos parecem somente compatíveis, mas complementares e igualmente importantes a necessidade de uma completa reestruturação das relações familiares, de uma redistribuição igualitária dos afazeres domésticos e de uma concomitante reestruturação do espaço público (PHILLIPS, 1991; PATEMAN, 1993); e a promoção de políticas públicas e instituições que possibilitem que os diferentes papéis a serem desempenhados pelas pessoas sejam livres de predeterminações baseadas em seu gênero, ou que ao menos se garanta a proteção das vulnerabilidades decorrentes do exercício de determinadas responsabilidades (OKIN, 1991) e a proteção da privacidade enquanto a possibilidade da autonomia de decisões sobre os próprios corpos, e enquanto espaço de promoção do desenvolvimento das capacidades pessoais e do desenvolvimento de relações íntimas de afeto (COHEN, 1997; OKIN, 2008).

Retomando nossa preocupação principal neste trabalho, nos parece claro que a concretização das propostas apresentadas são fundamentais para possibilitar que as mulheres se integrem e participem da política, como os homens. Contudo, como veremos nos capítulos seguintes, há mecanismos presentes nas instituições formais da política (sistema e legislação eleitoral, configurações partidárias, recrutamento partidário e divisão dos recursos entre candidatos, processo de nomeações etc.) que nos ajudarão a entender de maneira mais completa os obstáculos ainda enfrentados pelas mulheres para ocuparem efetivamente os espaços públicos e as transformações necessárias para que isto ocorra.

Mas o que está em jogo, quando defendemos uma maior presença das mulheres no espaço público? Somente as mulheres podem defender e representar seus próprios interesses? Existem interesses próprios às mulheres? Podemos falar em democracia e justiça, quando a metade da população não participa efetivamente das decisões que afetam suas vidas? No próximo capítulo tentaremos, responder a essas questões.

CAPÍTULO 2

Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.

Mulher é desdobrável. Eu sou.

(Adélia Prado - *Com licença Poética*)

No capítulo 1, pudemos discutir porque as mulheres estão ausentes da política institucional. Vimos que historicamente o papel desempenhado pela mulher na reprodução serviu como justificativa para que fossem condicionadas a permanecer presas ao espaço doméstico. Vimos ainda que, apesar dos inúmeros avanços obtidos pelo movimento feminista, a divisão sexual do trabalho doméstico e do trabalho remunerado é ainda um obstáculo para a real efetivação dos direitos políticos formalmente conquistados.

Também assinalamos que a luta pela inclusão política não é recente no movimento feminista. Se o objetivo de inclusão política defendido pelas sufragistas continua presente com a atual defesa da criação de mecanismos que favoreçam essa inclusão – políticas de cotas, por exemplo –, as justificativas que fundamentam a inclusão variaram ao longo da história do feminismo e da teoria política feminista.

Este segundo capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, iremos discutir duas das correntes presentes na teoria política feminista que justificam a necessidade de se defender a participação das mulheres na política. Na segunda parte, traremos alguns dados específicos do contexto brasileiro sobre essa participação.

De acordo com Phillips (1991), há usualmente três caminhos para justificar a paridade entre homens e mulheres na política. O primeiro conjunto de argumentos é centrado em uma preocupação estritamente numérica da participação política das mulheres. Se na sociedade as mulheres representam aproximadamente metade da população, há uma expectativa probabilística de que as mulheres ocupem a metade dos cargos de poder. Se isso não ocorre, como é o caso da maioria das democracias atualmente, é porque há um problema colocado, um problema de justiça. Essa primeira justificativa parte, portanto, do pressuposto de uma representação por espelho, ou descritiva, na qual o conjunto dos representantes deve formar um “microcosmo” do conjunto dos representados.

O segundo conjunto de argumentos considera que a inclusão das mulheres na política traria à política valores, experiências e um tipo de conhecimento diferenciado, tornando-a mais “humanizada”. Como veremos com mais detalhes adiante, autoras, como Ruddick (1995) e Gilligan (1982), defendem que o papel desempenhado pelas mulheres a partir da

divisão sexual do trabalho e a experiência advinda desse papel devem ser levadas para o espaço político. Para as autoras dessa corrente, a entrada das mulheres na política deve ser defendida, pois elas tornariam a política menos agressiva, menos vinculada a interesses individuais e mais preocupada com cuidado com os outros.

O terceiro conjunto de justificativas para a inclusão das mulheres na política considera que a opressão sofrida por elas devido ao seu posicionamento na estrutura social de uma sociedade androcêntrica conforma um coletivo cujos interesses, objetivos e perspectivas devem estar presentes na política.

Analisaremos mais detalhadamente a seguir a segunda e a terceira corrente de justificativas para a maior participação das mulheres na política, pois elas serão úteis em nossa análise. A primeira justificativa, da representação por espelho, não se sustenta, pois há uma infinidade de grupos que também não estariam representados descritivamente nos espaços de poder, e não por isso é considerada legítima e importante a inclusão de cada um deles. Como critica Phillips,

Devemos eleger estudantes, pensionistas, desempregados, em números que espelhem sua proporção na sociedade? Devemos ter representação proporcional de cada categoria profissional, cada minoria lingüística, racial e religiosa? Devemos realizar a cada cinco anos pesquisas sobre o número de lésbicas e gays para garantir que tenham uma representação justa no parlamento? E o que dizer sobre altura, peso, cor do cabelo, preferências musicais, esportivas ou literárias? A idéia é patentemente absurda. (PHILLIPS, 1991, p.65, tradução nossa)

Podemos adiantar que a argumentação central deste trabalho é alinhada à terceira justificativa. Defenderemos que a inclusão das mulheres nos espaços de poder é fundamental para alcançar uma real democracia, uma democracia justa. E que considerando as continuidades e os impactos recíprocos entre as desigualdades estruturais encontradas tanto no espaço público quanto no privado demandam políticas que promovam a igualdade em ambos.

Na segunda parte do capítulo, iremos traçar um panorama da participação das mulheres na política formal no Brasil, trazendo um rápido recorrido sobre a evolução dessa participação, com ênfase nos últimos resultados das corridas eleitorais à luz da política de cotas.

2.1. A diferença moral entre homens e mulheres como justificativa para a entrada das mulheres na arena política.

Como vimos no capítulo anterior, os teóricos contratualistas preocuparam-se em teorizar sobre apenas uma parte do contrato: aquela esfera que consideraram como pública. Apesar de os autores contratualistas, em geral, não se preocuparem em teorizar sobre a outra metade – privada e feminina –, podemos encontrar algumas referências à exclusão das mulheres do espaço público. Em princípio, essa exclusão era justificada por uma diferença no sistema moral das mulheres ou, de modo mais explícito, por sua incapacidade moral.

A impossibilidade de as mulheres desenvolverem um senso de justiça justificaria sua exclusão do espaço público, limitando sua atuação à esfera privada. De acordo com Pateman (1989), Rousseau argumenta que as mulheres, devido a sua permanente ligação com a natureza, por seu papel na procriação, seriam incapazes de transcender suas paixões e alcançar a racionalidade e a moralidade necessárias à vida social. Para ele, representariam, assim, uma constante fonte de desordem, colocando em risco a estabilidade do estado. Nas palavras de Rousseau, “nunca um povo pereceu pelo excesso de vinho; todos pereceram pela desordem das mulheres” (ROUSSEAU, *apud* PATEMAN, 1989, p. 17).

Pateman (1989) nos alerta para o paradoxo criado a partir desta percepção sobre as mulheres, que, apesar de moralmente fracas, eram as guardiãs da moralidade familiar, responsáveis pela criação dos filhos, os quais formariam as próximas gerações. As mulheres representariam, ao mesmo tempo, a ordem e a desordem. Representariam um elo entre o que é natural e o que é social, entre a família e a sociedade civil.

E é sobre a idéia de uma diferença moral entre homens e mulheres que uma corrente de pensadoras feministas vinculadas à psicologia buscará argumentos para defender a participação das mulheres na política. Entre outras autoras, Gilligan (1982) defende que a disparidade entre a experiência das mulheres e a representação do desenvolvimento humano não deve ser vista como um problema no desenvolvimento das mulheres, mas como um problema na própria representação do desenvolvimento humano presente na literatura da psicologia.

Gilligan sugere que o modelo dos estágios de desenvolvimento traçado por Kohlberg⁸ não é neutro em termos de gênero, pois somente considera como qualidades necessárias e

8.São seis os estágios de desenvolvimento moral de Kohlberg: 1. orientação para a punição e a obediência; 2. hedonismo instrumental relativista; 3. moralidade do bom garoto, da aprovação social e das relações

representativas do desenvolvimento moral aquelas associadas à masculinidade. O modelo de Kohlberg enfatiza uma ética com orientação à justiça e negligencia uma ética voltada ao cuidado, característica do desenvolvimento feminino.

A partir de pesquisas empíricas, Gilligan demonstra que as mulheres não são incapazes de desenvolver completamente sua moral, como sugere o modelo de Kohlberg, mas possuem “uma voz diferente”. Como bem resume Benhabib sobre o argumento de Gilligan:

A distinção entre uma orientação ética de justiça e direitos e uma orientação ética de cuidado e responsabilidades permite que ela considere o desenvolvimento moral das mulheres e as capacidades cognitivas demonstradas por elas em uma nova perspectiva. Uma vez que essas características não são vistas como deficiências, mas como componentes essenciais do raciocínio moral dos adultos no estágio pós convencional, a aparente confusão das mulheres se torna um sinal de sua força. (BENHABIB, 1992, p.149, tradução nossa).

A ética e a moral diferenciada desenvolvida pelas mulheres seriam decorrentes do papel desempenhado por elas como zeladoras do bem-estar familiar de maneira geral, e especialmente da relação das mulheres com seus filhos. Contudo à relação entre mãe e filhos/as (a maternidade) usualmente é dada maior ênfase. Sobre a centralidade da maternidade para o pensamento feminista, Collin e Laborie (2010) afirmam que,

A maternidade constitui, ao mesmo tempo, uma especificidade valorizada – o poder de dar a vida -, uma função social em nome da qual reivindicar direitos políticos ou direitos sociais, e uma das fontes da opressão. Operadora de divisões, ela estrutura as oposições teóricas das feministas (p.133)

Para ficarmos apenas com dois exemplos históricos dessas oposições, se, no início do século XX, as feministas na França reivindicavam o reconhecimento da importância e a subvenção pelo Estado da atividade materna e do trabalho doméstico – resultando na criação, por exemplo, da licença-maternidade –; na nova onda do feminismo da década de setenta, elas passam a demandar a soberania sobre seus corpos e a possibilidade de recusarem a maternidade. (idem, pp. 134 e 135).

Entre outras autoras feministas que refletiram sobre a maternidade, Ruddick (1995), partindo de uma perspectiva filosófica empirista – para a qual o conhecimento e a verdade somente derivam da prática – defende que a experiência da maternidade produz um tipo de conhecimento, um tipo de pensamento específico, o pensamento maternal. Assim como a

interpessoais; 4. orientação para a lei e a ordem, autoridade mantendo a moralidade; 5. orientação para o contrato social democrático; 6. Princípios Universais da Consciência (BIAGGIO, 1997)

ciência natural é definida a partir de seu objetivo de buscar compreender o funcionamento do mundo, para poder explicá-lo, prevê-lo e até controlá-lo, a maternidade é definida pela busca por atingir o seu objetivo: atender as demandas de cuidado das crianças.

Ruddick ressalva que estas demandas não são aquelas triviais, como tomar sorvete, brincar com os amigos até mais tarde etc. Para a autora existem três demandas básicas do cuidado com as crianças que constituem o trabalho materno: *preservação*, *crescimento* e *aceitabilidade social*. Da mesma forma como a ciência responde a sua demanda por descobrir o mundo se valendo de experimentos replicáveis, as demandas impostas ao trabalho materno devem ser atendidas utilizando praticas próprias à maternidade, como a criação e o treinamento das crianças.

É a partir dessa pratica cotidiana desempenhada pelas mães, que elas são demandadas a refletir sobre estratégias, realizar julgamentos e valorar de maneira relativa, a cada situação, essas três demandas básicas, visto que, em certos casos, a *preservação*, o *crescimento* e a *aceitabilidade social* podem entrar em conflito. Ruddick exemplifica a situação com uma criança que pede à mãe para ir sozinha fazer compras. Nesse caso, a mãe deveria considerar os riscos para a preservação da criança ao sair sozinha de casa, ou valorizar a possibilidade de que ela tenha uma experiência importante para o seu desenvolvimento?

Essas estratégias, valores, capacidade de realizar julgamentos, desenvolvidas pelas mulheres a partir da atividade materna, poderiam, para Ruddick, ser transportadas para o âmbito político, promovendo um ambiente mais “humanizado”, substituindo suas beligerâncias por uma política de paz.

A autora ressalva que as mães, em si, não são seres melhores do que as outras pessoas e que esses valores não são intrínsecos a elas, mas, sim, à experiência e às reflexões proporcionadas pela prática da maternidade. Em determinados momentos, ela tenta desnaturalizar a relação entre maternidade e mulheres, chegando a afirmar que os homens podem ser mães (e não que a paternidade pode substituir a maternidade).

Entre outras afirmações relevantes, para Ruddick “ninguém, por ser mulher, *nenhuma mulher ou nenhum homem, por serem mães*, deveriam ter negados qualquer atividade intelectual que os atraíam” (1995, p.25, tradução e grifo nosso). Contudo, ao longo do texto percebe-se claramente que a autora não consegue (ou não quer) livrar-se desse vínculo e não se preocupa em teorizar sobre o porquê de as mulheres em geral assumirem a responsabilidade pelo cuidado com as crianças. Nas palavras da autora,

Muitas pessoas que não as mães estão interessadas no desenvolvimento dos filhos – pais, namorados, professores, médicos, terapeutas, treinadores. Mas tipicamente a mãe assume a tarefa principal de manter as condições para este desenvolvimento: é a mãe que se considera e é considerada pelos outros como principal responsável por problemas nesse desenvolvimento. (RUDDICK, 1995, p.20, tradução nossa)

Exatamente a busca por explicar por que as mulheres são mães ou, de modo mais claro, por que as mulheres tendem a ser responsabilizadas e se responsabilizam como principais cuidadoras das crianças é o objetivo fundamental do trabalho de Chodorow (1978). A autora valer-se-á de uma argumentação baseada na psicanálise, em detrimento das explicações correntes para a relação entre mães e filhos, baseadas tanto em argumentações biológicas (instinto, hormônios, genes etc.) quanto em uma perspectiva de reprodução intencional de papéis.

Para Chodorow, portanto, a maternidade não pode ser vista como uma questão natural: porque as mulheres geram crianças elas são naturalmente responsáveis pelo cuidado com os filhos; nem como um papel intencionalmente transmitido e imposto às mulheres, como se cada menina, individualmente, fosse treinada ao longo de sua vida para ser mãe. Para ela, a maternidade é um elemento central da divisão sexual do trabalho e estruturante na criação do sistema de gênero em que vivemos. Como uma questão estruturante, a maternidade e sua reprodução somente podem ser explicadas se recorrermos a elementos também estruturais. Assim, nas palavras de Chodorow,

A maternidade das mulheres se perpetua por si através de mecanismos psicológicos induzidos sócio-estruturalmente. Não é um produto não mediado da fisiologia. Mulheres se tornam mães porque foram “maternalizadas” por mulheres. Em caso contrário, como os homens são “maternalizados” por mulheres, isso diminui suas capacidades parentais” (1978, p. 211, tradução nossa)

A maternidade, como uma atividade feminina, é reproduzida na sociedade de maneira cíclica. Como as meninas são criadas por mulheres, elas estabelecem um tipo de relação interpessoal de proximidade e desenvolvem as capacidades e demandas psicológicas relacionadas à maternidade. Os meninos, ao serem criados por mulheres, desenvolvem um tipo de relação interpessoal baseado no distanciamento, o que os permite desenvolver capacidades e demandas voltadas para o espaço público, fora das relações familiares.

É importante ressaltarmos que, apesar de estarmos citando o trabalho de Chodorow junto aos de Gilligan (1992) e Ruddick (1995), de modo diferente, ela não identifica, na

existência feminina ou na prática da maternidade, uma voz, uma moral ou uma ética diferente, que possa servir como fonte de transformação à prática política⁹.

Ao reconhecer que a maternidade é o elemento central da divisão sexual do trabalho e, portanto, estruturante do sistema de gênero dominado pelos homens – ainda que as qualidades da maternidade sejam apreendidas pelas mulheres por intermédio de processos psicológicos e sociais –, Chodorow reconhece não somente a necessidade como também a possibilidade do desenvolvimento das mesmas capacidades parentais entre os homens, a partir de uma divisão equitativa das responsabilidades de cuidado.

O problema principal no argumento de uma “política maternal” é que a defesa de um sistema moral diferenciado entre homens e mulheres (GILLIGAN, 1982), ou de valores diferenciados a partir do exercício da maternidade (RUDDICK, 1995), e ainda que essa moral e esses valores representem a contribuição feminina para a transformação do espaço público e justificativa para sua inclusão (GILLIGAN, 1982; RUDDICK, 1995), acaba por reproduzir e naturalizar uma divisão sexual do trabalho que, como vimos, é elemento central na subordinação das mulheres.

Apesar de pesquisas recentes¹⁰ demonstrarem que as mulheres que superam as barreiras ao ingresso na vida política tendem a lidar com temas relativos ao cuidado social, como questões relacionadas a infância, educação, inclusão de grupos minoritários etc. Não devemos observar essa tendência apenas como uma escolha dessas mulheres, que, naturalmente, estariam propensas a tratar dessas questões¹¹.

Como afirma Miguel (2000), devemos levar em consideração a estrutura do campo político, onde os temas são hierarquizados em termos de importância, sendo também hierarquizado o grau de capital político necessário para lidar com certos temas. Podemos inferir que as mulheres atuam mais nas áreas ligadas ao cuidado, pois estas possuem menor prestígio no campo político e demandam, assim, menor capital político. Aprofundaremos melhor essa questão no capítulo 3, quando observaremos, a partir de nossa pesquisa, que essa tendência também pode ser encontrada nas indicações para a ocupação de cargos no executivo.

⁹Ao menos no que se refere ao trabalho de Chodorow: *The reproduction of Mothering* - vale dizer seu trabalho mais citado -, não há nenhuma passagem que nos permita inferir que Chodorow esteja defendendo uma “política maternal”.

¹⁰Para análises da atuação das mulheres no Legislativo federal, ver os trabalhos Pinheiro (2007), Biroli e Mello (2008).

¹¹ C.f. Miguel e Biroli (2011).

Como veremos a seguir, o desafio posto para o feminismo é o de pensar a inclusão das mulheres na política (como também a inclusão de outras diversidades de raça, classe etc.), sem que isso represente a essencialização dos sujeitos. Para que isso seja possível, “temos que encontrar uma linguagem política que permita o reconhecimento da heterogeneidade e diferença, mas que não resulte em um essencialismo que defina cada um de nós a partir de apenas um aspecto” (YOUNG,2006, p.168).

Argumentaremos que o conceito de perspectiva definido por Young (2000) pode ser a resposta para esse dilema do reconhecimento da diferença e da negação da essência. Argumentaremos ainda que somente é possível alcançar uma justa democracia se a perspectiva dos grupos oprimidos estiver incluída nos processos de tomada de decisões políticas que afetem as suas vidas.

2.2. A demanda pela inclusão de interesses e perspectivas femininas como necessária para uma democracia justa.

Como argumenta Phillips (1991), apesar do conceito e do exercício da democracia ser bem mais antigo que o feminismo, ambos compartilham uma base comum, que é uma noção de igualdade e de oposição ao poder arbitrário. Contudo, da mesma forma como a própria incorporação da idéia de igualdade à democracia é recente e conflituosa, também conflituosa é a relação entre democracia e feminismo.

Segundo a autora, a crítica do feminismo à democracia será direcionada aos seus três modelos fundamentais: democracia liberal representativa, democracia participativa e a democracia do republicanismo cívico. Phillips irá não somente apresentar as críticas feministas a cada um dos tipos da democracia como também os limites de cada uma para responder as demandas impostas pela inclusão do gênero nesse debate.

Considerando a nossa ênfase na participação das mulheres na política formal, nos concentraremos nos questionamentos e alternativas apresentadas pelo feminismo à democracia liberal representativa. O primeiro questionamento que o feminismo traz para a democracia liberal representativa refere-se ao seu paradigma individual.

Como vimos na discussão sobre o contrato, o estado liberal surge a partir de um acordo entre indivíduos igualmente livres. O feminismo irá questionar a neutralidade sexual desses indivíduos, argumentando, por exemplo, que, se todos são realmente iguais, o que poderia explicar o fato de as mulheres estarem praticamente ausentes dos espaços de poder?

O reconhecimento da sub-representação das mulheres como um problema evidencia os limites dos pressupostos liberais de representação na democracia contemporânea, tanto nos termos da *práxis* quanto da teoria política. Phillips, em *The Politics of Presence* (1995), critica os limites da democracia liberal em lidar com a exclusão política, pois parte de um ideal de representação que privilegia as idéias na relação entre representantes e representados, a “política de idéias”. A diferença, na democracia liberal, é vista como uma diferença de opiniões e a escolha dos representantes leva em conta o compartilhamento das opiniões entre os indivíduos – não importa “quem” representa, mas, sim, ao “que” se representa.

A autora, então, contrapõe a essa visão uma “política de presença”, a qual busca responder a uma demanda de grupos historicamente excluídos por questões de gênero, etnia, religião etc., por maior presença política desses grupos nos espaços de tomada de decisões. Essa perspectiva parte de um pressuposto de que os grupos que vivenciam sua própria exclusão devem ter espaço para apresentar suas próprias demandas e interesses.

Phillips ressalta, assim, os limites dessas duas visões da representação e conclui que a busca por uma democracia mais justa deve mesclar elementos de ambas. Nas palavras da autora:

(...) enquanto a política de idéias é um veículo inadequado para lidar com a exclusão política, há pouco a ser ganho por simplesmente substituí-la por uma política de presença. Consideradas isoladamente, a fraqueza de uma é tão dramática quanto as falhas da outra. (PHILLIPS, 1995, p.11, tradução nossa)

A mudança de uma perspectiva da representação baseada nos indivíduos para uma baseada em grupos apresenta ao menos três grandes problemas. O primeiro é a definição de quais grupos e quais diferenças são importantes e devem incluídos na política. O que diferenciaria, por exemplo, as demandas por inclusão política das mulheres e do grupo de jovens que andam de skate? Seriam elas igualmente legítimas e fundamentais para o aprofundamento da democracia?

Phillips (1991) primeiramente reconhece que a importância dada às diferenças sociais irá variar de acordo com os contextos sócio-políticos: em um estado formalmente não laico, por exemplo, poderá tornar-se necessária a representação de um grupo religioso minoritário. Como uma forma de tentar dar uma resposta ao nosso dilema da representação de mulheres e *skatistas*, Phillips defende que,

Um principio útil é que, quando uma característica particular importa (o que significa que ela substancialmente dita a sorte das pessoas que define), deveriam

haver alguns mecanismos para garantir a representação proporcional desse grupo. (PHILLIPS, 1991 p.154, tradução nossa)

Essa assertiva nos parece útil, pois parece difícil imaginar em que sentido a característica de andar de skate pode, por si, representar obstáculos ao desenvolvimento social de um jovem *skatista*. Por outro lado, qualquer par de dados sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho nos permite ver claramente que nascer mulher representa, em maior ou menor grau, certas limitações ou obstáculos para o desenvolvimento de um indivíduo. Contudo, não são em todas as situações que podemos definir claramente quais são as diferenças sociais significativas. Continuamos com um problema não resolvido, na tentativa de definir o que realmente “importa” e o que “substancialmente” limita as possibilidades de desenvolvimento de um indivíduo.

O segundo grande problema da representação de grupos é que os indivíduos pertencem simultaneamente a uma multiplicidade de grupos. Enfatizando a interseccionalidade do gênero, com a raça/etnia e a classe, Phillips irá argumentar que é impossível pensar na representação das identidades em separado de um indivíduo; defende, porém, que, em cada momento ou situação, uma identidade será preponderante sobre a outra.

Para ficarmos apenas com um exemplo, a análise da renda média da população brasileira¹² aponta que as mulheres têm uma renda média bem menor que os homens. Contudo, comparando os rendimentos de mulheres brancas com o de homens negros, elas passam a ser o grupo na melhor posição. Assim, um mesmo indivíduo pode ter sua identidade relacionada a posições sociais vantajosas e desvantajosas, e “a característica particular que importa” e que deverá ser representada politicamente pode variar em cada situação.

Por fim, o terceiro problema estaria na dificuldade ou impossibilidade de definir ou reconhecer quais são os interesses das mulheres a ser representados. Para Phillips, considerando a diversidade interna ao grupo de mulheres, é difícil estabelecer qualquer outro interesse que possa ser consensual entre todas elas para além do interesse de acesso a todas as esferas sociais. Parece que voltamos assim ao nosso ponto de partida: se não existem interesses essencialmente femininos a ser defendidos pelas mulheres, o que justificaria, em tal caso, a demanda por uma participação política equitativa entre os sexos?

Uma autora que pode nos ajudar a dar uma resposta a essa questão é Young (2000), por intermédio de diferenciação que faz entre interesses, opiniões e perspectivas. Os interesses, segundo ela, referem-se àquilo que é importante ao indivíduo para alcançar a situação que

¹² Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (IPEA, SPM, UNIFEM, 2008).

almeja. As opiniões são todo juízo ou crença sobre como as coisas são ou devem ser e os critérios políticos que daí se seguem.

Para Young, indivíduos pertencentes a um mesmo grupo podem ter interesses e opiniões diferentes, mas, por estarem inseridos em uma mesma posição na estrutura social, compartilham experiências que conformam uma perspectiva própria de observar a realidade. A perspectiva seria definida como “um modo de olhar os processos sociais sem determinar o que se vê” (YOUNG, 2000 p.166).

A posição dos indivíduos na estrutura social é definida pelas regras e pela distribuição dos recursos disponíveis. A autora enfatiza que não se deve entender as estruturas como autonomamente existentes, pois, na verdade, elas se configuram e somente existem a partir da ação e interação dos indivíduos. Ressalva ainda que as ações e interações dos atores dão-se em um contexto que não é resultante da intenção de um ator isolado, mas construído coletivamente de modo inconsciente.

As posições sociais diferenciadas e as perspectivas delas derivadas, que são importantes, são aquelas que resultam em vantagens ou desvantagens, facilidades ou dificuldades, para o desenvolvimento do indivíduo, seja de ordem econômica, social ou política. Segundo Young,

A desigualdade estrutural consiste nos constrangimentos relativos com os quais algumas pessoas se deparam em sua liberdade e bem-estar material, como o efeito acumulado das possibilidades de suas posições sociais, quando comparado com outros que, nas suas posições sociais, têm mais opções ou mais fácil acesso aos benefícios. (YOUNG, 2000 p.98, tradução nossa)

Partindo da noção apresentada, observamos que o grupo das mulheres, apesar da imensa diversidade de sua composição (negras, lésbicas, trabalhadoras etc.), ao compartilhar uma posição de desvantagem na estrutura social, em uma sociedade sexista, conforma uma perspectiva comum, que deve ter seu espaço de expressão na política. Como veremos adiante, a inclusão das mulheres e de outros grupos estruturalmente marginalizados é importante tanto para o fortalecimento da democracia, quanto para reverter as desigualdades sociais, econômicas e políticas.

Como já conseguimos defender nosso ponto de vista de que a perspectiva das mulheres deve ser incluída na política, podemos agora discorrer sobre o que essa demanda de inclusão representa no contexto de uma sociedade democrática. Não podemos nos esquivar de refletir sobre esse tema, pois, se estamos defendendo a inclusão das mulheres na política

formal, é porque, de algum modo, apesar de nossas críticas, defendemos e legitimamos o sistema de organização política que está posto: a democracia representativa.

É importante ponderarmos que as demandas por maior participação política nem sempre foram consideradas compatíveis com a defesa da democracia. Quando Pateman, nos anos de 1970, busca, de maneira até então inovadora, analisar as possibilidades de diálogo entre participação e teorias democráticas, ela observa que,

É um bocado irônico que a idéia de participação tenha se tornado tão popular, particularmente entre os estudantes, pois se entre os teóricos da política e sociólogos políticos a teoria da democracia mais aceita (aceita de maneira tão ampla que se poderia chamá-la de doutrina ortodoxa) é aquela na qual o conceito de participação política assume um papel menor. Na realidade, não apenas tem um papel menor, como nas teorias da democracia atuais um dado predominante é a ênfase colocada nos perigos inerentes a ampla participação popular em política. (PATEMAN, 1992, p.10)

Como já sabemos, não é o objetivo deste trabalho discorrer sobre as teorias democráticas. Interessa-nos destacar a necessidade de que sejam incluídos no debate sobre a democracia conceitos como equidade, inclusão de diferenças, perspectivas e do próprio conceito de gênero. Essa inserção não se dá de maneira pacífica, pois, como já assinalamos, ela representa mudanças em alguns dos conceitos centrais da democracia liberal. Como veremos a seguir, a defesa de um espaço político verdadeiramente democrático depende de medidas que garantam uma equânime participação dos indivíduos nos processos de tomada de decisões que afetam suas vidas.

Young (2000) observa que existem diferentes níveis de democracia e que a variável que a define como mais ou menos profunda é o grau de inclusão e o poder de influência dos afetados por uma decisão política. Sua reflexão enfatiza a democracia enquanto um processo, em contraposição a outras perspectivas que enfatizam os valores intrínsecos à própria ideia de democracia ou, ainda, àquelas que a veem como apenas mais um tipo de arranjo institucional. Para ela,

Uma maneira útil é conceber democracia como um processo no qual um grande coletivo discute problemas que enfrentam conjuntamente e tentam, de maneira pacífica, chegar a soluções para cuja implementação todos irão cooperar. (p.28, tradução nossa)

Diferentemente de Phillips (1991), Young aborda a inclusão dos grupos socialmente diferenciados no âmbito de uma democracia deliberativa; adverte, porém, que há uma tendência equivocada em conceber as práticas deliberativas e representativas como

mutuamente excludentes. Ela defende que o fortalecimento da democracia em uma sociedade de massas não pode se furtar da utilização conjunta de processos representativos e comunicativos, ambos pautados pela inclusão das diferenças.

A relação entre os indivíduos no modelo de democracia deliberativa é permeada por ideais normativos de *inclusão*, *igualdade*, *razoabilidade* e *publicidade*. De acordo com Young, o modelo deliberativo permite de maneira mais adequada a conciliação entre a democracia e a justiça. (p.52)

Ela considera que as desigualdades sociais e econômicas tendem a reforçar as desigualdades políticas, as quais, por sua vez, de maneira circular, reforçam as primeiras. A demanda pela inclusão dos grupos marginalizados é importante não apenas para o próprio fortalecimento da democracia, mas também para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas.

Contudo, a inclusão dos grupos sociais diferentes somente faz sentido se todos são inseridos de maneira igual, se há igualdade política. Por isso ela irá diferenciar dois tipos de exclusão: externa e interna. A exclusão interna ocorre quando determinados grupos são incluídos nos processos de tomada de decisões, porém não com o mesmo poder, ou não com as capacidades necessárias para influenciar no processo.(p. 54)

Os indivíduos em um processo comunicativo devem ser razoáveis, mostrar disposição o debate, ouvir outras opiniões e críticas e estar abertos para mudar suas próprias opiniões. Um processo comunicativo deve respeitar o critério de publicidade, os indivíduos devem ser responsáveis uns para com os outros.

De acordo com Young, a relação entre justiça e democracia pode ser estabelecida por duas vias. Primeiramente, em um processo de comunicação democrática, na qual os indivíduos dialogam em busca da solução coletiva dos problemas; considerando sua diversidade social, a utilização de argumentos embasados em critérios de justiça é fundamental para que esse processo tenha sucesso.(p.61)

A diferença é vista por Young não como um empecilho, mas como um importante elemento para a busca por justiça em uma democracia comunicativa. Para ela, há três motivos que tornam a inclusão da diferença importante para a democracia: 1. permite que todos os interesses sejam levados em consideração nos processos de tomada de decisões; 2. possibilita que os participantes apresentem suas demandas políticas não como interesses egoístas, mas como demandas por justiça; 3. aumenta o conhecimento social de todos os participantes, possibilitando que tomem decisões mais justas e democráticas.(pp.74-76)

Young adverte ainda sobre duas falácias presentes nas críticas às políticas de diferença. As políticas de diferenças não podem ser reduzidas a políticas de identidade, pois, como já vimos anteriormente, os grupos devem ser vistos a partir de uma perspectiva relacional e não a partir de uma perspectiva essencialista. Não existem identidades de grupo, as identidades são individuais e são construídas a partir das múltiplas posições individuais na estrutura social. Não existe, portanto, uma identidade feminina, cada mulher a partir de sua posição na estrutura construirá sua identidade, que é única.(pp.87-91)

A segunda falácia está presente na idéia muitas vezes advogada de que os indivíduos marginalizados são moralmente superiores ou “epistemologicamente diferenciados” (p.105). Como vimos no argumento da política maternal, este tipo de expectativa foi compartilhado por algumas feministas, ao defenderem que o diferente papel desempenhado pelas mulheres, decorrente da divisão sexual do trabalho, resultaria em uma moral feminina diferenciada, que poderia humanizar a política.

Acabamos de entender como a justiça pode contribuir para a promoção da democracia. Young também defende que a democracia pode ser promotora de justiça desde que considere os dois critérios gerais e ideais de justiça: autodesenvolvimento e autodeterminação. Esses ideais de justiça contrapõem-se a duas condições gerais de injustiça: a opressão e a dominação. A autodeterminação representaria a capacidade de os indivíduos tomarem suas próprias decisões, livres da dominação de outro com mais poder (p.31).

O autodesenvolvimento demanda tanto uma distribuição equitativa de bens materiais quanto uma organização e distribuição de poder, *status* etc. Considerando que a interação entre os indivíduos e grupos parte de uma condição prévia de desigualdade, cada um necessitará de “quantidades de bens” diferenciadas para garantir seu auto desenvolvimento (p.32) .

A relativização da distribuição equitativa dos bens materiais e não materiais vai de encontro ao pressuposto liberal de que a igualdade deve ser vista como de condições. A política da diferença demanda uma inclusão real, não apenas formal. Para que ela ocorra pode ser necessário muitas vezes lançar mão de algum tipo de ações afirmativas, como as cotas eleitorais para as mulheres.

Para concluir, temos de fazer mais uma ressalva. Apesar de Young defender as ações afirmativas como um importante instrumento de distribuição, ela critica o fato de essas ações legitimarem e não contestarem a estrutura social que está posta. Nas palavras de Young,

Eu defendo que o debate sobre ação afirmativa é uma instancia de aplicação do paradigma de justiça distributiva. Ele define a justiça racial e de gênero em termos de distribuição de posições sociais privilegiadas entre grupos e falha em colocar em questão os problemas de organização institucional e de poder de tomada de decisões. (YOUNG, 2000, p.199, tradução nossa)

Como já vimos em nossa discussão sobre o impacto da divisão entre público e privado para a exclusão das mulheres da política e também como veremos nos capítulos seguintes ao avaliarmos as características dos processos de nomeações políticas, o problema da baixa participação das mulheres não pode ser resolvido sem o questionamento da própria configuração de nossa organização política, nela incluída as relações construídas na esfera privada.

Estamos conscientes de que parte da discussão apresentada a partir do trabalho de Phillips (1991) está muito vinculada à existência de mecanismos de democracia representativa, assim como a discussão de Young (2000) está voltada para mecanismos de democracia deliberativa. Considerando nosso objeto de estudo, as nomeações para cargos do executivo, entendemos que ele não se encaixa diretamente nem como um espaço de representação, nem como de democracia deliberativa. Por isso, estaremos abordando a ausência/presença das mulheres nas secretarias, como um problema de participação política de maneira geral, e cuja análise é fundamental para identificarmos e compreendermos as oportunidades diferenciadas para a construção de carreiras políticas de homens e mulheres.

Antes de encerrarmos este capítulo, apresentaremos um breve panorama da participação das mulheres na política formal no Brasil, com foco nos cargos eletivos do legislativo. Apesar desses cargos não serem o objeto principal de nosso trabalho, esse panorama será importante tanto para nossa análise quantitativa da indicação para os cargos do executivo quanto para a análise da carreira política dos nomeados.

2.3. As mulheres na política brasileira

No Brasil, a luta das mulheres por participação política inicia-se a partir do movimento sufragista, no início do século XX¹³, fortemente marcado pela liderança de Bertha Lutz. Considerada a primeira fase do feminismo brasileiro (PINTO, 2003), o foco daquele momento era lutar pelos direitos políticos no âmbito eleitoral, direito de votar e ser votada. O objetivo

13 Não poderíamos deixar de citar que, ao final do século XIX, algumas mulheres já lutavam por seus direitos políticos de uma forma individual. De acordo com o relato de Pinto (2003), em 1881, a dentista gaúcha Isabel de Sousa Matos, baseada em uma lei que facultava o voto aos portadores de títulos científicos, pleiteou o direito a se alistar. Teve sucesso no alistamento em sua cidade natal, porém foi impedida de alistar-se no Rio de Janeiro (idem, p.15).

deste movimento não era trazer mudanças nas relações de gênero, as mulheres deveriam participar da política para ajudar a construir uma sociedade melhor e não modificar os padrões de relacionamento entre homens e mulheres. Por isso, esse feminismo, segundo Pinto, é considerado um feminismo “bem comportado”.

Outras mulheres também requereram individualmente, no mesmo período, o direito de votar e serem votadas. Elas se apoiavam na brecha deixada na Constituição de 1891, que não excluía nominalmente as mulheres entre aqueles que não poderiam alistar-se eleitores, como os mendigos, analfabetos e outros. No texto constitucional, quando se menciona que são eleitores os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, esse termo, cidadão, referia-se especificamente ao homem. Nas palavras de Pinto: “Esta aparente falta de cuidado em não nominar a exclusão da mulher deriva também do senso comum da época: a evidência de uma natural exclusão da mulher, que para tanto não necessitava ser mencionada” (idem, p.16).

A partir do século XX, as mulheres começaram a se organizar na luta por seus direitos políticos. Destaca-se, neste momento, alguns jornais feministas, a realização de reuniões públicas para discutir o tema, a fundação do Partido Republicano Feminino em 1910, que organiza uma passeata com 90 mulheres em 1917 e a criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF). Esses eventos, entre outros, culminaram na aprovação, em 1932, de um novo código eleitoral, que dá direito de voto à mulher no Brasil (PINTO, 2003).

Não podemos omitir o fato de que, em 1927, o voto feminino já havia sido aprovado no estado do Rio Grande do Norte. A partir de pressão exercida pela FBPF, o senador Juvenal Lamartine, eleito por aquele Estado, interveio junto à Assembléia Legislativa para a aprovação do voto feminino. No mesmo Estado, na cidade de Lajes, foi eleita prefeita, em 1929, Alzira Soriano, a primeira mulher a ocupar um cargo eletivo na América do Sul (COSTA, 1998).

Para as mulheres e também para os homens os sonhos eleitorais foram interrompidos com a instauração do Estado Novo em 1937 (idem, p.99). Para além desta ruptura das possibilidades de participar da política através do voto, a ditadura varguista representou um refluxo não só para o movimento feminista, mas, também, para os outros movimentos sociais emergentes no Brasil naquele período (PINTO, 2003).

Em relação à participação das mulheres nas instituições representativas após a redemocratização em 1945, as mulheres permaneceram praticamente ausentes. Para a formação da Assembléia Nacional Constituinte de 1945, candidataram-se 18 mulheres, mas apenas uma conseguiu eleger-se. Nas Assembléias Constituintes estaduais, a situação foi

bastante semelhante: 14 candidatas e apenas 4 eleitas (COSTA, 1998). Nas eleições seguintes, até o golpe de 1964, as mulheres eleitas representaram importantes, porém poucas, exceções.

O contexto econômico, político e social brasileiro, transformado pelo golpe 1964, apesar da forte repressão e censura, fomentou o levante de novas formas de contestação política. Alvarez (1990) argumenta que a estrutura do regime suscitou o que ela denomina de uma maternidade militante. Nas palavras da autora:

A política econômica e social da ditadura militar no Brasil minara profundamente as estratégias de sobrevivência das famílias trabalhadoras e pobres e comunidades. Esta ameaça para a economia política domiciliar das classes populares, eu argumento, alavancou algumas mulheres a buscar soluções individuais e coletivas para as necessidades mais imediatas de suas famílias. (ALVAREZ, 1990. p.44)

De forma diferente, as mulheres das classes médias e altas também foram afetadas. Devido à ampliação da burocracia estatal, as mulheres passaram a ocupar mais cargos no governo e também cresceu o número das mulheres nas universidades. Apesar de começarem a entrar em espaços antes dominados pelos homens, as mulheres perceberam que seu *status* inferior era mantido e passaram a questionar isso. Nesse período, houve, assim, uma politização maior da vivência dessas mulheres.

Mudanças políticas também foram fundamentais para o fortalecimento dos movimentos de mulheres e feministas. Alvarez (1990) apresenta cinco fatores principais que catalisaram uma consciência de gênero nas mulheres e facilitaram o desenvolvimento de organizações de mulheres: a transformação política e institucional da Igreja; rearticulação com a esquerda militante; a abertura política depois de 1974 (abre espaço para protestos); a percepção por parte do regime de que o movimento de mulheres era uma movimento apolítico (que fez com que o movimento de mulheres ganhasse ainda mais espaços); as novas política internacionais que tangiam a questão de gênero a partir de redes internacionais do feminismo.

A partir da década de 80, acirraram-se as divergências no interior dos movimentos de mulheres e feministas. A discussão maior era se as mulheres deveriam manter-se na luta geral (contra o regime) ou partir para uma luta autônoma. Com as eleições de 1981-82, essas diferenças são ainda mais acentuadas. Nesse momento, muitas mulheres inserem-se nos partidos políticos, o que inicia um processo de institucionalização do movimento. A criação dos conselhos estaduais e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) são resultados claros deste processo de institucionalização (PINTO, 2003).

Nas eleições de 1986, foram eleitas 26 mulheres que participariam da Constituinte. Apesar da pequena representação (menos de 6% do total de cadeiras), essas mulheres, a partir

de uma atuação conjunta, que ficou conhecida como *lobby do batom*, conseguiram influenciar decisivamente os trabalhos da Constituinte, alcançando inúmeras vitórias para as mulheres. Segundo Costa (1998), a atuação conjunta das deputadas conseguiu a aprovação aproximada de 80% das demandas dos movimentos de mulheres à nova Constituição.

As eleições que se seguiram na década de 1990 iriam refletir a manutenção da exclusão das mulheres da política formal, apesar dos avanços de sua situação no que se refere à, cada vez maior, participação no mercado de trabalho remunerado e na superação e reversão do *gap* educacional.¹⁴

A seguir veremos alguns dados dos resultados das eleições a partir da década de 1990 para o legislativo. Com a criação do dispositivo de cotas para as eleições proporcionais em 1995¹⁵, surgiram alguns estudos com o objetivo de acompanhar a evolução no número de mulheres eleitas, destacando-se os trabalhos de Araújo (1998; 2001^a; 2001^b) e Miguel (2000). A Tabela 1 apresenta a serie histórica, a partir de 1990, das candidaturas e dos resultados das eleições para a Câmara Federal de acordo com o sexo dos eleitos.

Tabela 1. Percentual de mulheres candidatas e eleitas para a Câmara Federal de 1990 a 2010

Ano	% de candidatas	% de eleitas
1990	6,4	5,9
1994	6,1	6,2
1998	10,2	5,6
2002	11,5	8,2
2006	12,7	8,8
2010	19,0	8,8

Fonte: Elaboração do autor a partir de Araújo (2001^b); TSE (2010); Araújo e Alves (2007)

Na primeira eleição com cotas, realizada em 1998, surpreendentemente o percentual de mulheres eleitas diminuiu, passando de 6,2% para 5,6% dos eleitos. Na eleição seguinte há um aumento de mais de 45% no percentual de eleitas – passando de 5,6% para 8,2% –, o que

¹⁴ A média de anos de estudo entre a população ocupada com 16 anos ou mais é de 9,3 anos para as mulheres e de 8,4 anos para os homens. Ressalvamos que, se considerada a variável raça, os homens brancos com uma maior média de anos de estudo que as mulheres negras. Para outros dados ver a publicação Retrato das Desigualdades (2008).

¹⁵ Em 1995 foi aprovada a Lei n.º 9.100 que estabelecia que ao menos vinte por cento das vagas nas listas de candidatos dos partidos ou coligações deveriam ser reservadas às mulheres. Em 1997 é aprovada a Lei n.º 9.504 que deixa de definir ao sexo feminino a reserva de vagas, estabelecendo que em cada lista de candidatos um mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento deveria ser reservado para candidaturas de cada sexo.

ainda representa um número muito pequeno. Considerando os dados das mulheres eleitas, as cotas não tiveram um impacto realmente substancial.

Araújo (2001b) ressalva, porém, que, em termos do número de candidaturas femininas, houve um aumento significativo. Entre 1994 e 1998, o percentual de mulheres candidatas passa de 6,1% para 10,2%, um aumento de quase 70%. Observa-se que, nas eleições seguintes, o percentual de mulheres candidatas segue aumentando.

Nas últimas eleições, o percentual de mulheres candidatas para a Câmara bateu um recorde, chegando a 19,0% do número total de candidatos. Apesar de representar um aumento de mais de 50% em relação à eleição anterior e havendo mais que triplicado em comparação à eleição de 1994, ainda continua bem abaixo dos 30% determinados pela Lei.

O baixo sucesso da política de cotas brasileira torna-se mais nítido quando comparado com outros países que adotaram mecanismos semelhantes. Temos como exemplo bastante próximo nossa vizinha Argentina. Segundo Marx, Borner e Caminotti (2007), na Câmara dos Deputados, a proporção de mulheres ascendeu de 4,35 para 13,6% em 1993, (primeira eleição após o sistema de cotas) chegando em 2005 a 35,8%. No Senado, no qual as mulheres representavam apenas 5,8% antes da lei de cotas, ocuparam em 2005 42,3% das cadeiras.

De acordo com o levantamento feito pela *Inter-Parliamentary Union* (IPU)¹⁶, a Argentina chegou a ocupar em 2005 a sétima colocação no *ranking* mundial da participação política de mulheres em relação à composição dos parlamentos nacionais. Enquanto hoje a Argentina ocupa a 12.º posição, como vimos o Brasil está na 108.º.

A Argentina foi o primeiro país do mundo a estabelecer uma cota mínima de candidaturas para as mulheres, em 1991. Um dos fatores principais do sucesso de sua política de cotas foi a inclusão na lei de um dispositivo que define a ordem na lista de candidatos: a cada três candidatos um ao menos deve ser mulher. Aliada ao sistema de lista fechada, essa lei garantiu efetivamente um aumento no número de mulheres eleitas.

Porque então a lei de cotas brasileira falhou em aumentar a presença das mulheres no parlamento? Araújo (1998, 2001^b) e Miguel (2000) consideram que fatores como a não obrigatoriedade do cumprimento da lei, o aumento no percentual de candidaturas que podem ser lançadas por cada partido (que passou de 100% para 150% das vagas) e características do sistema eleitoral brasileiro (lista aberta, financiamento privado) podem explicar o pouco sucesso da nossa lei de cotas em aumentar o número de mulheres nos cargos eletivos.

¹⁶ IPU (2011). *Percentage of women in each National Parliament*. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

Como podemos ver na Tabela 2, a sub-representação das mulheres reflete-se de igual forma nas casas legislativas estaduais. Também observamos nos estados que, apesar do contínuo aumento de mulheres eleitas nos últimos anos, a lei de cotas teve em geral um efeito muito limitado.

Tabela 2. Percentual de mulheres candidatas e eleitas para as Assembléias Legislativas estaduais e distrital de 1990 à 2010¹⁷

Ano	% de candidatas	% de eleitas
1990	-	5,5
1994	7,2	7,8
1998	12,9	9,7
2002	14,8	12,5
2006	14,2	11,6
2010	20,9	12,9

Fonte: Elaboração do autor a partir de Araújo (2001^b) e TSE (2010), CFEMEA (2006; 2010)

Diferentemente do Legislativo Federal, registrou-se na primeira eleição, após a implementação da lei de cotas, um aumento no percentual de mulheres eleitas – de 7,8 para 9,7%. Nas eleições de 2002, a tendência de aumento se mantém, sendo interrompida nas eleições seguintes de 2006, quando ocorre uma queda no percentual de eleitas.

É interessante observar que ocorre o mesmo com o percentual de candidatas, que registram um aumento a cada eleição, com exceção das ocorridas em 2006. Como nas eleições federais, observamos que o percentual de candidatas tem aumentado mais que o percentual de eleitas. Comparando-se os dados de 1994 (última eleição sem cotas) com os de 2010, observa-se que o percentual de candidatas aumentou quase 200% – passando de 7,2 para 20,9% –, mas o percentual de mulheres eleitas aumentou pouco mais que 60% – passando de 7,8% para 12,9%.

Podemos observar ainda que, no âmbito municipal, a participação masculina também é majoritária.

Tabela 3. Percentual de mulheres candidatas e eleitas para as Câmaras Municipais de 1992 à 2008¹⁸

Ano	% de candidatas	% de eleitas
1992	-	7,5
1996	10,9 ¹⁹	11,1

¹⁷ Não foram encontrados dados sobre as candidaturas por sexo para as eleições de 1990.

¹⁸ Não foram encontrados dados sobre as candidaturas por sexo para as eleições de 1992.

2000	19,1	11,6
2004	22,1	12,6
2008	22,0	12,5

Fonte: Elaboração do autor, a partir de Miguel e Queiroz (2006)²⁰, para dados de eleitas de 1992 a 2004; e CFEMEA (2008) para os dados de candidaturas e eleitas em 2008.

Como nas eleições para a Câmara Federal e Assembleias Estaduais, observa-se que o impacto das cotas foi limitado, sobretudo se é considerado o número de eleitas. Nas primeiras eleições com cotas de 1996, para as quais não há dados oficiais completos sobre sexo de candidatos e eleitos, houve um aumento de pouco mais de três pontos percentuais, considerando as eleições anteriores. Nas eleições seguintes, mantêm-se a tendência de uma pequena variação positiva nesse percentual, com exceção da última eleição, quando o percentual praticamente se manteve igual. Em relação às candidaturas, observa-se o mesmo aumento constante e a mesma exceção na última eleição.

Podemos observar que, em geral, há um maior nível de participação das mulheres na política de âmbito local²¹. A explicação para isso pode estar vinculada ao fato de que a participação no município possibilita uma maior facilidade às mulheres em conciliar sua participação na esfera pública com suas responsabilidades da esfera doméstica (Costa, 1998). Ou podemos entender também que o número de mulheres aumenta quando diminui a importância do poder em disputa.

É importante considerarmos que os dados nacionais escondem diferenças regionais e partidárias significativas. Vejamos na Tabela 4 o percentual de mulheres eleitas nas últimas eleições para o legislativo em cada região.

Tabela 4. Percentual de mulheres eleitas para o legislativo federal e estadual em 2006 e 2010, e municipal em 2004 e 2008, por região.

Região	% de mulheres eleitas para o legislativo					
	% de mulheres eleitas para Câmara Federal		% de mulheres eleitas para Assembleias estaduais/distrital		% de mulheres eleitas para Câmaras Municipais	
	2006	2010	2006	2010	2004	2008
Norte	20,0	16,9	13,5	15,7	14,6	13,6

¹⁹ Nos dados de 2006, divulgados pelo TSE, 37,25% dos registros não trazem informações sobre o sexo de candidatos (Nota do CFEMEA, 2008).

²⁰ Miguel (2006) utiliza os dados do IBAM (2003), que atribuiu sexo aos eleitos, de acordo com o nome, quando tal informação não estava disponível nos dados oficiais.

²¹ O único dado que contraria essa tendência é que, na última eleição para as Assembleias Estaduais, as mulheres conquistaram 12,9% das cadeiras, ultrapassando o percentual de 12,5% de mulheres eleitas vereadoras em 2008.

Nordeste	6,0	7,3	12,3	15,2	14,6	14,8
Centro-Oeste	7,3	9,7	10,6	8,8	13,5	12,4
Sudeste	8,9	8,4	11,4	11,1	10,7	10,6
Sul	5,2	6,5	8,7	10,7	11,4	11,5

Fonte: Elaboração do autor, a partir de TSE (2010), para dados de 2010, CFEMEA (2006;2008), para os dados de 2006, e dados das Câmaras Municipais.

Nas eleições de 2006, por exemplo, enquanto na região Norte as mulheres preencheram 20% das vagas para a Câmara Federal, na região Sul foram eleitas apenas 5,2%. Nas eleições seguintes, apesar de uma importante queda, a região Norte se mantém na liderança de eleição de mulheres e a região Sul aparece novamente na última posição. Nas eleições para as assembleias estaduais, a liderança da região Norte também é observada, e o Sul deixa de ser a região que menos elegeu mulheres somente em 2010, quando supera a região Centro-Oeste.

Nas eleições municipais, as regiões Norte e Nordeste aparecem como as que mais elegeram mulheres em 2004 e 2008. E a região Sul aparece junto à Sudeste, com as menores taxas de mulheres eleitas. Miguel e Queiroz (2006) já haviam observado esta tendência ao analisarem as eleições para o legislativo municipal entre 1992 e 2004, onde verificaram que foram eleitas, proporcionalmente, mais mulheres nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do que nas regiões Sul e Sudeste.

Segundo os autores, essa tendência vai de encontro a indicadores de outros estudos de que um maior nível de desenvolvimento estaria relacionado a uma maior inserção das mulheres nas esferas de poder. De maneira oposta, no caso brasileiro, no âmbito do poder municipal, as mulheres apresentam melhores chances de se elegerem nas regiões geográficas menos desenvolvidas economicamente.

Os autores apresentam três possíveis respostas para estas diferenças regionais no sucesso eleitoral das mulheres: 1) filiação das mulheres nessas regiões a partidos de direita, que representariam um tipo de capital político tradicional, familiar; 2) hiperqualificação (educacional) das candidatas dessas regiões; e 3) uma questão demográfica, a maior presença de mulheres no eleitorado dessas regiões. Ao final da análise, os autores não conseguem comprovar nenhuma das hipóteses, e concluem que são necessárias investigações mais complexas, que incluam outros elementos.

Em relação à influência do partido, a literatura tem apontado, no que tange os cargos eletivos, que os partidos de esquerda tendem a ser mais abertos à participação das mulheres que os de direita (ARAÚJO, 2005). No caso brasileiro, essa tendência é percebida tanto em relação ao número de candidatas quanto ao número de eleitas. No capítulo seguinte, quando

analisarmos as nomeações para o executivo no Brasil, voltaremos a considerar a influência regional e partidária para a análise da participação política das mulheres.

Até este momento, analisamos a baixa presença das mulheres nos espaços políticos institucionais, a partir de dados sobre o legislativo. Como pudemos ver, foram realizadas diversas pesquisas, buscando tanto quantificar a presença das mulheres no legislativo como explicar os motivos para uma participação tão reduzida.

Em relação à participação das mulheres no executivo, há um número bem menor de estudos, provavelmente pelo fato de as cotas não terem um impacto direto no percentual de mulheres candidatas e eleitas, visto que, como a eleição neste caso é do tipo majoritária, cada partido ou coligação lança somente um/a candidato/a, não havendo, portanto, uma lista na qual as cotas incidiriam. Na Tabela 5, podemos ver o percentual de candidatas e eleitas para as prefeituras.

Tabela 5. Percentual de mulheres candidatas e eleitas para as prefeituras municipais de 1992 à 2008.

Ano	% de candidatas	% de eleitas
1992	-	3,4
1996	5,3 ²²	5,5
2000	7,6	5,7
2004	9,5	7,3
2008	11,1	9,1

Fonte: Elaboração do autor, a partir de Miguel (2006)²³, dados eleitas de 1992 a 2004; CFEMEA (2008), dados candidatas e eleitas de 2008.

Apesar de um crescimento constante ao longo das últimas eleições tanto em relação a candidaturas quanto a eleitas, a participação das mulheres nos cargos eletivos do executivo é ainda menor que no legislativo. Enquanto o percentual de mulheres candidatas às Câmaras Municipais foi de 22,0% em 2008, no mesmo ano, as candidatas a prefeitas representaram metade desse percentual (11,1%).

Em relação às prefeituras das capitais, em 2008 foram eleitas somente duas mulheres: Luzianne Lins, eleita prefeita de Fortaleza e Micarla de Souza, eleita prefeita de Natal. Nas eleições anteriores, também, somente duas mulheres haviam sido eleitas nas capitais: Luizianne Lins, eleita para seu primeiro mandato como prefeita de Fortaleza; e Teresa Jucá,

²² Nos dados de 1996, divulgados pelo TSE, 37,25% dos registros não trazem informação em relação ao sexo (Nota do CFEMEA, 2008).

²³ Miguel (2006) utiliza os dados do IBAM (2003), que atribuiu sexo aos eleitos, de acordo com o nome, quando tal informação não estava disponível nos dados oficiais.

eleita prefeita de Boa Vista. Interessante observar que as quatro mulheres eleitas prefeitas nas duas últimas eleições foram de cidades da região Norte e Nordeste, as que, como vimos anteriormente, tendem a eleger mais mulheres. Nas eleições ocorridas no ano de 2000, seis mulheres foram eleitas para chefiar o executivo nas capitais²⁴.

Finalmente, sobre as eleições para o executivo estadual, observamos novamente uma menor participação de mulheres quando comparadas às eleições para o legislativo.

Tabela 6. Percentual de mulheres eleitas e candidatas para os governos estaduais/distrital de 1990 à 2010.

Ano	% de candidatas	% de eleitas
1990	-	0,0
1994	9,7	3,7 (1)
1998	8,0	3,7 (1)
2002	9,8	7,4 (2)
2006	12,7	11,1 (3)
2010	10,5	7,4 (2)

Fonte: Elaboração do autor, a partir de TSE (2010) e CFEMEA (1998,2006).

Diferentemente das candidaturas para as prefeituras, não encontramos nas taxas de candidaturas de mulheres para os governos estaduais uma tendência linear de crescimento.. Esses dados confirmam a dificuldade maior das mulheres em se inserir e ter sucesso em eleições majoritárias.

Em 1994, foi eleita a primeira governadora no Brasil²⁵: Roseana Sarney, eleita governadora do Maranhão. Em 2006 foram eleitas três governadoras²⁶, número recorde até o momento: Ana Júlia Carepa, no Pará; Yeda Crusius, no Rio Grande do Sul; e Wilma de Faria, no Rio Grande do Norte. Nas últimas eleições, em 2010, foram eleitas: Roseana Sarney, no Maranhão; e Rosalba Ciarlini, no Rio Grande do Norte.

Os dados apresentados acima são importantes para primeiramente quantificarmos a (baixa) participação das mulheres na política institucional. Ajudam-nos a perceber como elementos do próprio campo político são importantes para entender essa baixa participação e, ainda, como podem funcionar para melhorar esse quadro, como vimos a partir dos resultados das eleições após a implementação da lei de cotas.

²⁴ Angela Amin – Florianópolis; Katia Born – Maceió; Maria Teresa Jucá – Boa Vista; Marta Suplicy – São Paulo; Nilmar Gavino – Palmas; Wilma Faria Meira – Natal (CFEMEA, 2000).

²⁵ A primeira mulher a ocupar o cargo de governadora no Brasil foi Iolanda Fleming, que governou o Acre de maio de 1986 a maio de 1987.

²⁶ Em Abril de 2009, com a cassação do mandato do governador Jackson Lago e de seu vice, que havia ficado em segundo lugar nas eleições de 2006, assumiu o governo no Maranhão.

Nosso trabalho tem como foco analisar a presença das mulheres em outro espaço da política, que não são os cargos eletivos: os cargos no executivo, ocupados através de nomeações. Contudo, como veremos com mais detalhes no capítulo seguinte, a ausência de estudos sobre estes cargos nos impõe a necessidade de recorrermos às análises sobre os cargos eletivos, buscando, a partir dos existentes, mapear de modo mais amplo a baixa presença das mulheres na política brasileira, bem como os diferentes obstáculos enfrentados por elas na construção de suas carreiras políticas.

Conforme veremos também, o trânsito ente os cargos eletivos e nomeados parece ser bastante comum, portanto, a análise dos resultados das eleições entre homens e mulheres será importante na nossa discussão sobre as nomeações para o executivo. Isso não nos eximirá de observarmos que existem distinções importantes nos processos de recrutamento eleitoral e de nomeação e que outras questões devem ser consideradas na análise da presença das mulheres nos cargos de nomeação.

CAPÍTULO 3

Até o momento, discutimos como a dicotomia público/privado estrutura em nossa sociedade papéis de gênero que tendem a segregar as mulheres à esfera doméstica, sexualizam a divisão do trabalho na economia formal e geram uma sub-representação feminina na política formal. Discutimos também por que essa baixa participação deve ser vista como um problema de justiça e de democracia, ao limitar a diversidade de perspectivas presentes nos espaços de tomada de decisões.

Vimos que, a partir dos dados das últimas eleições no Brasil, apesar de um crescimento ao longo das duas últimas décadas, a paridade entre os sexos na política brasileira, mesmo após a implementação de uma legislação afirmativa, a lei de cotas, ainda está longe de ser alcançada.

Neste capítulo, iremos verificar, com os dados obtidos em nossa pesquisa, as nomeações para cargos do executivo no Brasil a partir de uma perspectiva de gênero. Nosso objetivo é buscar compreender se e como as diferenças de gênero têm impacto nessas nomeações para a ocupação dos cargos políticos nos três níveis do poder: federal, estadual e municipal. Objetiva-se avaliar em que medida os problemas até então levantados pela literatura a respeito de gênero e política podem ser relacionados ao nosso objeto de estudo e também em que medida as conclusões encontradas nesta pesquisa podem agregar novas ferramentas e conhecimentos para essa literatura.

Em relação aos cargos nomeados, dado o baixo número de pesquisas, é mais difícil encontrar padrões e variáveis comuns que explicariam a concentração das mulheres nesses cargos. É importante ressaltar que a falta de dados sobre a nomeação para cargos do executivo não é exclusividade da realidade brasileira. Eileen Shanahan²⁷, uma política norte-americana nomeada para um cargo público, afirmou, sobre o contexto de seu país, que “informação sobre mulheres que ocupam cargos por nomeação é uma área negligenciada”. Contudo, considerando a inexistência de estudos no Brasil, a situação norte-americana, com a realização de alguns estudos, é indubitavelmente mais avançada.

Os dados existentes são em sua maior parte resultados da iniciativa do *Center for the American Woman and Politics* (CAWP), da Rutgers University, o qual, a partir dos anos 1980, realizou as primeiras pesquisas sobre nomeações para os gabinetes do executivo

²⁷Former Assistant Secretary for Public Affairs, em Dolan (2001).

(DOLAN, 2001). Das análises encontradas, boa parte utilizou os dados produzidos por esse centro (CARROLL, 1986; MARTIN, 1989; BORRELI, 1997, e OXLEY & FOX, 2004).

Entre os estudos apresentados a seguir, há, de maneira geral, uma preocupação em relacionar o maior ou menor percentual de mulheres em cargos nomeados com questões relativas a um maior ou menor nível de qualificação das mulheres (nível educacional, experiência em cargos públicos etc.), tanto daquelas nomeadas quanto em relação aos dados das mulheres de maneira geral de determinado estado ou país analisado. Observamos, também, como uma tendência, a busca em correlacionar positivamente os percentuais de mulheres eleitas (sobretudo nos parlamentos) com o percentual de mulheres nomeadas.

Os estudos abordam ainda possíveis diferenças nos padrões de recrutamento entre homens e mulheres e também a tendência de uma segmentação dos cargos para os quais as mulheres são nomeadas. Avaliam, por fim, os possíveis impactos e diferenças na prática política ocasionadas pela presença das mulheres nesses cargos. Mais adiante apresentaremos uma breve revisão dessa bibliografia sobre as nomeações para o executivo com uma perspectiva de gênero.

Analisaremos posteriormente os dados de nomeação para o executivo no Brasil em seus três níveis: federal, estadual e municipal. Os dados obtidos são analisados sob a luz das hipóteses e conclusões dos estudos anteriormente mencionados e também comparados com dados sobre o contexto da participação das mulheres nos cargos eletivos no Brasil.

Na última parte do capítulo, analisaremos perfis e alguns elementos das trajetórias políticas dos secretários e secretárias nomeados/as para o Poder Executivo estadual, buscando observar se há padrões nessas trajetórias e identificando quais elementos são valorizados nessas nomeações. Seria uma característica, por exemplo, dos homens e das mulheres nomeadas um elevado nível de qualificação? Haveria entre os secretários e secretárias uma faixa etária predominante? Haveria padrões distintos de filiação partidária entre homens e mulheres nomeadas? Haveria diferenças nos caminhos percorridos por homens e mulheres antes de suas nomeações?

3.1. Revisão da literatura

No âmbito federal, Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005) analisam a nomeação para os gabinetes de ministérios em 18 países da América Latina entre os anos de 1980 e 2003. Utilizando do modelo de oferta e demanda do recrutamento político proposto por Pipa Norris, as autoras buscam explicar porque, comparando com os índices mundiais de mulheres

na direção de ministérios (12%), a América Latina situa-se em uma posição de destaque, com 18% de mulheres nessa mesma posição no ano de 2003.

De acordo com as autoras, a oferta refere-se a variáveis relacionadas à motivação e ao capital político dos indivíduos disponíveis a ocuparem esses postos. Elas buscam correlacionar os níveis educacionais das mulheres, os níveis da participação feminina no mercado de trabalho e o seu número nos parlamentos com os índices de mulheres nomeadas em cada país. Buscam avaliar ainda se estas variáveis influem também no nível de importância dos cargos para os quais as mulheres são nomeadas, considerando a tendência, encontrada por outras pesquisas, de as mulheres ocuparem as pastas de menor prestígio político.

A demanda, nesta análise, refere-se aos fatores considerados importantes para o recrutamento dos indivíduos, os quais são determinados por aqueles que selecionam os candidatos. Está relacionada também aos custos e benefícios relativos de preencher determinado cargo com um homem ou uma mulher (ou outro grupo minoritário politicamente). Com base na literatura a respeito do tema, as autoras analisam se fatores como o pertencimento do presidente a um partido de esquerda, o controle sobre a maioria do parlamento e a existência de um sistema partidário altamente competitivo influem positivamente na presença de mulheres nos gabinetes.

As autoras consideram ainda que os efeitos da passagem do tempo podem interferir no cálculo de custo benefício da nomeação de mulheres. Além de fatores domésticos, como o tempo passado desde a aquisição dos direitos políticos pelas mulheres e o nível educacional da população de cada país, analisam também o impacto dos incentivos e pressões de âmbito internacional por uma maior presença de mulheres nos espaços de poder, marcadas especialmente pelos resultados da Conferência Mundial das Mulheres de Pequim, realizada em 1995.

Entre as conclusões, observam que nas últimas décadas, além de um crescimento expressivo de mulheres indicadas, as chances de ocuparem postos de maior importância também aumentaram, afirmando que a passagem do tempo tem um aspecto positivo para a participação das mulheres, em especial devido ao que chamam de “efeito de difusão” internacional. No contexto atual, tornou-se incomum a construção de uma administração na América Latina sem a indicação de ao menos uma mulher para a direção de um ministério.

Entre as variáveis analisadas em relação à demanda, os dados comprovaram que, quando o presidente pertence a um partido de esquerda, um sistema partidário altamente

competitivo e elevados níveis educacionais da população influem positivamente em uma maior presença de mulheres nos gabinetes. Entre as variáveis relacionadas à oferta, a única que comprovadamente representa um impacto é o número de mulheres nas legislaturas, que, quanto maior for, maiores serão as chances de uma mulher ser nomeada.

Buscando explicações baseadas em possíveis diferenças nos níveis de qualificação entre homens e mulheres, Carroll (1986) aborda as nomeações no governo Carter, as quais se deram em um contexto de forte pressão do movimento de mulheres, organizadas em torno da *Coalition for Women's Appointments* (Coalizão para a Nomeação de Mulheres), para aumentar a participação feminina nos quadros do governo. Durante o período de nomeações, segundo Carroll, sob fortes pressões, Carter e seus conselheiros afirmaram que tinham a intenção de nomear mais mulheres, contudo se depararam com dificuldades em encontrar candidatas com o nível de qualificação necessário. A mídia na época insinuou em diversos momentos que as mulheres nomeadas pelo presidente eram menos qualificadas que seus colegas homens.

De acordo com a autora, essa visão vai de encontro aos estudos de sociologia do trabalho e profissões que apontam que as mulheres que chegam a altos cargos são mais qualificadas que os homens, pois sofrem mais cobranças para comprovarem que são realmente qualificadas para determinado cargo, “apesar” de serem mulheres.

O objetivo da autora é analisar então se as mulheres nomeadas pela administração Carter eram mais ou menos qualificadas que os homens. Ela realizou entrevistas com homens e mulheres nomeados para diversos cargos do executivo federal²⁸. Utilizou três conjuntos de fatores para avaliar a capacidade dos nomeados e das nomeadas: credenciais e experiência (nível de educação e experiência de gerenciamento); origem social (profissão paterna e colégio frequentado); e lealdade política (filiação a partido e participação na campanha eleitoral).

Carroll conclui que, apesar de as mulheres apresentarem um nível educacional ligeiramente menor que os homens, todos os outros fatores analisados comprovam que, na verdade, as mulheres nomeadas pela administração de Carter eram mais qualificadas que seus colegas homens. Destaca-se proporcionalmente o maior número de mulheres pertencentes à “elite”, quando se considera a origem social.

A autora sugere que Carter e seus conselheiros, conscientemente ou inconscientemente, acabaram sendo mais rigorosos com as mulheres, na busca por indivíduos

²⁸ Os cargos analisados no estudo foram: *cabinet secretary*, *deputy secretary*, *undersecretary*, *deputy undersecretary*, *assistant secretary*, *administrator*, *deputy administrator* e *regulatory commissioner*.

qualificados para ocupar aqueles cargos. Essa conclusão vai ao encontro do pressuposto da literatura da sociologia do trabalho anteriormente citada. A autora sugere, por fim, que “talvez os tomadores de decisão estavam menos dispostos a permitir o desvio de normas tradicionais para aqueles cujo sexo biológico já os diferenciava das elites políticas tradicionais em um aspecto importante” (CARROLL, 1986, p.705)

Kerby (2009) tem como foco de análise a nomeação ministerial no Canadá, analisando os dados referentes ao período de 1935-2008. Diferentemente dos estudos apresentados até agora, o autor considera não somente os indivíduos nomeados, como também aqueles que têm a possibilidade de ser nomeados (que se encaixam nas características encontradas pelo autor), mas que não o são. O objetivo de Kerby é descobrir quais seriam os fatores que determinam e aceleram a nomeação de alguém para ocupar um ministério.

O autor considera características pessoais (gênero, nível educacional, formação na área jurídica etc.) e da carreira política dos parlamentares²⁹ (experiência anterior como ministro, margem de vitória na eleição etc.). Outros fatores como a força do partido do governo na região política de onde emerge determinado parlamentar e o “tamanho” da maioria do governo são também hipóteses consideradas.

Entre os dados observados por Kerby, a proporção de mulheres nomeadas variou de 0 a 26% e demonstra tendência de crescimento ao longo dos anos. Observa ainda que a proporção de mulheres ministras apresenta-se maior que a de mulheres no parlamento, e que os Primeiros Ministros Conservadores nomearam um percentual ligeiramente maior de mulheres que os Liberais, 14% e 12%, respectivamente.

O autor conclui que as características pessoais, como gênero e idade, influenciam no tempo de espera para ser nomeado, favorecendo os homens mais velhos. Uma formação na área jurídica também aparece como positiva no aceleração da nomeação. Das características ligadas à carreira política, o autor destaca a experiência prévia como Ministro um fator acelerador.

Uma questão importante observada em alguns estudos é uma possível diferença no *background* dos homens e das mulheres nomeados relacionada a uma tendência de elas serem nomeadas para cargos de menor prestígio e importância, normalmente vinculados à área social.

²⁹ O autor não afirma explicitamente, mas ao longo do texto nos deixa claro que no Canadá somente parlamentares nacionais podem ser nomeados para a direção dos ministérios.

Siaroff (2000) apresenta um estudo sobre a representação das mulheres nos parlamentos e gabinetes nas democracias industriais³⁰, tomando como referência o ano de 1998. Em relação aos dados sobre o parlamento, o autor se vale dos estudos existentes para avaliar de que maneira fatores culturais, políticos e sociais podem ajudar a explicar as diferenças entre os países.

Sobre os gabinetes, o autor, primeiramente, destaca que os dados demonstram uma forte correlação positiva com o percentual de mulheres nos parlamentos. Ele lamenta a ausência de análise sobre a questão e analisa os dados a partir das conclusões defendidas no trabalho de R.H. Davis³¹. De acordo com Davis, existem dois tipos de recrutamento: especialista e generalista. Siaroff resume bem a diferença entre eles:

Ou seja, em um sistema especialista como o da Holanda, ministros são selecionados devido à sua *expertise* na área específica da política pública em questão. Não é tão importante o quanto de experiência política eles possuem (...). Em contraste, em países como Irlanda e Reino Unido, os ministros quase sempre vêm do parlamento. Nesses sistemas, os ministros são considerados generalistas que podem mudar de um portfólio para outro. (2000, p.206)

Davis conclui em sua pesquisa que as mulheres tendem a ser mais nomeadas em sistemas especialistas. O autor, ao aplicar o modelo de Davis em seu estudo, encontra indicadores que o corroboram. Conclui, assim, que recrutamentos em um padrão especialista aumentam o percentual de mulheres nos gabinetes. Encontra também resultados similares aos de Davis no que se refere ao impacto de uma ideologia de esquerda para a maior presença de mulheres nos gabinetes.

Martin (1989) busca preencher a lacuna nos estudos sobre mulheres e elite política nos Estados Unidos ao analisar o recrutamento de mulheres para o Executivo federal. Considerando que o número de mulheres nomeadas para os gabinetes até aquele ano era muito pequeno (10 em mais de 600 nomeações), a autora desenhou sua pesquisa incorporando as nomeações para os subgabinetes³².

Durante o período analisado por Martin, de 1933 a 1987, a autora destaca que as nomeações de mulheres realizadas pelo presidente Carter corresponderam a mais de 40% do total de mulheres nomeadas. Destaca ainda o fato de nenhuma mulher ter sido indicada para o

³⁰A pesquisa inclui 21 nações européias, mais Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Estados Unidos, Israel, Japão e Coreia do Sul.

³¹Davis, R.H. (1997). *Women and Power in Parliamentary Democracies: Cabinet Appointments in Western Europe, 1968 – 1992*. Lincoln : University of Nebraska Press.

³²A pesquisa incluía além dos “secretaries”, as nomeações para os seguintes cargos: *deputy secretary, under secretary, assistant secretary, deputy assistant secretary* e *services secretaries*.

“núcleo duro” da administração federal, compostos pelos gabinetes de Estado, Tesouro, Justiça e Defesa. Os dados levantados apontam para um percentual maior de mulheres indicadas para os subgabinetes do que para os gabinetes, e demonstram ainda que a presença de mulheres na direção dos gabinetes não garante uma maior presença de mulheres nos subgabinetes.

Martin também busca analisar as características pessoais e da carreira das mulheres e dos homens indicados. Um importante fato observado é que, apesar do reduzido número de mulheres nos gabinetes, a autora percebeu, entre elas, um *background* mais generalista, “no sentido de uma bagagem não intimamente vinculada aos ‘interesses’ servidos por seus respectivos departamentos” (1989, p.166). Aponta ainda que quase metade dos nomeados (47,9% dos homens e 48.3% das mulheres) já residiam/trabalhavam na comunidade de Washington, o que sugere um padrão de recrutamento que valoriza aqueles que já estejam de alguma forma próximos a instituições do governo. A autora conclui que o maior obstáculo encontrado pelas mulheres vincula-se à própria natureza do processo de nomeação, no qual os conselheiros do presidente e apoiadores da campanha sugerem nomes de possíveis candidatos aos cargos. Como Martin argumenta,

Fortes argumentos podem ser feitos de que as mulheres ainda não fazem parte deste processo de indicação. E até que isto ocorra, o número de mulheres nomeadas para os gabinetes crescerá lentamente. (...) talvez o recrutamento de mulheres para o gabinete inicial vai depender do aumento do número de mulheres que se tornam parte do círculo dos assessores na fase de campanha. (MARTIN, 1989, pp. 168, 169)

Diferentemente dos estudos vistos até aqui, Borrelli (1997), utilizando-se de uma metodologia qualitativa, também busca avaliar as nomeações dos secretários de estado norte-americanos a partir de uma perspectiva de gênero, focalizando as audiências de aprovação dessas nomeações ocorridas no Senado³³. A autora parte de premissas da literatura feminista, as quais apontam que as mulheres e homens recebem rotineiramente diferentes níveis de credibilidade, “uma mulher não poderia ser confiável, porque as mulheres são presuntivamente passivas, dependentes, sexualmente imprevisíveis e emocionais” (p.172).

A autora avalia que as audiências diferem se os nomeados são vistos como *insiders* ou *outsiders* pelos políticos. Em geral, os considerados *insiders* são aqueles que possuem comprovada experiência prévia na ocupação de cargos públicos, especialmente aqueles já

³³Segundo a autora, em teoria todos os secretários e secretárias nomeados pelo presidente devem ser confirmados a partir de uma audiência realizada no Senado Federal.

vistos como inseridos no “círculo de Washington”. Os *outsiders*, por conseguinte, são aqueles que não possuem essa experiência.

A autora observa, a partir da análise dos discursos das audiências, que os *insiders* possuem de antemão uma credibilidade, a qual deve ser conquistada pelos *outsiders*. Conclui ainda que as mulheres mais dificilmente são “presenteadas” com as credenciais de *insiders*, mesmo quando possuem uma trajetória política semelhante à dos homens.

A seguir analisaremos os dados obtidos em nossa pesquisa sobre as nomeações para os três níveis do executivo, a partir de uma perspectiva de gênero.

3.2. As nomeações para o Poder Executivo Federal no Brasil.

A primeira mulher a ocupar um cargo de ministra no Brasil foi Esther de Figueiredo Ferraz, nomeada para o Ministério da Educação e Cultura em 1982, no governo de João Figueiredo. Nos governos seguintes, observa-se que foi mantida a indicação de ao menos uma mulher para um cargo de chefia ministerial (Biroli, 2011)³⁴. Conforme já vimos com Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005), essa demonstra ser uma tendência em toda a América Latina. Segundo eles, pode ser vista como resultado de uma pressão internacional para a inserção das mulheres nos cargos governamentais, especialmente após a Conferência Mundial de Pequim, realizada em 1995.

Como podemos ver na Tabela 7, com a ascensão do primeiro governo de esquerda no Brasil, no período pós-democratização não houve um incremento significativo do número de mulheres nomeadas.

Tabela 7. Percentual e número absoluto dos ministros/as nomeados/as no governo de Lula em 2003 e 2010, distribuídos por sexo.

Sexo Ministra(o)	Ano de gestão	
	2003	2010
Masculino	86,1% (31)	92,1% (35)
Feminino	13,9% (05)	7,9% (03)
Total	100% (36)	100% (38)

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos ministérios do Governo Federal

³⁴Segundo Biroli (2011), a segunda mulher nomeada ministra foi Dorothea Fonseca Furquim Werneck, nomeada Ministra do Trabalho em 1989, no governo de José Sarney. Entre 1990 e 2003 foram nomeadas mais oito ministras: Zélia Maria Cardoso de Melo (Ministério da Fazenda), Margarida Procópio (Ministério da Ação Social), Yeda Crusius (Ministério do Planejamento, Orçamento e Coordenação), Margarida Coimbra (Ministério dos Transportes), Luiza Erundina de Sousa (Secretaria da Administração Federal), Dorothea Fonseca Furquim Werneck (Ministério da Indústria, Comércio e Turismo), Claudia Maria Costin (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado), Anadyr de Mendonça Rodrigues (Controladoria Geral da União).

Na primeira equipe da administração do presidente Lula, formada em 2003, foram nomeadas cinco ministras: Marina Silva (Ministério do Meio Ambiente); Dilma Rousseff (Ministério das Minas e Energia); Matilde Ribeiro (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial); Emília Fernandes (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres); e Benedita da Silva (Secretaria Especial da Assistência e Promoção Social). Ao término do segundo mandato de Lula, no final de 2010, havia três ministras: Isabella Teixeira (Ministério do Meio Ambiente); Márcia Lopes (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); Nilcéia Freire (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres).

Considerando que no início do primeiro mandato do presidente Lula havia 36 ministérios e que ao longo de sua gestão foram criados mais três³⁵, a diminuição de cinco para três mulheres ministras do início ao final de seu governo representou uma queda de mais de 40% de presença feminina nesse período.

Como sugeriram Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005) em sua análise da nomeação de ministras na América Latina, há uma tendência que seja contemplada uma diversidade maior de grupos na formação da equipe inicial de governo, como uma resposta à demanda de grupos sociais e devido à visibilidade que a formação desta primeira equipe atrai. Ao longo do governo, contudo, nas mudanças que normalmente ocorrem na equipe parece que a inclusão de grupos diversos deixa de ser uma preocupação.

Coletamos também em nossa pesquisa os dados³⁶ sobre a ocupação dos cargos de segundo escalão nos ministérios - as secretarias ministeriais. Conforme a literatura tem apontado, quanto menor o poder advindo da ocupação de um cargo, maior o número de mulheres. Essa tendência foi encontrada por Martin (1989) ao comparar o número de mulheres nos gabinetes e subgabinetes da administração federal dos Estados Unidos. Como podemos ver na Tabela 8, nossos dados confirmam essa tendência.

³⁵Estamos contabilizando além dos ministérios propriamente ditos, as Secretarias Especiais com status de Ministério - Secretaria de Assuntos Estratégicos, Secretaria de Comunicação Social, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Portos, Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Relações Institucionais - e os outros órgãos cujos dirigentes têm status de ministros do poder executivo federal, sendo eles: Advocacia Geral da União, Banco Central, Casa Civil da Presidência da República, Controladoria Geral da União, Defensoria Pública da União e Gabinete de Segurança Institucional. Os ministérios que não existiam em 2003 e que foram criados ao longo da gestão do presidente Lula foram: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - o qual substituiu a Secretaria Especial da Assistência e Promoção Social -, Secretaria de Assuntos Estratégicos e Secretaria Especial de Portos.

³⁶Os dados referem-se ao período final do governo Lula. Não foi possível conseguir os dados referentes à sua primeira equipe governamental. Nessa categoria incluímos os secretários executivos de cada ministério e também aqueles secretários responsáveis por determinadas áreas em cada ministério. No caso do Ministério das Relações Exteriores (MRE), cuja estrutura institucional é diferenciada, foram considerados as/os Subsecretárias(os) Gerais.

Tabela 8. Percentuais e números absolutos dos secretários e secretárias dos ministérios no ano de 2010 distribuídos/as por sexo.

Sexo Secretária(o)	Número absoluto	Percentual
Feminino	29	18,6%
Masculino	127	81,4%
Total	156	100%

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos ministérios do Governo Federal.

Apesar de ocuparem menos de 20% dos cargos nas secretarias, as mulheres ocupavam mais que o dobro do percentual de cargos no comando dos ministérios. Como vimos, ao final do governo do presidente Lula em 2010, as mulheres representavam apenas 7,9% dos ministros, enquanto ocupam quase o dobro do porcentual de cargos das secretárias nos ministérios, 18,6%.

Uma pesquisa no âmbito brasileiro que encontrou dados coincidentes aos nossos é a de Mourão (2006), que pesquisou a ocupação dos cargos comissionados na administração pública. De acordo com o levantamento realizado por ela, apesar de as mulheres ocuparem 43,1% do total de cargos comissionados, o percentual diminuía quanto maior o nível de responsabilidade e poder. Se, no menor nível (DAS-1), as mulheres correspondiam a 46,5%, no nível mais alto (DAS-6), elas ocupavam somente 19,3% dos postos.

A partir da eleição da primeira presidenta do Brasil, Dilma Rouseff, ao final de 2010, criou-se uma expectativa de aumento da participação das mulheres no primeiro escalão do governo. Antes do início da composição, foi amplamente divulgado pela mídia a vontade da presidenta eleita em nomear um grande número de mulheres. A resposta a essa expectativa veio com a nomeação recorde de mulheres para a chefia de ministérios, considerando todos os governos anteriores.

Tabela 9. Percentual e número absoluto dos/as ministros/as nomeados/as para o governo de Dilma Rouseff em 2011 distribuídos por sexo.

Sexo Ministra(o)	Número absoluto	Percentual
Feminino	9	23,7%
Masculino	29	76,3%
Total	38	100%

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos ministérios do Governo Federal.

Se compararmos à composição final do governo anterior, Dilma triplicou a proporção de mulheres no primeiro escalão do Governo Federal. Foram nomeadas as seguintes ministras: Ana de Hollanda (Ministério da Cultura); Helena Chagas (Secretaria de

Comunicação Social); Ideli Salvatti (Ministério da Pesca e Aquicultura); Iriny Lopes (Secretaria Especial de Política para as Mulheres); Izabella Teixeira (Ministério do Meio Ambiente); Luiza Bairros (Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial); Maria do Rosário (Secretaria Especial dos Direitos Humanos); Miriam Belchior (Ministério do Planejamento); e Tereza Campello (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome).

Entre essas nomeações, destaca-se a de Miriam Belchior para o Ministério do Planejamento, um dos que compõem o “núcleo duro” do Governo Federal. Como veremos mais adiante na análise das nomeações para os executivos estadual e municipal, há uma tendência em reservar os cargos de direção das pastas consideradas mais importantes aos homens e aqueles relacionados às políticas sociais, de cuidado, às mulheres. A nomeação de ministras para as Secretarias Especiais da Mulher, Igualdade Racial, Direitos Humanos, nos indicam que essa tendência também pode ser vista no âmbito federal.

Por fim, a nomeação recorde de mulheres para a equipe ministerial pela primeira presidenta eleita no Brasil parece corroborar com a tese de que as mulheres seriam mais sensíveis a promover uma presença mais equânime entre os sexos no governo. Para tentar confirmar essa tendência podemos analisar as indicações para os cargos do segundo escalão dos ministérios. Se houve um acréscimo significativo no número de mulheres ministras, deveria haver também um aumento na proporção de secretárias nos ministérios. Vejamos os dados na Tabela 10.

Tabela 10. Percentual e número absoluto dos/as secretários/as ministeriais nomeados/as no governo de Dilma Rousseff em 2011, por sexo.

Sexo Secretária(o)	Número absoluto	Percentual
Feminino	36	23,4%
Masculino	118	76,6%
Total	154 ³⁷	100%

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos ministérios do Governo Federal

É bastante interessante observarmos que, na equipe da presidenta Dilma, praticamente é mantida a mesma proporção de mulheres à frente dos ministérios (23,7%) na ocupação das secretarias ministeriais (23,4%). A tendência de encontrarmos mais mulheres quanto menor o

³⁷ Duas secretarias no momento da coleta dos dados permaneciam vagas: Secretaria de Fomento para Ações do Transporte, do Ministério dos Transportes; e a Secretaria de Planejamento e Formulação de Políticas, da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial.

nível hierárquico não é confirmada nesse caso. É como se a nomeação das ministras de Dilma representasse um patamar limítrofe para a presença de mulheres no Poder Executivo federal.

Comparando ao percentual de mulheres nas secretarias ministeriais no governo anterior, houve um aumento significativo passando de 18,6% para 23,7%. Esse dado parece corroborar a idéia de que as mulheres, quando ocupam cargos de direção, tendem a formar sua equipe com mais mulheres. Porém, para confirmarmos isso devemos analisar em separado as nomeações dos ministros e das ministras.

Tabela 11. Percentual e número absoluto das /os secretários/as ministeriais nomeados/as para o governo de Dilma Roussef em 2011 e nomeados para o governo de Lula (2010), distribuídos/as por sexo e sexo do/a ministro/a.

Sexo secretário/a	Sexo Ministro/a			
	Governo Dilma		Governo Lula	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Feminino	43,2(19)	15,5(17)	57,1(8)	14,8(21)
Masculino	53,8(25)	84,5(93)	42,9(6)	85,2(121)
Total	100,0(44)	100,0(110)	100,0(14)	100,0(142)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos *sites* dos ministérios do Governo Federal.

Uma primeira observação dos dados nos faz confirmar claramente a tendência mencionada acima: as mulheres tendem a indicar mais mulheres que os homens. Na equipe final do governo Lula, nos ministérios dirigidos por mulheres, as mulheres ocupavam 57,1% das secretarias ministeriais, enquanto naqueles dirigidos por homens ocupavam apenas 14,8%. Na equipe do governo Dilma, observamos uma variação importante na composição dos ministérios dirigidos por mulheres, nos quais os homens também passam a ser maioria (53,8%). Outro dado significativo é que, em números absolutos, as nove ministras juntas nomearam mais secretárias que os vinte e nove ministros.

É importante, contudo, considerarmos outros elementos, como o tema de responsabilidade de cada ministério. Como já mencionamos e como veremos com mais detalhes na análise das nomeações a nível estadual, na política há determinados espaços que usualmente são vistos como mais adequados às mulheres, e outros como mais adequados aos homens. Assim, na equipe do governo Lula, as três ministras ocupavam os seguintes ministérios: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Em relação à SPM, é compreensível que uma instituição que foi constituída para mulheres como resposta a uma demanda do movimento feminista, seja composta por uma

maioria de mulheres. No caso, as quatro secretarias existentes dentro da SPM são ocupadas por mulheres. Estas representam metade das mulheres nomeadas por ministras para secretarias ministeriais. Das outras quatro nomeadas por mulheres, três foram para o MDS e uma para o MMA. Esses dois podem ser enquadrados no campo das políticas do cuidado, *care politics*, que tendem a ser vistos como espaços mais feminizados da política.

Na equipe de Dilma, como vimos, apesar de uma concentração das ministras nas pastas que têm como responsabilidade políticas do cuidado, elas também ocupam outros tipos de pastas, como Planejamento, Comunicação Social, Cultura e Pesca e Aquicultura. Observar a presença das mulheres nas secretarias desses ministérios nos permite ver como se comporta a tendência de mulheres nomeando mulheres, sem uma possível influência mais direta da temática.

Na Secretaria de Comunicação Social, que ao fim do governo Lula era chefiada por um homem, havia somente uma mulher entre quatro secretários. Com a ascensão de Helena Chagas, apesar da mudança de alguns nomes, foi mantida somente uma secretária. É importante considerar que essa secretária passou a dirigir a Secretaria-Executiva, antes, ocupada por um homem. No Ministério de Pesca e Aquicultura, ocorreu uma situação semelhante, pois na passagem do Ministério para uma mulher, Ideli Salvatti, foi mantida somente uma mulher, como na equipe de seu antecessor.

O caso do Ministério do Planejamento é bastante significativo. Antes sob o comando do ministro Paulo Bernardo, das oito secretarias somente três eram ocupadas por mulheres. Com a ascensão de Miriam Belchior, foram nomeadas seis secretárias. Vale ainda destacar que a Secretaria-Executiva passou a ser ocupada por uma mulher. Considerando que o Ministério do Planejamento não tem como responsabilidade uma política de cuidado, pelo contrário, compõe o núcleo duro do governo, percebe-se que houve um interesse claro da ministra em compor sua equipe com mulheres.

Mais adiante, na análise dos dados para as secretarias estaduais e municipais, retomaremos essa questão, mas até então podemos concluir, como já observado por Martin (1989), que a presença de mulheres na direção dos gabinetes por si não garante uma maior presença de mulheres nos subgabinetes e que depende de outros elementos, como a temática a ser trabalhada e o comprometimento individual da dirigente do gabinete com a paridade entre os sexos.

3.3. As nomeações para o Poder Executivo Estadual.

A análise que apresentaremos a seguir é baseada na coleta dos dados referentes à composição dos governos estaduais eleitos em 2006³⁸ e 2010³⁹. As informações sobre as secretarias foram obtidas a partir dos *sites* de cada um dos vinte e seis governos estaduais, e do governo distrital.

É importante considerarmos que, diferentemente dos cargos eletivos que possuem um período definido de mandato, não é definido um prazo mínimo ou máximo de permanência dos secretários e secretárias nos cargos para os quais foram nomeados. Isto quer dizer que dentro de um mesmo período de governo podem haver mudanças na composição do secretariado. Não seria possível em nossa pesquisa acompanhar essas mudanças e fazer uma atualização contínua da nossa base de dados. Contudo, considerando que não é um acontecimento rotineiro em um governo a troca de secretários e secretárias, consideraremos na nossa análise a composição dos governos no período em que levantamos os dados, como a composição das gestões eleitas em 2006 e 2010.

De acordo com o levantamento realizado, existiam, na gestão 2007/2010, 522 secretarias estaduais. Na gestão que se iniciou em 2011, encontramos 529 secretarias. Essa diferença no número de secretarias é reflexo da autonomia de cada governante estadual em definir o número de pastas em seu governo. Comparando os dois períodos, não somente foram criadas novas secretarias, como também foram extintas ou fundidas outras. Como veremos mais adiante, essa diferença refletirá na distribuição das secretarias por categoria.

No total de secretarias estão incluídas tanto secretarias ordinárias quanto extraordinárias. Estas, usualmente, são criadas para tratar de temas mais específicos que talvez não pudessem ser geridos de forma satisfatória pelas secretarias já existentes (ex.: Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres, Secretaria Extraordinária de Políticas para Juventude, Secretaria Especial para a Copa de 2014 e outras).

Em relação à participação por sexo na direção das secretarias, obtivemos os seguintes dados:

³⁸Dados obtidos no período de 01/05/2009 a 01/06/2009.

³⁹Dados obtidos no período de 01/04/2011 a 15/05/2011.

Tabela 12. Percentual e número absoluto de secretários e secretárias de acordo com o sexo nos anos de 2007 e 2011.

Sexo Secretária(o)	2007	2011
Feminino	16,5% (86)	17,6% (93)
Masculino	83,5% (436)	82,4%(436)
Total	100% (522)	100%(529)

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais.

O primeiro ponto que podemos levantar é a confirmação de nossa hipótese de pesquisa de que há um número bem menor de mulheres que de homens nesses cargos. Nos dois períodos de gestão dos governos estaduais analisados, elas não representaram nem um quinto do total de secretários nomeados. Comparando os dois períodos, podemos observar um aumento de quase 7% no número de mulheres nomeadas, passando de 16,5% para 17,6% do total de nomeados.

Considerando que a proporção de mulheres na Câmara Federal e no Senado gira em torno de 9% e 12%, respectivamente, há uma proporção significativamente maior de mulheres em cargos públicos ocupados por nomeação. É também significativamente maior em comparação às Assembléias Legislativas, para as quais foram eleitas em 2006 11,6% de mulheres. Como vimos anteriormente, um maior percentual de mulheres nomeadas, em comparação às eleitas para os parlamentos, também foi encontrado por Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005), em sua análise sobre o executivo federal na América Latina, e por Kerby (2009) no contexto canadense.

É realmente difícil arriscarmos uma explicação para essas diferenças, sobretudo devido ao fato de que estamos lidando com formas distintas de recrutamento: eleições e nomeações. Retomando o trabalho de Oxley e Fox (2004), podemos certamente afirmar que, em relação às eleições, os *gatekeepers* com a decisão final são os eleitores, e no caso das nomeações, no âmbito estadual, são os governadores. Infelizmente não temos hoje, no Brasil, pesquisas e informações suficientes para averiguar se há diferenças em termos de aceitação da presença das mulheres no poder, comparando eleitores e líderes políticos.

Comparando os dados entre nomeações para as secretarias nos governos estaduais eleitos em 2006 e para os ministérios no período de gestão do presidente Lula, observamos que há mais mulheres nos governos estaduais do que no Federal. Isso vai ao encontro mais uma vez do que tem apontado a literatura de que quanto maior a importância de um cargo, menor será a presença de mulheres. Contudo, se comparamos o percentual de mulheres nomeadas para as secretarias dos governos estaduais eleitos em 2010 (17,6), com o percentual

de mulheres da equipe ministerial da presidenta Dilma Roussef (23,7), resta contrariada aquela tendência de mais mulheres nos cargos de menos poder. Com a análise mais adiante dos dados sobre as secretarias municipais, poderemos ver se este caso é apenas uma exceção.

Os dados nos permitem seguramente afirmar que as secretarias estaduais representam mais um espaço no campo político onde é mantido um baixo índice de participação das mulheres, em termos quantitativos. O baixo percentual de mulheres nas secretarias pode ser visto como resultante das próprias características do processo de nomeação, conforme já apontou Martim (1981) sobre as nomeações na Casa Branca. Como também bem observa Olivieri (2007), ao analisar as nomeações para o alto escalão do Banco Central resumiu bem as características desse tipo de recrutamento,

(...) a nomeação depende, essencialmente de relações pessoais que se estabelecem vínculos profissionais e em identidades intelectuais, ideológicas e pessoais. Essas relações estruturam-se em uma rede social, que é formada por intermédio da circulação por cargos em instituições públicas, privadas e acadêmicas. (OLIVIERI, 2007 p.149)

Podemos argumentar, portanto, que as mulheres, devido à sua recente e ainda tímida (em termos numéricos) presença nos espaços públicos institucionalizados, até este momento não conseguiram estabelecer suas redes sociais e estabelecer os contatos necessários no campo político para que sejam “lembradas” quando da nomeação para esses cargos. Um importante elemento que examinaremos mais adiante é o papel dos partidos políticos nesse processo, pois as vagas no governo tendem a ser distribuídas em torno de uma competição entre os partidos aliados e entre as correntes de cada partido.

Uma presença maior de mulheres nos cargos públicos cujo recrutamento é realizado por intermédio de nomeações, em contraposição aos cargos eletivos, pode ser explicada pela diversidade maior de redes que são consideradas para esse recrutamento. Uma pessoa pode ser nomeada para uma secretaria sem nunca ter ocupado um cargo na política institucional, nem mesmo ter sido filiada a um partido político.

Nossa hipótese, que poderá ser comprovada com a análise do perfil dos secretários e secretárias, que faremos ainda neste capítulo, é a de que mais mulheres são nomeadas por terem acumulado um capital mais técnico do que político em um sentido estrito. O constante crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e a inversão do *gap* educacional poderiam servir de base para a explicação de nossa hipótese.

Como mencionamos anteriormente, a discussão sobre a inserção das mulheres no campo político não passa apenas por avaliar o número de mulheres presentes nos espaços da

política. A literatura feminista aponta que as mulheres que superaram as barreiras ao ingresso na vida política e adentram nesse campo tendem a ocupar determinadas posições, ocupando de temas relativos ao cuidado social, como questões relacionadas à infância, educação, inclusão de grupos minoritários etc., as chamadas *políticas de cuidado*. Essas posições as colocam em uma situação de desvantagem na concorrência com os seus pares no campo político.

Para ficarmos apenas com um exemplo de uma pesquisa que comprovou essa tendência no campo político brasileiro, podemos citar a análise de Pinheiro (2007) que aborda o perfil e a atuação das deputadas do período pós-constituinte. O período em questão abrange quatro legislaturas (48.^a, 49.^a, 50.^a, 51.^a). A análise da autora concentra-se nos dados sobre a produção legislativa, a presença das mulheres nas comissões permanentes, a distribuição das mulheres na hierarquia de cargos do parlamento e na “taxa de sucesso” das proposições apresentadas por elas.

Em relação ao conteúdo das propostas legislativas apresentadas pelas mulheres, Pinheiro encontrou uma ampla diversidade. Contudo, foi verificada uma concentração preponderante das propostas vinculadas às áreas sociais. De acordo com Pinheiro, “um terço dos projetos de autoria das deputadas (33,4%) concentram-se em áreas que se relacionam aos cuidados e que reproduzem, de certa maneira, o papel das mulheres na esfera privada e sua extensão ao mundo público” (2007, p.141). Destaca-se, além da atuação em áreas tradicionais, como educação e saúde, a atuação em temáticas relacionadas a grupos específicos, como negros, LGBTQ, portadores de deficiência etc.

Sobre a participação das deputadas nas comissões permanentes, a autora observou uma concentração das mulheres nas comissões cujos temas eram ligados aos estereótipos femininos. De acordo com seu levantamento, 58% das deputadas que atuaram na Câmara no período entre 1987-2002, ao menos uma vez, ocuparam cadeiras na Comissão de Seguridade e Família. E, ainda, mais de 50% das deputadas também ocuparam cadeiras nas Comissões de Educação e de Defesa do Consumidor.

Pinheiro argumenta que tanto a experiência prévia no tema quanto o reconhecimento da capacidade do deputado e da deputada por seus pares influenciam a atuação nas comissões. É fato que algumas comissões são consideradas mais importantes que outras e, quanto mais importantes, maior é a necessidade de elevados níveis de capital político. As mulheres, devido a sua tardia e ainda pequena inserção no campo político, possuem, em geral, menos capital político que os homens, o que pode influenciar o baixo índice de ocupação feminina de cadeiras nas comissões de maior prestígio.

Assim, uma das hipóteses que temos em nosso trabalho é que encontraríamos uma concentração diferenciada entre homens e mulheres, de acordo com o tema de responsabilidade de cada secretaria. Em nossa análise, trabalhamos com as categorias de *soft politics*, *midle politics* e *hard politics*⁴⁰.

As *soft politics* referem-se às temáticas diretamente relacionadas a questões de cuidado, conhecidas também como *care politics*. Entre outras, incluímos nessa categoria as secretarias de Assistência Social, Educação, Saúde, Meio Ambiente e todas aquelas relacionadas ao atendimento de públicos específicos, normalmente em situação de desvantagem social, como Crianças e Adolescentes, Juventude, Idosos, Portadores de Necessidades Especiais, além de secretarias da Mulher e aquelas relacionadas à promoção da igualdade racial. Esses temas são reconhecidos no campo político como aqueles de menor prestígio, representado, assim, fontes menores de capital político.

As *midle politics* referem-se às temáticas que não estão vinculadas diretamente a questões do cuidado, nem somente a questões econômicas e institucionais. Entre outras, destacam-se as secretarias do Turismo, Secretaria de Trabalho e Emprego, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria da Justiça, Secretaria da Ciência e Tecnologia etc.

As *hard politics* usualmente referem-se aos temas relacionadas a questões econômicas e políticas em um sentido mais estrito (institucional). Incluímos nessa categoria a Secretaria da Fazenda, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Estado, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Administração e Gestão e outras que tratam de temáticas correlatas, mas que são apresentadas com nomes diferentes (por exemplo, Secretaria de Finanças, Secretaria de Relações Institucionais etc.). Às *hard politics* são atribuídas elevado prestígio, e trabalhar com essas temáticas, no campo político, representa um potencial importante de geração de capital político.

Como podemos ver na tabela que se segue, as secretarias estaduais encontram-se divididas de maneira relativamente equilibrada entre essas categorias. Apesar de uma predominância maior das secretarias na categoria de *midle politics*, não há uma grande diferença entre o percentual daquelas categorizadas como *soft* e *hard politics*. Essa observação é importante, pois, conforme notaram Oxley e Fox (2004), a oferta de cargos marcados por estereótipos de gênero, influencia o percentual de mulheres que os ocupam.

⁴⁰ A partir da definição de Miguel e Feitosa (2009)

Tabela 13. Percentual e número absoluto das secretarias existentes em 2007 e 2011 distribuídas por categoria.

Categoria	2006	2010
<i>Soft Politics</i>	29,3% (153)	28,5% (151)
<i>Midle Politics</i>	39,1% (204)	39,7% (210)
<i>Hard Politics</i>	31,6% (165)	31,8 % (168)
Total	100% (522)	100% (529)

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais

Quando analisamos a ocupação das secretarias a partir dessas categorias, utilizando o recorte de gênero, verificamos que a idéia de uma atuação diferenciada de homens e mulheres na política é confirmada. Assim, as mulheres não apenas são pouco presentes em termos numéricos, como há, também, uma forte concentração desta ocupação em determinadas áreas.

Tabela 14. Percentual e número absoluto dos secretários e secretárias nomeados/as em 2007 e 2011 distribuídos por sexo e categoria da secretaria.

Sexo Secretária/o	Ano/Categoria							
	2007				2011			
	<i>Soft politics</i>	<i>Midle Politics</i>	<i>Hard Politics</i>	Total	<i>Soft Politics</i>	<i>Midle Politics</i>	<i>Hard Politics</i>	Total
Feminino	58,1% (50)	29,1% (25)	12,8% (11)	100% (86)	52,6% (49)	23,7% (22)	23,7% (22)	100% (93)
Masculino	23,6% (103)	41,1% (179)	35,3% (154)	100% (436)	23,4% (102)	43,1% (188)	33,5% (146)	100% (436)
Total	29,3% (153)	39,1% (204)	31,6% (165)	100% (522)	28,5% (151)	39,7% (210)	31,8% (168)	100% (529)

Fonte: Elaboração pelo autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais.

Em relação à equipe dos governos eleitos em 2006, observamos que mais da metade das mulheres (58,1%) ocupam uma secretaria relacionada às *soft politics*. Por outro lado, nas secretarias relacionadas às *soft politics*, encontramos o menor percentual de homens, 23,6%, enquanto que nas de *hard politics* eles representam proporcionalmente quase três vezes mais que as mulheres. Essa tendência a uma “inclusão orientada” (Biroli e Melo, 2008) foi encontrada na maioria dos estudos sobre nomeação para cargos públicos (Dolan, 2001; Oxley & Fox, 2004; Martin, 1989; e Escobar-Lemmon & Taylor-Robinson, 2005).

Defendemos aqui que essas diferenças na atuação de homens e mulheres podem ser explicadas como um dos resultados da dicotomia liberal da separação entre as esferas pública

e privada. Como bem ilustra Chodorow, “mesmo quando homens e mulheres adentram a esfera do outro, seus papéis se mantêm diferentes” (1978, pag. 179).

Essas diferenças parecem relacionar-se com o fato de que homens e mulheres, socializados de maneira diferenciada, ao adentrarem no campo político, interagem-se, também, de maneira diferenciada com os elementos constitutivos do próprio campo, o qual também é “dotado de certos atributos de gênero, culturalmente associados ao masculino” (Bonetti, 2003, p.191). Assim, a entrada das mulheres no campo político estaria limitada a certos espaços considerados mais “adequados” a elas.

Podemos acrescentar a esta análise o resultado de algumas pesquisas que já comprovaram como os estereótipos de gênero presentes na percepção dos eleitores acarretam em prejuízos para as mulheres candidatas. Huddy e Terkildsen (1993) indicam que, especialmente no que se refere aos postos mais elevados, a valorização de características consideradas tipicamente masculinas resultam impactos negativos para a possibilidade de sucesso das mulheres candidatas. Apesar de não termos encontrados pesquisas que possam confirmar isso, os dados podem indicar que estereótipos de gênero também influenciam a nomeação de homens e mulheres para determinados cargos.

Assim, poderíamos inferir que, no processo de nomeação, as mulheres são vistas como mais adequadas a ocupar certas pastas. Por exemplo, nos governos de 2007, entre as 13 Secretarias de Assistência Social⁴¹, onze são ocupadas por mulheres. Entretanto, poderíamos questionar se filtros anteriores ao momento da nomeação, como, por exemplo, questões relacionadas à divisão sexual do trabalho (Ex.: se há mais mulheres assistentes sociais, mais mulheres são indicadas para as Secretarias de Assistência Social), podem influenciar nesse padrão de recrutamento diferenciado.

Bruschini (2007), ao avaliar a situação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, a partir de dados oficiais, demonstra que, apesar de significativos avanços nessa questão, tendo as mulheres aumentando sua participação em carreiras antes quase reservadas aos homens (como as engenharias), ainda persiste uma predominância de mulheres nas atividades de trabalho vinculadas ao cuidado. De acordo com os dados apresentados pela autora, as mulheres representam 89% dos enfermeiros, 91% dos trabalhadores da área de assistência social e 95% dos trabalhadores do magistério nos níveis pré-escolar. Em relação aos médicos, o número de mulheres é crescente, representando, segundo dados de 2004, 41,3% da categoria (idem, p.15).

⁴¹ Não consideramos neste momento as secretarias que são responsáveis por mais de um tema, como, por exemplo, a Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

Se, por um lado, a grande concentração de mulheres no campo da assistência social poderia explicar a concentração maior de mulheres nomeadas para as Secretarias de Assistência Social, por outro, a situação atual de inserção delas no mercado de trabalho em todas as áreas nos ajuda a derrubar uma argumentação que defenda que as segmentações de trabalho na política apenas refletem as divisões encontradas no mercado de trabalho e no campo educacional.

Devemos considerar também a estrutura do campo político, onde os temas são hierarquizados em termos de importância, sendo também hierarquizado o grau de capital político necessário para lidar com certos temas (MIGUEL, 2000). Da mesma forma que na Câmara, conforme discutido por Pinheiro (2007), algumas comissões são consideradas mais importantes dentro da composição do governo estadual – a Secretaria da Fazenda, por exemplo, é considerada mais importante que a Secretaria de Assistência Social.

Não podemos entender a divisão sexual do trabalho político como sendo apenas um reflexo dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. Elementos internos à configuração do próprio campo político, como a super valorização de determinadas áreas da política em detrimento da sobrevalorização de outras, como também a valorização de determinados tipos de capital político, também devem ser considerados.

É interessante observarmos ainda que apesar de ter havido um aumento muito pequeno no número de mulheres nomeadas entre 2007 e 2010, o número de nomeadas para uma secretaria de *hard politics* dobrou, passando de onze para vinte e duas; enquanto a divisão dos secretários entre as diferentes categorias se manteve praticamente inalterada. Apesar de a maioria das mulheres permanecerem nas secretarias relacionadas às *soft politics* (52,6%), esses dados podem indicar alguma mudança naquela tendência de “inclusão orientada”. Somente com a análise de uma sequência histórica mais longa poderíamos confirmar essa mudança.

Como já dissemos na introdução, ao iniciarmos esta pesquisa, também levantamos como hipótese outros fatores que poderiam influenciar num maior ou menor número de mulheres ocupando as secretarias, entre eles o sexo do/a governador/a, a região geográfica e a posição ideológica do partido do governo (esquerda, centro ou direita).

Sobre a questão do sexo do/a governador/a, a hipótese seria a de que as governadoras indicariam proporcionalmente mais secretárias que os governadores, visto que essas, por compartilharem uma perspectiva comum, seriam mais sensíveis à inclusão das mulheres nos espaços de poder.

Tabela 15. Percentual dos/as secretários e secretárias nomeados em 2007 e 2011 distribuídos por sexo e sexo do/a governador/a.

Sexo secretário/a	Sexo governador/a			
	Feminino		Masculino	
	2007	2011	2007	2011
Feminino	15,6%	16,7%	16,0%	17,7%
Masculino	84,4%	83,3%	84,0%	82,3%
Total	100%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais.

Como podemos ver na Tabela 15, essa hipótese não se confirma, pois são praticamente iguais os percentuais de homens e mulheres indicados por governadores e governadoras. Enquanto nos estados governados por mulheres, em 2007 e 2011, elas ocuparam 15,6% e 16,7% das secretarias, respectivamente; naqueles governados por homens, elas representaram inclusive mais, 16,0% e 17,7%, respectivamente. Martin (1989) chegou a uma conclusão semelhante ao diagnosticar que a presença de uma mulher na direção de gabinetes no executivo federal nos Estados Unidos não impactava o número de mulheres em cargos nos subgabinetes.

É importante frisarmos que o número reduzido de governadoras em questão (três em 2006 e duas em 2010) limita nossa capacidade em refutar plenamente a hipótese de que as mulheres nomeariam mais mulheres. Cabe lembrar que, nos dados referentes à composição dos ministérios e das secretarias ministeriais, a presidenta Dilma nomeou mais ministras e estas também indicaram para as secretarias de seus ministérios um número maior de mulheres.

Sobre a influência da região geográfica, as pesquisas têm mostrado ser esta uma variável significativa na avaliação das diferenças no sucesso eleitoral das mulheres. Nas eleições de 2006, por exemplo, enquanto nas Assembléias Estaduais do Norte foram eleitas 20% de mulheres, na região Sul, foram eleitas apenas 5,19% (CFEMEA, 2006). No âmbito das eleições municipais, Miguel e Queiroz (2006) também encontram diferenças significativas. Em relação à ocupação das secretarias estaduais, encontramos a seguinte situação:

Tabela 16. Percentual das/os secretárias/os nomeados em 2007 e 2011 distribuídos por sexo e região geográfica.

Sexo Secretária/o	Região geográfica									
	Norte		Nordeste		Sul		Sudeste		Centro-Oeste	
	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011
Feminino	20,6%	26,2%	12,6%	14,1%	10,9%	12,3%	19,7%	14,6%	19,0%	19,1%

Masculino	79,4%	73,8%	87,4%	85,9%	89,1%	87,7%	80,3%	85,4%	81,0%	80,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais.

Notamos que a inclusão da variável região resultou em diferenças significativas: enquanto a região Norte apresenta proporcionalmente a maior participação das mulheres nas secretarias dos dois períodos de governos analisados, 20,6% e 26,2%; a região Sul apresenta a menor também nos dois períodos, 10,9% e 12,3. Considerando essas duas regiões, pode-se afirmar que a existência de uma correlação positiva entre o percentual de mulheres parlamentares e o percentual de mulheres nomeadas, encontrada nos estudos de Siaroff (2000) e Escobar-Lemmon & Taylor-Robinson (2005), é confirmada em nossa análise. Porém, quando comparamos os dados para as outras regiões, essa tendência não se mantém⁴².

Cabe ainda destacar que, dentro de uma mesma região, foram encontradas em 2007 e 2011 taxas bastante diversas de participação de mulheres nas secretarias. Na região Centro-oeste, por exemplo, se, de um lado, temos em 2007 Mato Grosso do Sul com o maior percentual de mulheres de todo o país, 45,5%; do outro, temos o Distrito Federal com um dos menores índices 5,6%, conforme observamos na Tabela 17.

Tabela 17. Percentual e número absoluto de mulheres nomeadas para as secretarias estaduais em 2007 e 2011, eleitas para as Assembléias Estaduais e eleitas para a Câmara Federal em 2006 e 2010 e eleitas para a Câmara de Vereadores em 2008⁴³.

UF	% Mulheres nomeadas (2007)	% Mulheres nomeadas (2011)	% Mulheres Eleitas Assembléias Estaduais (2006)	% Mulheres Eleitas Assembléias Estaduais (2010)	% Mulheres Eleitas Câmara Federal (2006)	% Mulheres Eleitas Câmara Federal (2010)	% Mulheres eleitas Câmara de Vereadores (2008)
Acre	16,7	31,6 (+)	20,8 (+)	16,7	12,5	25,0 (+)	14,2
Alagoas	14,3	10,0	11,1	7,4 (-)	0,0 (-)	22,2	16,2
Amapá	17,9	36,8 (+)	12,5	29,2 (+)	50,0 (+)	37,5 (+)	19,7 (+)
Amazonas	21,1	28,6 (+)	12,5	8,3	25,0 (+)	12,5	11,5
Bahia	5,3 (-)	4,5 (-)	12,7	17,5	10,3	2,6 (-)	12,6
Ceará	20,0	16,7	4,3 (-)	13,0	4,6	4,5	16,8 (+)
Distrito Federal	5,6 (-)	14,8	12,5	20,0(+)	0,0	25,0 (+)	-

⁴²Nas eleições para as Assembléias Legislativas estaduais, o percentual de eleitas nas regiões Centro-oeste, Sudeste e Nordeste foram respectivamente 9,76%; 8,94% e 5,96%.

⁴³ Os percentuais marcados com um sinal positivo correspondem aos cinco maiores percentuais de mulheres nomeadas e de eleitas em cada coluna, e os com o sinal negativo os cinco menores percentuais.

Espírito Santo	19,0	5,3 (-)	10,0	10,0	40,0 (+)	40,0 (+)	9,2 (-)
Goiás	30,8 (+)	6,7 (-)	17,1 (+)	4,9 (-)	11,8	11,8	12,1
Maranhão	10,7	16,7	16,7 (+)	16,7	5,6	5,6	17,0 (+)
Mato Grosso	9,5	15,4	4,2 (-)	8,3	12,5	0,0 (-)	12,9
Mato Grosso do Sul	45,5 (+)	46,2 (+)	4,2 (-)	8,3	0,0 (-)	0,0 (-)	12,8
Minas Gerais	27,8	26,1	9,1	5,2 (-)	5,7	1,9 (-)	10,6 (-)
Pará	28,6 (+)	12,5	17,1 (+)	17,1	11,8	5,9	14,2
Paraíba	15,4	16,7	11,1	16,7	0,0 (-)	8,3	15,6 (+)
Paraná	20,0	14,3	9,3	7,4 (-)	0,0 (-)	6,7	10,1 (-)
Pernambuco	9,1	23,1	12,2	8,2 (-)	4,0	8,0	12,0
Piauí	21,1	10,5	10,0	23,3 (+)	0,0 (-)	10,0	14,0
Rio de Janeiro	26,3	9,1	14,3	18,6 (+)	13,4	8,7	9,1 (-)
Rio Grande do Norte	5,3 (-)	16,7	16,7 (+)	12,5	25,0 (+)	25,0 (+)	18,0 (+)
Rio Grande do Sul	5,3 (-)	14,3	9,1	14,5	9,7	6,4	12,2
Rondônia	33,3 (+)	28,6 (+)	4,2 (-)	12,5	12,5	12,5	11,8
Roraima	28,6 (+)	41,2 (+)	12,5	8,3	25,0 (+)	12,5	11,4
Santa Catarina	5,0 (-)	6,7 (-)	7,5 (-)	10,0	6,2	6,2	11,5
São Paulo	12,5	16,0	11,7	10,6	4,3	8,6	11,1(-)
Sergipe	15,0	10,0	20,8 (+)	25,0 (+)	0,0 (-)	0,0 (-)	14,9
Tocantins	9,1	6,3 (-)	12,5	16,7	12,5	12,5	13,9
Brasil	16,5	17,6	11,6	12,9	8,8	8,8	12,5

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais, TSE (2010) e CFEMEA (2010; 2008; 2006).

A Tabela 17 nos mostra que há uma variação muito elevada entre os Estados em todo o Brasil e internamente nas regiões. Comparando os dados de nomeações em 2007 e 2011, observamos que Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima aparecem nos dois períodos entre os cinco estados que proporcionalmente mais nomearam mulheres. Na outra ponta, vemos Bahia e Santa Catarina entre os cinco estados que menos nomearam mulheres, em 2007 e 2011. Goiás é o único estado que em um período aparece entre os cinco que mais indicaram mulheres e em outro entre os que menos as indicaram.

Comparando com os dados de eleitas para as Assembleias Municipais, Estaduais e Câmara Federal não é possível encontrar uma correlação direta entre maior percentual de mulheres eleitas e um maior percentual de mulheres nomeadas.

Dos cinco estados com maior percentual de mulheres nomeadas em 2007 (Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás, Roraima e Pará), três aparecem entre os cinco estados que mais elegeram mulheres para alguma das três casas legislativas (Goiás, Pará e Roraima). Contudo, Mato Grosso do Sul, por exemplo, apesar de ser o estado com o maior percentual de mulheres nomeadas nos dois governos analisados, aparece três vezes entre os estados que menos elegeram mulheres para o legislativo.

Se observarmos os cinco estados com o menor percentual de mulheres nomeadas em 2007 (Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Distrito Federal), verificamos que, desses, dois (Santa Catarina e Distrito) aparecem entre os cinco estados que menos elegeram mulheres para alguma das três casas legislativas. Por outro lado, Rio Grande do Norte é o único que aparece entre os cinco estados que mais elegeram mulheres nas três casas legislativas.

Em nossa análise, o Amapá se destaca como o estado com a maior participação de mulheres na política institucional. Ele aparece entre os cinco estados com maiores percentuais de mulheres cinco vezes: nas nomeações de 2011, nas eleições para as Assembleias Estaduais em 2010, nas eleições para a Câmara Federal em 2006 e 2010, e nas eleições para a Câmara de Vereadores em 2008.

Por fim, em relação à influência do partido, a literatura tem apontado, no que tange os cargos eletivos, que os partidos de esquerda tendem a ser mais abertos à participação das mulheres que os de direita⁴⁴. Essa correlação foi confirmada em algumas das pesquisas sobre nomeações (ESCOBAR-LEMMON & TAYLOR-ROBINSON, 2005; SIAROFF, 2000).

No âmbito eleitoral, os partidos são os mediadores chaves no acesso aos espaços de poder. No Brasil, apesar de a literatura apontar que a existência de listas abertas acaba por enfraquecer o controle dos partidos sobre os candidatos, e ainda apesar do também apontado esvaziamento ideológico dos partidos, a filiação partidária não somente é um requisito para lançar-se candidato, como também é impossível que um candidato obtenha sucesso sem o apoio, seja financeiro ou político, de um partido.

⁴⁴ De acordo com Miguel e Queiroz (2006), os partidos brasileiros considerados de “esquerda” são: PT, PDT, PSB, PPS, PCdoB, PV, PMN, PCB, PSTU e PCO. Os de “direita” são PFL (DEM), PPR/PP, PTB, PL, PRONA e todos os outros micropartidos. PMDB e PSDB são considerados de “centro”.

No caso das nomeações, apesar de não serem rotas necessárias – considerando que há muitos nomeados que não são filiados – os partidos são atores fundamentais seja para a indicação, seja para a aprovação ou ao menos anuência em relação aos indicados. Mesmo para aquelas nomeações que aparentemente têm um caráter técnico, elas sempre terão de passar pelo crivo partidário.

Destaca-se também, como veremos, com mais propriedade adiante que os caminhos entre eleições e nomeações na carreira dos políticos brasileiros estão sempre se cruzando. Há uma relação de mútua retroalimentação, se, por um lado, ocupar um cargo em uma equipe governamental pode alavancar uma candidatura política, por outro, as nomeações muitas vezes representam uma premiação para os que são bem-sucedidos nas corridas eleitorais.

Tabela 18. Distribuição das/os secretárias/os por sexo e posição ideológica⁴⁵ do partido do governador/a.

Sexo Secretário	Partido do Governador					
	Esquerda		Centro		Direita	
	2007	2011	2007	2011	2007	2011
Feminino	15,8%	16,5%	17,1%	18,2%	15,4%	19,2%
Masculino	84,2%	83,5%	82,9%	81,8%	84,6%	80,8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais.

Considerando a distribuição ideológica dos partidos políticos brasileiros, em termos de esquerda/direita, nossos dados não confirmam a tendência de os partidos de esquerda serem mais abertos à participação das mulheres. Enquanto que, em 2007, na composição da equipe dos governos de esquerda, as mulheres representavam 15,8%, entre os de direita, o percentual de mulheres era praticamente o mesmo: 15,4%. Em 2010, os governadores de direita nomearam proporcionalmente mais mulheres que os de esquerda – 19,2% e 16,5%, respectivamente.

3.4. As nomeações para o Poder Executivo Municipal.

Seguindo nossa análise, coletamos os dados das nomeações para as secretarias municipais⁴⁶. Devido à impossibilidade de, neste trabalho, coletarem-se os dados referentes a todos os mais de 5.000 municípios brasileiros, não somente pela quantidade, mas também

⁴⁵ Os partidos considerados de esquerda e que tiveram governadores eleitos são: PT, PDT, PSB, PPS e PMN. Os de centro são: PMDB e PSDB. Os de direita são: DEM, PPR/PP, PR.

⁴⁶ Os dados foram coletados a partir dos *sites* das vinte e seis prefeituras das capitais brasileiras.

pela indisponibilidade da informação pelo meio que utilizamos – a internet –, o objeto desta análise restringe-se à composição das prefeituras das capitais eleitas em 2008.

Tabela 19. Número Absoluto e Percentual de secretários e secretárias municipais nomeados em 2009 distribuídos pelo sexo

Sexo Secretária(o)	Número absoluto	Percentual
Feminino	71	20,5%
Masculino	275	79,5%
Total	346	100%

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* das prefeituras municipais.

Comparando com o percentual de mulheres nomeadas para os cargos de ministras e de secretárias estaduais, a presença delas no governo municipal é significativamente maior. Isso é uma tendência também encontrada nos dados sobre cargos eletivos.

Encontramos um padrão semelhante de ocupação entre os sexos, ao categorizarmos as secretarias em *soft politics*, *midle politics* e *hard politics*. Há novamente uma concentração importante do percentual de mulheres nas secretarias que lidam com as *soft politics*.

Tabela 20. Percentual de secretários e secretárias municipais nomeados em 2009 distribuídos pelo sexo e categoria da secretaria.

Sexo Secretária/o	Categoria			
	Soft politics	Midle politics	Hard politics	Total
Feminino	47,9%	25,4%	26,8%	100,0%
Masculino	24,7%	38,2%	37,1%	100,0%

Fonte: Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* das prefeituras municipais.

Como vimos na Tabela 20, enquanto que para as mulheres a ocupação de secretarias categorizadas como *soft politics* representava quase metade do número total de mulheres nomeadas (47,9%), para os homens esta categoria representa apenas 24,7% de suas nomeações. É importante ressaltarmos uma diferença significativa em relação aos dados das secretarias estaduais: enquanto nas secretarias municipais a ocupação das secretarias que lidam com os temas de *hard politics* representam 26,8% das nomeações de mulheres, no nível estadual elas representam somente 12,8%, considerando os dados de 2007. Isso demonstra que o campo político mais local não é apenas mais aberto a um maior número de mulheres, como também elas conseguem ocupar cargos de maior importância.

Em relação à distribuição dos secretários e das secretárias por região geográfica, encontramos também a mesma tendência vista em relação à esfera estadual. As regiões Nordeste e Norte lideram com o maior número de mulheres indicadas e as regiões Centro-Oeste e Sul possuem os percentuais mais baixos.

Tabela 21. Percentual de secretários e secretárias municipais nomeados em 2009 distribuídos pelo sexo e região geográfica.

Sexo Secretária/o	Região geográfica				
	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro - Oeste
Feminino	26,5%	30,9%	8,7%	13,9%	9,3%
Masculino	73,5%	69,1%	91,3%	86,1%	90,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* das prefeituras municipais.

Devemos considerar ainda que, no âmbito municipal, há uma disparidade muito maior entre as regiões: no âmbito estadual, a diferença entre a região com maior percentual de mulheres nomeadas (Norte – 20,6%) e a com menor (Sul – 10,9%) é de 9,7%; no âmbito municipal, a diferença entre a região com maior número (Nordeste – 30,9%) e a menor (Sul – 8,7%) é de 22,2%.

Por fim, analisando a distribuição do número de secretários/as por sexo e partido na Tabela 22, observamos que no âmbito municipal, os dados corroboram o pressuposto de que os partidos de esquerda seriam mais abertos à participação feminina.

Tabela 22. Percentual dos secretários e secretárias municipais nomeados em 2009 distribuídos por sexo e posição ideológica⁴⁷ do partido do prefeito.

Sexo Secretário	Partido do Governador		
	Esquerda	Centro	Direita
Feminino	25,0	17,0	14,6
Masculino	75,0	83,0	85,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* das prefeituras municipais.

Enquanto nos governos formados por prefeitos de partidos de esquerda as mulheres ocuparam 25% das secretarias, nos governos formados por prefeitos de partidos de direita, elas representaram apenas 14,6% dos nomeados. Os prefeitos dos partidos PC do B, e PPS,

⁴⁷ Os partidos considerados de esquerda e que tiveram prefeitos eleitos em 2008 são: PT, PDT, PSB, PPS, PC do B e PV. Os de centro são: PMDB e PSDB. Os de direita são: DEM, PPR/PP, PR e PTB.

ambos de esquerda, foram os que mais nomearam mulheres para a composição de sua equipe administrativa. O DEM, partido de direita, é o que apresenta o menor percentual de mulheres indicadas.

Os estudos apresentados e os dados que obtivemos em nossa pesquisa demonstram a importância de compreendermos melhor os fatores que influenciam as nomeações para cargos públicos e os seus impactos, especialmente para as análises da participação política a partir de uma perspectiva de gênero. Para além do levantamento do número de homens e mulheres nomeados e a busca pelas especificidades de seus recrutamentos, há um consenso entre os pesquisadores sobre a necessidade de que sejam analisados os perfis desses homens e dessas mulheres.

Estudos de caso poderiam fornecer informações sobre a trajetória da carreira das mulheres nos altos escalões do Poder Executivo, permitindo-nos melhor prever quando as mulheres alcançarão a paridade de representação no Poder Executivo. (ESCOBAR-LEMMON & TAYLOR-ROBINSON, 2005, p.841, tradução nossa)

Uma análise detalhada das trajetórias de carreira de todos os funcionários do executivo estadual (não somente do governador), comparando as trajetórias de homens e mulheres, é claramente necessária. (OXLEY & FOX, 2004, p.119, tradução nossa)

Assim, no próximo tópico, a partir de dados sobre os perfis dos secretários e das secretárias, analisaremos quais características de seus perfis sociais (ex.: idade, nível educacional, estado civil etc.) e trajetória política (ex.: cargos públicos eletivos e não-eletivos ocupados anteriormente, filiação partidária etc.) são importantes para a sua nomeação.

A escolha da análise abrangendo a esfera estadual justifica-se pelo fato de que, se por um lado o baixo número absoluto e relativo de mulheres nomeadas no âmbito federal impossibilita uma análise estatística, por outro, no espaço municipal, o elevado número de cargos e a dificuldade de conseguir as informações a seu respeito permitiriam uma análise apenas amostral⁴⁸.

Os dados coletados certamente irão contribuir para um melhor entendimento da construção das carreiras políticas no Brasil. Um melhor conhecimento dessas carreiras pode nos ajudar a entender não somente os processos atuais de recrutamento, mas, também, buscar traçar perspectivas futuras da participação das mulheres na política, a partir da análise conjunta dos dados relacionados a eleições e nomeações.

⁴⁸Considerando que existem hoje no Brasil mais de 5.000 municípios e estimando a existência de ao menos 10 secretarias por município, estamos tratando de um universo de mais de 50.000 cargos.

3.5. Uma análise dos perfis e trajetórias políticas dos secretários/as do Poder Executivo Estadual.

Vimos até agora que a baixa presença das mulheres nos cargos de nomeação do executivo é um fato. Vimos ainda que desigualdades de gênero são encontradas entre os/as nomeados/as, sendo elas na maioria das vezes nomeadas a ocuparem pastas relacionadas à esfera do cuidado, o que demonstra que para aquelas que conseguem entrar no espaço público, levam consigo marcas da divisão sexual do trabalho na esfera privada.

Além disso, demonstrar esses fatos através de dados, como acabamos de fazer, não é suficiente para entendermos as diferenças da presença política, no nosso caso, nas nomeações para o executivo, a partir de uma perspectiva de gênero. Apesar da importância dos dados que apresentamos até então para o entendimento do fenômeno da baixa e “orientada” (BIROLI & MELO, 2008) presença das mulheres na política, a variável sexo, isoladamente, tem um poder de explicação limitado. Isso quer dizer que não basta, por exemplo, ser do sexo masculino para ser nomeado, pois há outras características (raça, classe, escolaridade, profissão, religião, etc.) que, no caso brasileiro, usualmente, diferenciam a elite política dos eleitores. Além de predominantemente masculina, a elite política brasileira é branca, rica, proprietária e cristã.

Para termos então um melhor entendimento do nosso objeto de pesquisa, é necessário identificarmos quem são esses homens e mulheres nomeados/as. Nesta última parte do nosso trabalho, iremos analisar os perfis e as trajetórias políticas dos nomeados/as para as secretarias do executivo estadual. Buscaremos encontrar quais as características comuns ao perfil dos que conseguem acesso a esses cargos.

Cabe aqui uma ressalva de que nossa proposta não se configura como uma pesquisa sobre recrutamento político, ou ao menos não como uma pesquisa de recrutamento político deveria ser. Concordamos com Perissinotto e Bolognesi (2009), quando afirmam que um verdadeiro estudo sobre recrutamento político não deve considerar apenas as características daqueles que “chegaram lá”, daqueles que foram eleitos, devendo analisar também os perfis daqueles que não alcançaram sucesso em suas candidaturas, daqueles membros de partidos que não se candidataram (ou não foram escolhidos para se candidatar) e daqueles grupos que simplesmente não participam dos processos políticos institucionais.

Não podemos deixar de mencionar que há uma diferença importante no caso das nomeações. Se, no recrutamento eleitoral, é necessária uma ação de candidatar-se (ou de ser escolhido para candidatar-se), é possível, portanto, analisar o perfil daqueles que não chegaram lá, considerando os derrotados nas eleições. No caso das nomeações para as

secretárias, todas as pessoas maiores de 18 anos e em cumprimento de suas obrigações eleitorais podem ser nomeados para a ocupação de um cargo no executivo, então, teoricamente, os que não “chegaram lá” são milhões de brasileiros e brasileiras, subtraídas as cinco centenas daqueles que foram nomeados.

A ausência de filtros formais para a nomeação para cargos no executivo, não significa, porém, que a senhora Maria, empregada doméstica negra, mãe de cinco filhos, moradora do interior de seu estado e que recebe um salário mínimo por mês é igualmente “nomeável” quando comparada ao doutor João, advogado, branco, latifundiário, residente na capital de seu estado. É exatamente para buscar entender quais características do perfil e das trajetórias políticas que aparecem entre os nomeados e nomeadas que pesquisamos os dados sobre perfis e trajetórias dos nomeados e nomeadas.

Para o levantamento dos nossos dados, a primeira dificuldade com a qual nos deparamos foi a seguinte: se não havia estudos sobre o processo de nomeação para cargos executivos no Brasil, tampouco foi possível encontrar estudos sobre a carreira política dos/as nomeados/as. Na verdade, mesmo em relação aos cargos eletivos não temos muitos estudos (menos ainda que considerem as diferenças de gênero). Parece não ser da tradição da ciência política brasileira a análise de carreiras políticas.

O segundo problema com o qual nos deparamos foi o da obtenção dos dados sobre os perfis e carreiras dos nomeados. Nosso primeiro método de coleta de dados – aplicação de um questionário enviado via correio eletrônico a todos/as secretários nomeados/as – não resultou como esperado⁴⁹. Decidimos então coletar os dados diretamente nos *sites* dos próprios governos estaduais. Contudo, como demonstraram Braga e Nicolás (2008), se os *sites* das Assembléias Estaduais não apresentavam informações suficientes para uma pesquisa sobre as elites parlamentares estaduais, tampouco os dos governos estaduais continham as informações completas sobre os perfis e as trajetórias políticas dos secretários e secretárias nomeadas.

Ao nos depararmos com uma inconsistência das informações sobre os secretários e secretárias disponíveis nos *sites* dos governos, o que impedia a extração de dados comparáveis sobre seus perfis e trajetórias políticas, decidimos limitar nossa pesquisa aqueles secretários e secretários nomeados em 2007 e 2011, que haviam se candidato nas últimas eleições estaduais (2010 e 2006), pois, desses, teríamos informações relativamente

⁴⁹ Em um primeiro momento, enviamos um questionário via correio eletrônico a todos os 522 secretários e secretárias nomeados/as no Brasil em 2007. Como obtivemos, aproximadamente, somente 5% dos questionários respondidos, resolvemos repensar nosso método de coleta dos dados.

padronizadas a partir da base de dados de candidaturas eleitorais disponibilizadas no *site* do Tribunal Superior Eleitoral⁵⁰.

Como vimos, em 2007 e 2011, foram nomeados em todo o Brasil respectivamente 522 e 529 secretários e secretárias para a composição dos governos estaduais. Dos nomeados em 2007, 31,0% (162) foram candidatos nas eleições de 2006 e/ou 2010. Dos nomeados em 2011, 27,0% (143) foram candidatos nas eleições de 2006 e/ou 2010.

Esses dados já nos indicam que, como esperávamos, há uma intersecção importante entre ocupação de cargos por nomeação e participação em pleitos eleitorais. Por outro lado, nos indicam também que há ao menos 70% dos secretários e secretárias que não participaram das últimas eleições, o que pode indicar o recrutamento de secretários e secretárias com trajetórias paralelas às competições eleitorais.

Entendemos que a amostra do universo total de secretários que analisaremos é limitada por excluir os secretários e secretárias que não participaram dos últimos pleitos eleitorais estaduais. Apesar dessa limitação, os dados que apresentaremos serão importantes para entendermos a interação entre a ocupação de cargos nomeados e eletivos na trajetória daqueles que compõem a elite política brasileira. Como veremos com mais detalhes adiante, essa interação já foi apontada em alguns estudos (GRILL, 2008; PINHEIRO, 2007) sobre carreira dos políticos eleitos no Brasil

Na tabela 23 apresentamos a distribuição por sexo dos secretários e secretárias que foram candidatos nas eleições de 2006 e 2010.

Tabela 23. Percentual e número absoluto dos secretários e secretárias nomeados/as em 2007 e 2011 que se candidataram nas eleições de 2006 e 2010.

Foi candidato nas eleições de 2006 e 2010?	Nomeados em 2007			Nomeados em 2011		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Sim	32,3% (141)	24,4% (21)	31,0% (162)	28,7% (125)	19,3% (18)	27,0% (143)
Não	67,7% (295)	75,6% (65)	69,0% (360)	71,3% (311)	80,7% (75)	73,0% (386)
Total	100% (436)	100% (86)	100% (522)	100% (436)	100% (93)	100% (529)

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais e TSE.

⁵⁰ O TSE disponibiliza as seguintes informações sobre cada candidato: nome completo, sexo, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, grau de instrução, estado civil, ocupação, partido, coligação e cargo a que concorre. Em nossa pesquisa, não consideramos a variável ocupação, pois não há consistência entre as informações apresentadas pelos candidatos: alguns colocam sua área de formação, muitos o cargo político em exercício e outros a profissão realmente desempenhada.

Como podemos ver, há uma diferença importante entre os sexos: enquanto, de todas as mulheres nomeadas secretárias em 2007 e 2011, 24,4% e 19,3%, respectivamente, candidataram-se nas últimas eleições, e dos homens, 32,3% e 28,7% foram candidatos. Esses dados nos indicam que entre os homens há uma maior quantidade de indivíduos que, simultaneamente ou consecutivamente, participam de processos de recrutamentos eleitorais e de nomeação.

Esses dados não nos permitem verificar, como era nossa hipótese, se as mulheres nomeadas possuem um perfil mais técnico e os homens um perfil mais político. Porém, eles nos dão uma indicação de que, entre elas, há um maior percentual de recrutadas em redes sociais diferentes daquelas baseadas na participação em eleições.

Todos os dados que apresentaremos a seguir referem-se a um universo de 162 secretários (141 secretários e 21 secretárias) nomeados em 2007 e 143 secretários (125 secretários e 18 secretárias) nomeados em 2010.

Primeiramente, examinaremos o perfil dos secretários e das secretárias nomeadas, considerando a idade, estado civil e escolaridade – todas essas informações como apresentadas na base de dados do TSE. Em um segundo momento, o exame será o das trajetórias políticas dos secretários e das secretárias, indicando a que cargo concorreram, se foram eleitos, se foram reconduzidos às secretarias, etc.

3.5.1. Perfis dos secretários e secretárias estaduais.

Em relação à idade encontramos uma média relativamente elevada tanto entre aqueles nomeados em 2007 (53,9 anos) quanto entre aqueles nomeados em 2011 (51,1 anos). Na Tabela 24 podemos ver a distribuição dos e das secretárias por faixas de idade.

Tabela 24. Percentual e número absoluto dos secretários e secretárias nomeados/as em 2007 e 2011 distribuídos por faixa etária.

Faixa etária	Sexo Secretário(a)					
	2007			2011		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
20-29	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0,8% (1)	0,7% (1)
30-39	4,8% (1)	5,0% (7)	4,9% (8)	0% (0)	12,8% (16)	11,2% (16)
40-49	33,3% (7)	24,1% (34)	25,3% (41)	22,2% (4)	27,2% (34)	26,6% (38)
50-59	52,4% (11)	46,1% (65)	46,9% (76)	44,4% (8)	40,0% (50)	40,6% (58)
60-69	9,5% (2)	19,9% (28)	18,5% (30)	33,5% (6)	17,6% (22)	19,6% (28)

Mais de 70	0% (0)	5,0% (7)	5,0% (7)	0% (0)	1,6% (2)	1,4% (2)
------------	--------	----------	----------	--------	----------	----------

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais e TSE.

Observamos, tanto entre os secretários e as secretárias, que a faixa etária com maior concentração era a de 50-59 anos. Observamos também que não há nenhuma secretária, nos dois anos analisados, entre as faixas de 20-29 anos e de mais de 70 anos. O secretário mais jovem nomeado em 2007 tinha 30 anos e o mais idoso 77. Entre os nomeados em 2011, o mais jovem tinha 27 anos e o mais velho 72 anos.

Entre as secretárias nomeadas em 2007, a mais jovem tinha 39 anos, nove anos a mais que o secretário mais jovem. A secretária mais idosa tinha 69 anos, oito anos a menos que seu colega do sexo masculino. Em 2011, a idade mínima encontrada entre as secretárias foi de 41 anos, ou seja, quatorze anos a mais que o secretário mais jovem. Novamente a secretária mais idosa tinha 69 anos.

As mulheres parecem então demorar mais tempo para acumular o capital político necessário para serem nomeadas. E na faixa de idade mais superior podem não aparecer, pois nela estão pessoas que nasceram em uma geração na qual as mulheres não tinham ou haviam acabado de adquirir o direito de participar da política, o que dificulta encontrar mulheres dessa geração com acesso aos cargos de poder.

Araújo e Alves (2007) observam que, entre os/as candidatos/as a deputado/a federal, 52% das mulheres e 48% dos homens encontravam-se na faixa etária de 45 a 59 anos, constatando “o que este e outros estudos já haviam identificado e sugerido: as mulheres levam mais tempo para tentar ou para construir uma carreira política que os homens” (p.555).

Entre aqueles nomeados em 2007 não havia diferenças significativas entre homens e mulheres (54,1 anos e 52,4 anos, respectivamente). Já entre os nomeados em 2011 houve uma diferença importante, com as mulheres apresentando uma média de idade superior à dos homens em mais de 5 anos (56,1 e 50,4 respectivamente), o que vai ao encontro da tendência apresentada por Araújo e Alves (2007).

Como já dissemos no capítulo anterior, a ocupação de determinadas secretarias estaria vinculada a um maior acúmulo de capital político, portanto levantamos a hipótese de que ocupar determinadas secretarias demandaria mais tempo de experiência na política. Analisando as médias de idade, de acordo com as categorias que estamos trabalhando, observamos que as médias de idade em 2007 e 2011 respectivamente daqueles que ocupam secretarias de *hard politics* (52,7; 55,2) é ligeiramente superior quando comparados com

aqueles que ocupam as secretarias de *soft politics* (51,9; 54,70) e com aqueles que ocupam as *midle politics* (50,2; 52,56).

Buscamos analisar também a situação civil dos secretários e das secretárias estaduais. Como vimos no capítulo 1, a literatura feminista aponta a dificuldade das mulheres em conciliar e alcançar o sucesso em administrar as obrigações familiares, do trabalho e participar da política. O elevado percentual de mulheres separadas/divorciadas e solteiras pode ser indicativo dessa dificuldade.

De maneira geral, observamos que, considerando o total de secretárias/os, a maioria (75,9% em 2007 e 77,6% em 2011) era casada. Contudo, como podemos ver na Tabela 25, há diferenças importantes entre secretários e secretárias.

Tabela 25. Percentual e número absoluto dos secretários e secretárias nomeados/as em 2007 e 2011 distribuídos por estado civil.

Estado Civil	Sexo Secretário(a)					
	2007			2011		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Solteiro(a)	28,6% (6)	7,8% (11)	10,6% (17)	27,8% (5)	11,2% (14)	13,3% (19)
Casado(a)	47,6%(10)	80,1% (113)	75,9% (123)	50,0%(9)	77,6%(97)	74,1%(106)
Separado(a) /Divorciado(a)	23,8% (5)	10,7% (15)	12,3% (20)	22,2% (4)	11,2% (14)	12,6% (18)
Viúvo(a)	0% (0)	1,4% (2)	1,2% (2)	0% (0)	0% (0)	0% (0)

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais e TSE.

Enquanto em 2007 mais de 80% dos secretários eram casados, as casadas correspondiam a menos que a metade do total de secretárias. Em 2011, novamente entre os homens, o percentual de casados (77,6%) é bem maior do que o percentual de mulheres casadas (50,0%). Entre as secretárias também há um percentual muito maior de solteiras (28,6% em 2007 e 27,8% em 2011) que de solteiros entre os secretários (7,8% em 2007 e 11,2% em 2011).

Em relação grau de escolaridade, os dados até então nos apontam para níveis bastante elevados, tanto para homens como para mulheres. Os secretários e secretárias que possuem nível superior representaram mais de 80% do total de secretários nos dois períodos analisados – 84,6% em 2007 e 82,5% em 2011.

Tabela 26. Percentual e número absoluto dos secretários e secretárias nomeados/as em 2007 e 2011 distribuídos por faixa de escolaridade.

Escolaridade	Sexo Secretário(a)					
	2007			2011		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Primário completo/incompleto	0% (0)	2,1% (3)	1,9% (3)	0% (0)	0,8% (1)	0,7% (1)
Ginasial completo/incompleto	0% (0)	0% (0)	0% (0)	5,6% (1)	1,6% (2)	2,1% (3)
2º Grau completo/incompleto	0% (0)	9,9% (14)	8,6% (14)	0% (0)	6,4% (8)	5,6% (8)
Superior incompleto	0% (0)	5,7% (8)	4,9% (8)	11,1% (2)	8,8% (11)	9,1% (13)
Superior completo	100% (21)	82,3% (116)	84,6% (137)	83,3% (15)	82,4% (103)	82,5% (118)

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais e TSE.

Índices elevados de escolaridade, tanto em relação a candidatos quanto ao de eleitos, quando comparado àqueles encontrados na população brasileira em geral, também foram encontrados em diversas pesquisas sobre o perfil da elite política brasileira. Perissinoto, Costa e Tribess (2009) observaram que 59,4% dos deputados estaduais paranaenses possuíam no mínimo o título de graduados em uma universidade. Braga, Veiga e Miríade (2009) apontam que dentre os candidatos e dentre os eleitos para a Câmara dos Deputados em 2006, 65,7% e 81,4%, respectivamente, tinham ensino superior. Pinheiro (2007), em relação às deputadas federais eleitas de 1987-2002, observa que 83% possuíam título superior.

É significativo observar que entre as secretárias nomeadas em 2007, todas possuíam nível superior. Apesar de os homens também apresentarem um alto nível de escolaridade, 17,7% deles não possuíam o título superior. Os dados de 2011 também mostram melhores taxas de escolaridade entre as mulheres.

Nossos dados apontam para uma tendência de maior grau de escolarização entre as secretárias. Eles vão ao encontro dos estudos de sociologia do trabalho e profissões que apontam que as mulheres que chegam a altos cargos são mais qualificadas que os homens, pois sofrem mais cobranças para comprovarem que são realmente qualificadas para determinado cargo, “apesar” de serem mulheres. Elas parecem encontrar em suas trajetórias políticas maiores obstáculos e filtros mais rígidos que os homens.

Em relação ao partido político dos secretários que se candidataram, podemos observar uma predominância de filiação a partidos de esquerda (45,1% em 2007 e 46,2% em 2011).

Como não temos as informações sobre a filiação partidária dos secretários e secretárias que não se candidataram, nossa análise resta limitada.

Tabela 27. Percentual e número absoluto dos secretários e secretárias nomeados/as em 2007 e 2011 distribuídos por perfil ideológico de filiação partidária.

Partido	Sexo Secretário(a)					
	2007			2011		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Esquerda	71,4% (15)	41,2% (58)	45,1% (73)	55,6% (10)	44,8% (56)	46,2% (66)
Centro	14,3% (3)	31,2% (44)	29,0% (47)	38,9% (7)	28,0% (35)	29,4% (42)
Direita	14,3% (3)	27,6% (39)	25,9% (42)	5,5% (1)	27,2% (34)	24,4% (35)

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais e TSE.

É interessante observarmos que a predominância em geral dos secretários/as nos partidos de esquerda é acentuada quando analisamos as mulheres em separado. Em 2007, enquanto as secretárias filiadas a um partido de esquerda representavam 71,4% do total de secretárias, entre os homens, os filiados a partidos de esquerda representavam 41,2%. Em 2011, esses percentuais são de 55,6% entre as mulheres e 44,8% entre os homens. Os dados indicam a confirmação da tendência apontada pela literatura de que as mulheres encontrariam mais espaço nos partidos de esquerda.

Ainda, em relação aos partidos, buscamos avaliar em que medida há uma correspondência entre os partidos dos governadores e dos eleitos. Observamos que, do total dos secretários que foram candidatos, menos da metade não era do mesmo partido do governador: 40,1% em 2007 e 32,2% em 2011.

Tabela 28. Percentual e número absoluto dos secretários e secretárias nomeados/as em 2007 e 2011 distribuídos por equivalência partidária em comparação ao partido do governador/a.

Mesmo partido do governador	Sexo Secretário(a)					
	2007			2011		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Sim	52,4% (11)	38,3% (54)	40,1% (65)	61,1% (11)	28,0% (35)	32,2% (46)
Não	47,6% (10)	61,7% (87)	59,9% (97)	38,9% (7)	72,0% (90)	67,8% (97)

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais e TSE.

Sabemos que é comum, nos processos de eleições majoritárias no Brasil, a formação de coligações para o lançamento das candidaturas. Isso significa que, quando um governador é eleito, deverá compor seu governo com representantes ou com indivíduos indicados pelos

diversos partidos que compuseram sua coligação, o que explicaria o fato de que menos da metade dos secretários/as sejam do mesmo partido do governador.

Contudo, há uma diferença importante quando avaliamos secretários e secretárias separadamente. Nas duas eleições, a maioria das secretárias eram filiadas ao mesmo partido do governador (52,4% em 2007 e 61,1% em 2011), enquanto que, entre os secretários, a maioria era filiada a partidos diferentes do partido do governador (61,7% em 2007 e 72,0% em 2011). Nossa hipótese é a de que, como os partidos dos governadores detêm o poder para indicar um maior número de secretários/as, mais mulheres seriam nomeadas. Já os outros partidos que compõem a coligação, por terem menos vagas para preencherem, nomeariam menos mulheres.

3.5.2. Trajetórias políticas dos secretários e secretárias estaduais.

Considerando que, por questões metodológicas, restringimos nossa análise aos secretários e secretárias que foram candidatas/as nas últimas eleições estaduais, nesta última parte do capítulo, iremos discutir como a ocupação de cargos de nomeação dialoga com a participação em processos de competição eleitoral. Buscaremos investigar se há diferenças na forma como homens e mulheres desenvolvem esses diálogos em suas carreiras políticas.

A ocupação de cargos públicos não eletivos aparece em algumas pesquisas sobre recrutamento e carreira política eleitoral como um importante elemento constituinte da carreira dos eleitos. Em sua análise das deputadas eleitas para a Câmara Federal, Pinheiro (2007) afirma que,

A ocupação desses cargos é deveras importante para aqueles que almejam alcançar a Câmara Federal, não só porque se constituem em esferas de treinamento e aquisição de *habitus* políticos fundamentais para a atividade parlamentar, mas também porque conferem (ou renovam) a visibilidade de quem os ocupam, contribuindo para a construção de suas bases eleitorais. (p.122)

Entre as 76 deputadas federais cujas carreiras foram analisadas por Pinheiro, 14,5% haviam sido secretárias municipais, 17,1% secretárias estaduais e 3,9% ministras/secretárias de estado⁵¹. A autora observa ainda que metade das deputadas não haviam ocupado nenhum

⁵¹ Na análise de Pinheiro, cada deputada pode ter ocupado mais de um cargo, sendo consideradas todas as entradas. Ela considerou em sua pesquisa a ocupação dos seguintes cargos públicos: presidente/diretora de empresa pública, presidente/superintendente de fundações públicas, assessora da presidência da República, diretora/coordenadora em secretarias e fundações públicas; e procuradora estadual.

dos cargos públicos considerados por ela. Para Pinheiro, esses dados eram significativos da falta de capital político acumulado entre as deputadas.

Em uma pesquisa sobre as trajetórias políticas dos deputados federais no Maranhão e no Rio Grande do Sul, Grill (2008) considera a ocupação de cargos na administração pública uma importante porta de entrada no campo político. Sua pesquisa aponta que, entre os deputados federais eleitos de 1945 à 2006, 50% dos eleitos pelo Maranhão e 25% dos eleitos pelo Rio Grande do Sul começaram suas carreiras ocupando cargos públicos administrativos (considerando os cargos de primeiro e segundo escalão nos três níveis de governo).

Em nossa pesquisa analisaremos a interação entre a ocupação de cargos públicos eletivos e nomeados por uma lógica diferente dos trabalhos acima mencionados: observaremos a participação dos secretários e secretárias nas últimas eleições. Como vimos anteriormente, 31% dos nomeados em 2007 e 27% dos nomeados em 2011 foram candidatos nas eleições de 2006 e/ou 2010.

Analisaremos separadamente a participação em eleições antes da nomeação e em eleições após a ocupação de uma secretaria. Nas tabelas seguintes, podemos ver para quais cargos foram candidatos/as e eleitos/as os secretários e as secretárias nomeados em 2007 e 2011, considerando a eleição anterior à sua nomeação. Dos secretários nomeados em 2007, 116 (10 mulheres e 106 homens) haviam se candidatado nas eleições de 2006. Dos nomeados em 2011, 120 (13 mulheres e 107 homens) haviam se candidato nas eleições de 2010.

Tabela 29. Percentual e número absoluto dos secretários/as nomeados em 2007 candidatos e eleitos nas eleições de 2006 distribuídos por cargo em disputa.

Cargos para os quais foram candidatos/ eleitos	Sexo Secretário(a)					
	Candidatos			Eleitos*		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Presidente	0% (0)	0,9% (1)	0,9% (1)	0% (0)	0% (0)	0% (0)
Governador	0% (0)	2,9% (3)	2,6% (3)	0% (0)	0% (0)	0% (0)
Vice-governador	0% (0)	4,7% (5)	4,3% (5)	0% (0)	100% (5)	100% (5)
Senador	10,0% (1)	0,9% (1)	1,7% (2)	0% (0)	0% (0)	0% (0)
1º suplente Senador	0% (0)	4,7% (5)	4,3% (5)	0% (0)	80,0% (4)	80,0% (4)
2º Suplente Senador	0% (0)	0,9% (1)	0,9% (1)	0% (0)	100% (1)	100% (1)
Deputado Federal	30,0% (3)	26,5% (28)	26,7% (31)	0% (0)	53,6% (15)	48,4% (15)
Deputado Estadual	60,0% (6)	58,5% (62)	58,6% (68)	83,3% (5)	77,4% (48)	77,9% (53)

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais e TSE.

Nota:* Os percentuais de eleitos referem-se ao total de candidatos por cada cargo.

Tabela 30. Percentual e número absoluto dos secretários/as nomeados em 2011 candidatos e eleitos nas eleições de 2010 distribuídos por cargo em disputa.

Cargos para os quais foram candidatos/ eleitos	Sexo Secretário(a)					
	Candidatos			Eleitos*		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Presidente	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0% (0)
Governador	0% (0)	1,9% (2)	1,7% (2)	0% (0)	0% (0)	0% (0)
Vice-governador	0% (0)	3,7% (4)	3,3% (4)	0% (0)	75% (3)	75% (3)
Senador	7,7% (1)	1,9% (2)	2,5% (3)	0% (0)	0% (0)	0% (0)
1° suplente Senador	0% (0)	2,8% (3)	2,5% (3)	0% (0)	33,3% (1)	33,3% (1)
2° Suplente Senador	0% (0)	0,9% (1)	0,8% (1)	0% (0)	0% (0)	0% (0)
Deputado Federal	15,4% (2)	38,3% (41)	35,8% (43)	50,0% (1)	73,2% (30)	72,1% (31)
Deputado Estadual	76,9% (10)	50,5% (54)	53,4% (64)	60,0% (6)	77,8% (42)	75% (48)

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais e TSE.

Nota:* Os percentuais de eleitos referem-se ao total de candidatos por cada cargo.

O primeiro dado a ser destacado, em relação aos secretários nomeados, considerando os dois períodos de governo em análise, é o de que a maior parte daqueles que se candidataram concorreram a um cargo nas Assembléias Legislativas – 58,6% dos nomeados em 2007 e 53,4% dos nomeados em 2011. O segundo cargo para o qual mais secretários nomeados haviam se candidato foi o de deputado federal – 26,7% e 35,8% dos secretários nomeados em 2007 e 2011, respectivamente.

Lendo os dados sob outra perspectiva, observamos que, dos 522 secretários nomeados em 2007, 99 (19,0%) haviam se candidato nas eleições anteriores a sua nomeação a um cargo de deputado federal ou de deputado estadual. Dos 529 nomeados em 2011, 107 (20,2%) haviam se candidato para deputado federal ou estadual na eleição de 2010.

Analisando separadamente os dados de homens e mulheres, é mantida a predominância de secretários/as que se candidataram a um cargo de deputado/a estadual. Em relação aos nomeados/as em 2011, há uma diferença importante entre os sexos: enquanto entre as mulheres 10 (76,9%) haviam se candidato à deputada estadual, entre os homens somente 54 (50,5%) haviam se candidato para deputado estadual. Observa-se, ainda, que, entre as secretárias, nenhuma havia se candidato para um cargo no executivo, enquanto que, entre os homens nomeados em 2007, 9 (1 para o cargo de presidente, 3 para o de governador, 5 para de vice-governador) haviam sido candidatos, e entre os nomeados em 2011, 6 (2 para o cargo de governador e 4 para o de vice-governador) haviam disputado um cargo no executivo.

Observamos, nos dois períodos analisados, que um percentual bastante alto dos secretários/as que se candidataram foi eleito – 67,2% e 69,2% nas eleições de 2006 e 2010, respectivamente. Isso indica que obter uma vitória eleitoral é um elemento importante nos processos de recrutamento para a composição dos governos estaduais. Por outro lado, ganhar a eleição, apesar de importante, não é condição necessária para ser nomeado – em 2007 e 2011 foram nomeados, respectivamente, 38 e 37 secretários derrotados nas urnas. A nomeação para uma secretaria parecer ser, portanto, um troféu por uma vitória para uns, e a compensação por uma derrota para outros⁵².

Identificamos ainda que, entre as mulheres, é menor o percentual de sucesso nas eleições – enquanto aproximadamente metade delas foram eleitas (50,0% em 2006 e 53,8% em 2010), entre os homens foram eleitos mais de dois terços nas duas eleições (68,9% em 2006 e 71,0% em 2010).

Em números absolutos, vale destacar, foram nomeados para as secretarias estaduais, em 2007, cinco deputadas estaduais, quinze deputados federais e quarenta e oito deputados estaduais. Somam-se a eles cinco vice-governadores, quatro primeiros suplentes e um segundo suplente de senadores⁵³. Em 2011, foram nomeados para as secretarias uma deputada federal, seis deputadas estaduais, trinta deputados federais e quarenta e dois deputados estaduais. Ainda em 2011, foram nomeados secretários três vice-governadores e um primeiro suplente de senador.

Analisamos também a participação dos secretários na eleição seguinte à sua nomeação – nesse caso, somente para os secretários nomeados em 2007 e que concorreram às eleições de 2010. Nosso objetivo foi avaliar em que medida a ocupação das secretarias estaduais poderia influenciar na participação e no sucesso dos secretários/as nas disputas eleitorais.

Tabela 31. Percentual e número absoluto dos secretários/as nomeados em 2006 candidatos e eleitos nas eleições de 2010 distribuídos pelos cargos em disputa.

Cargos para os quais foram candidatos/ eleitos	Sexo Secretário(a)					
	Candidatos			Eleitos		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Presidente	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0% (0)

⁵² Sabemos que em uma disputa eleitoral não necessariamente todos os que não foram eleitos fracassaram nas urnas. Há candidatos que mesmo não eleitos conquistaram grande quantidade de votos, importantes para o cálculo do coeficiente eleitoral que beneficia os partidos dos quais são candidatos.

⁵³ Vale lembrar que os deputados federais e estaduais eleitos tiveram que abdicar de seus cargos para assumir as secretarias. Diferentemente, os vice-governadores têm a prerrogativa de acumularem os dois cargos. No caso dos eleitos primeiros e segundos suplentes de senadores, deveriam abdicar de um dos cargos, caso fossem convocados a assumir a vaga no Senado

Governador	0% (0)	3,3% (4)	2,9% (4)	0% (0)	25,0% (1)	25,0% (1)
Vice-governador	0% (0)	6,5% (8)	5,7% (8)	0% (0)	50,0% (4)	50,0% (4)
Senador	0% (0)	5,7% (7)	5% (7)	0% (0)	57,1% (4)	57,1% (4)
1º suplente Senador	5,9% (1)	2,4% (3)	2,9% (4)	100% (1)	100% (3)	100% (4)
2º Suplente Senador	0% (0)	4,9% (6)	4,3% (6)	0% (0)	66,7% (4)	66,7% (4)
Deputado Federal	23,5% (4)	29,3% (36)	28,6% (40)	75,0% (3)	66,7% (24)	67,5% (27)
Deputado Estadual	70,6% (12)	48,0% (59)	50,7% (71)	41,7% (5)	71,2% (42)	66,2% (47)

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais e TSE.

Nota:* Os percentuais de eleitos referem-se ao total de candidatos por cada cargo.

O primeiro ponto que nos chama a atenção é o de que nas eleições de 2010 há um aumento de aproximadamente 16% no número de secretários candidatos quando comparamos com os dados das eleições de 2006 – o número de candidatos entre os secretários passa de 116 para 140. Esses dados parecem indicar, conforme argumenta Messenberg (2006), que a ocupação de um cargo na burocracia pode impulsionar a conquista de um mandato eletivo.

Entre as mulheres, esse aumento é muito maior – de 10 para 17 secretárias candidatas, ou seja, 70% de aumento. Em relação aos cargos, observamos a mesma preponderância de candidaturas para as Assembléias Legislativas, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, tendo eles maior diversidade quanto aos cargos para os quais se candidataram. Novamente observamos que nenhuma secretária foi candidata a um cargo no executivo.

Em relação aos eleitos, apesar de um aumento significativo em números absolutos – passando de 78 antes da ocupação das secretarias para 91 nas eleições posteriores –, não há alteração significativa no percentual de eleitos em relação ao de candidatos – 67,2% em 2006 e 65,0% em 2010.

Novamente, se analisamos secretários e secretárias separadamente, houve proporcionalmente um aumento muito maior na eleição das mulheres de 2006 para 2010: enquanto o número de eleitas saltou de 5 para 9, um aumento de 80%, o número de eleitos passou de 73 para 82, um aumento aproximado de 12%. Vale ressaltar que, considerando o percentual em relação ao número de candidatos, a variação foi pequena: entre as mulheres passou de 50,0% para 52,9% e entre os homens de 68,9% para 66,7%.

Considerando este significativo incremento em termos proporcionais e absolutos do número de candidatas e eleitas nas eleições após o exercício de uma gestão nas secretarias estaduais, levantamos a hipótese de que a ocupação de uma secretaria teria um impacto maior

para aumentar a participação e o sucesso nas disputas eleitorais entre as mulheres, do que entre os homens.

Para avaliarmos melhor esse impacto, seria necessário avaliar quantos que, dessas secretárias e desses secretários que foram nomeados em 2007 e concorreram às eleições de 2011, não haviam participado da eleição antes de serem nomeados/as. Em relação a isso, observamos que, das 17 secretárias que se candidataram em 2010, 11 (64,7%) não haviam se candidatado em 2006. Entre os 123 secretários que se candidataram em 2010, somente 35 (28,5%) não haviam se candidato nas eleições anteriores.

Como não temos as informações anteriores às eleições de 2006 sobre as carreiras dos secretários e secretárias, não podemos afirmar que a ocupação da secretaria funcionou como uma porta de entrada na carreira política eleitoral para as secretárias/os que não haviam se candidato em 2006. Entretanto, é possível sim indicar que a ocupação de uma secretaria tem um impacto maior entre as mulheres na participação nos pleitos eleitorais.

Por fim, buscamos identificar quantos e quais secretários foram nomeados para os períodos de governo em análise, relacionado ainda com a inserção nas disputas eleitorais. Dos 529 secretários/as nomeados/as em 2011, 129 (24,4%) eram secretários no governo anterior. Um percentual um pouco maior das secretárias (25,8%) estavam exercendo sua segunda gestão, quando comparado com os secretários (24,1%).

Dentre os 129 secretários/as reconduzidos a uma segunda gestão, a maior parte (86,0%) não participou das eleições de 2010 – ocorridas entre uma nomeação e outra. Os que participaram somam apenas 18 (14,0%). Comparada à taxa de participação nas eleições de 2010 de todos os secretários nomeados em 2011 (22,7%), observamos que há uma tendência maior de recondução daqueles secretários e secretárias que não participaram dos processos eleitorais.

No entanto, encontramos 18 secretários/as que se abdicaram dos seus cargos, respeitando o prazo máximo de desincompatibilização, participaram das eleições, e ao final da disputa eleitoral foram reconduzidos às secretarias. Desses dezoito, somente duas eram mulheres (11,1%).

Na Tabela 32, podemos ver para quais cargos esses secretários/as se candidataram e quais entre eles/as foram eleitos.

Tabela 32. Número absoluto dos secretários nomeados em 2007 e 2011 e que concorreram às eleições em 2010.

Cargos para os quais foram eleitos	Sexo Secretário(a)					
	Candidatos			Eleitos*		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Vice-governador	0% (0)	6,3% (1)	5,5% (1)	0% (0)	100% (1)	100% (1)
Deputado Federal	0% (0)	43,7% (7)	38,9% (7)	0% (0)	57,1% (4)	57,1% (4)
Deputado Estadual	100% (2)	50,0% (8)	55,6% (10)	0% (0)	100% (8)	8,00% (8)

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos *sites* dos governos estaduais e TSE.

Nota: *Os percentuais de eleitos referem-se ao total de candidatos por cada cargo.

A Tabela 32 nos mostra que as duas secretárias que se candidataram para uma vaga na Assembléia Legislativa perderam as eleições e foram reconduzidas aos seus postos de secretárias. Entre os homens, a grande maioria (81,2%) foi eleita – entre eles, quatro dos sete que haviam se candidato para a Câmara dos Deputados e todos os oito que haviam se candidato para as Assembléias Legislativas.

Sobre as mulheres, uma era Secretária de Educação, não havia se candidatado em 2006, e foi derrotada nas eleições para deputada estadual em 2010. Ao final das eleições foi reconduzida para a mesma secretaria. A outra não foi eleita nas eleições para deputada federal em 2006, foi nomeada, em 2007, secretária de Ciência e Tecnologia, se candidatando em 2010 para deputada estadual e perdendo novamente a eleição. Em 2011 é nomeada novamente secretária, assumindo a Secretaria da Mulher e da Juventude.

Sobre os três secretários que foram derrotados nas eleições de 2010 para deputado federal, um havia sido eleito nas eleições de 2006 para deputado estadual, sendo nomeado em 2007 para a Secretaria de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento. Após a derrota em 2010, é renomeado em 2011 para ocupar a mesma secretaria. O segundo havia perdido também em 2006 as eleições para deputado federal, sendo nomeado em 2007 e 2011 para a Secretaria de Cultura. O terceiro não havia se candidato em 2006 e foi nomeado em 2007 e após perder as eleições em 2010 para a Secretaria de Turismo.

Como já ressaltamos, a limitação de nossa amostra dos secretários não nos permite fazer generalizações sobre seus perfis e trajetórias. Os resultados encontrados devem ser vistos como indicativos de certas tendências, e poderão ser utilizados como ponto de partida para pesquisas mais aprofundadas, sobre quais as características e trajetórias definem o perfil daqueles que são nomeados para um cargo no executivo.

Vale ressaltar ainda que, em contextos políticos diferentes, homens e mulheres com diferentes perfis poderão ser nomeados. Para ficarmos apenas com um exemplo, em um

governo que tenha base em um poder mais tradicional, o pertencimento a determinadas famílias pode por si só garantir a nomeação para um desses cargos, sem necessidade de uma qualificação técnica anterior.

CONCLUSÃO

Vimos ao longo do nosso trabalho que a baixa presença das mulheres na política não é limitada aos cargos ocupados através de recrutamento eleitoral. Apesar de termos encontrado um maior percentual de mulheres eleitas do que de nomeadas, essas não chegam, em nenhum dos três níveis do Poder Executivo, a ocuparem $\frac{1}{4}$ dos cargos disponíveis. A presença de mulheres tende a aumentar quanto menor a importância do cargo, estando elas em maior número nas secretarias municipais do que nas estaduais.

Comparando as equipes dos governos federal e estaduais, formados em 2007 e 2011, verificamos que, como nos cargos eletivos, há uma tendência de crescimento no número de mulheres nomeadas. Somente com a análise de uma série histórica mais longa poderíamos confirmar essa tendência.

Vimos ainda que, além de poucas, as mulheres nomeadas usualmente são escolhidas para ocupar determinadas pastas, cujas temáticas relacionam-se de maneira direta à expectativa do papel a ser desempenhado por elas como responsáveis primárias pelo cuidado com os outros. Confirmamos que sua entrada no campo político, com algumas exceções, ainda é limitada a certos espaços considerados mais “adequados” a elas. Contudo, a comparação dos dados das nomeações para as secretarias estaduais em 2007 e 2011 apontam para uma tendência de maior abertura para a atuação das mulheres nas *hard politics*. E ainda, no âmbito municipal, além de um maior número de mulheres, foi verificada um percentual maior de indicadas a secretarias que lidam com as *hard politics*.

Observamos que, apesar da formação do governo de Dilma Rousseff ser emblemática, somente a presença de mulheres à frente dos ministérios e à frente dos governos estaduais e municipais não garante uma maior presença dessas nas secretarias ministeriais e nas secretarias estaduais. Outros elementos, como a temática a ser trabalhada e o comprometimento individual da dirigente do têm peso nesta questão.

Nossos dados não comprovaram uma relação direta entre o maior número de eleitas e o maior número de nomeadas. Entretanto, no nível regional, o Norte e o Sul aparecem como os extremos da maior e menor presença de mulheres nomeadas, o que vai ao encontro dos dados de cargos eletivos. Os estudos realizados até o momento ainda não conseguiram explicar o que justificaria essas diferenças regionais, considerando que elas vão de encontro à relação direta, apontada pela literatura feminista, entre o maior nível de desenvolvimento sócio-econômico e os percentuais mais elevados de participação política. Destaca-se a

necessidade de um estudo aprofundado especificamente sobre estado do Amapá, que apresenta um dos maiores índices de participação de mulheres, tanto entre os cargos de nomeação, quanto entre os eletivos.

Em relação à influência da posição ideológica do partido, nossos dados no âmbito estadual não confirmam a tendência apontada pela literatura sobre gênero e política, de que os partidos de esquerda tendem a ser mais abertos à participação das mulheres que os de direita. Somente os dados no âmbito municipal corroboraram esta tendência,

Em resumo, se demonstramos a partir de nossa pesquisa que o gênero, enquanto categoria analítica, é significativo na avaliação da nomeação para cargos no Poder executivo, a negligência em relação a esses cargos representava uma lacuna importante nos estudos sobre gênero e participação política no Brasil. Os estudos sobre gênero e poder político devem ser ampliados, pois, se a análise da ocupação de cargos eletivos no legislativo e no executivo é indubitavelmente fundamental, à análise de outros espaços institucionais de poder (administração pública, partidos políticos, Poder Judiciário etc.) deve ser dada a mesma importância.

Apesar da limitação dos nossos dados sobre os perfis e as trajetórias dos nomeados e nomeadas para as secretarias estaduais, destacamos que os dados apontam para um maior grau de escolarização entre as mulheres, e um percentual significativamente menor de casadas entre elas. Em relação às trajetórias, nossos dados são importantes para confirmar que há uma forte interação entre a ocupação de cargos por nomeação e eletivos. Vimos que entre os homens há uma maior quantidade de indivíduos que, simultaneamente ou consecutivamente, participam de processos de recrutamentos eleitorais e de nomeação.

Nossa pesquisa indica ainda que, se, por um lado, participar de disputas eleitorais (independentemente do resultado) pode garantir a nomeação para um cargo no executivo, por outro, ocupar um desses cargos parece estimular a participação em disputas por um mandato eletivo. Entre as mulheres, essa segunda interação demonstrou-se ainda mais significativa. Para um entendimento completo das carreiras da elite política brasileira, a alternância na ocupação de cargos eletivos e nomeados deve ser melhor explorada.

Como já ressaltamos, a limitação de nossa amostra dos secretários não nos permite fazer generalizações sobre seus perfis e trajetórias. Os resultados encontrados devem ser vistos como indicativos de certas tendências, e poderão ser utilizados como ponto de partida para pesquisas mais aprofundadas, sobre quais as características e trajetórias definem o perfil daqueles que são nomeados para um cargo no executivo. Um futuro aprofundamento da

análise das nomeações para cargos no Poder Executivo, ou da nomeação para outros cargos, deveria busca detalhar como o próprio processo de recrutamento, observando especialmente o peso dos partidos políticos nesse processo, limita a presença das mulheres. Para essa análise, nos parece fundamental “ouvir” dos nomeados e das nomeadas, e também dos atores que têm poder de decisão nas nomeações (os dirigentes partidários, por exemplo), quais são os fatores considerados para a escolha dos indivíduos que serão nomeados.

Argumentamos em nosso trabalho que a participação desigual entre os homens e mulheres deve ser compreendida a partir da análise da separação entre as esferas público e privado, a qual resulta em uma injusta divisão sexual do trabalho doméstico e do formal, e que traria ao menos dois conjuntos de obstáculos para sua inserção na política: a falta de tempo e a própria falta de experiência no exercício do poder. Então, a menos que haja uma mudança nas divisões de trabalho entre os sexos no âmbito doméstico, as mulheres jamais conseguirão desenvolver plenamente sua cidadania. Em outras palavras: “se as mulheres devem participar plenamente, como iguais, na vida social, os homens têm que compartilhar igualmente a criação dos filhos e outras tarefas domésticas” (PATEMAN, 1989, p.135).

No entanto, não podemos esquecer que a interação entre o público e o privado não se dá em uma mão única, e que, na verdade, há uma relação de interdependência e de complementaridade entre eles, constituindo relações de liberdade e subordinação e não posições igualmente livres e autônomas para todos os indivíduos, como defendiam os contratualistas.

Se somente mudamos as relações no espaço privado, promovendo, por exemplo, uma equitativa divisão do trabalho doméstico entre os sexos, isso não acaba com o fato de que quem estiver na posição de cuidador estará em desvantagem. Se as esferas pública e privada são interdependentes, a solução dos problemas de uma não pode se furtar de mudanças na outra. Devemos repensar a relação entre a divisão do trabalho em casa e as formas institucionalizadas de divisão das tarefas, a ocupação do tempo nos espaços públicos e privados e a valorização de determinadas atividades (no âmbito do Estado e do mercado) em detrimento de outras. Faz-se necessário, além de uma transformação do espaço doméstico, uma reconfiguração do espaço público, da política e do mercado, garantindo que aquelas pessoas que se responsabilizam pelo cuidado social, independentemente de serem homens ou mulheres, não estejam em desvantagem por isso.

Mais especificamente em relação ao nosso trabalho, isso significa que não defendemos aqui que, para garantir uma efetiva distribuição do poder político, as mulheres deixem de ser

nomeadas para os ministérios ou secretarias que cuidem das *soft politics* e sejam nomeadas somente para as *hard politics*. Na verdade, o que está em jogo é a garantia de uma participação política equitativa e que as opções das mulheres no campo político não estejam previamente definidas, que não haja mais uma “inclusão orientada” destas. E ainda que uma secretaria deixe de ser considerada menos importante, simplesmente por estar vinculada a questões do cuidado. Queremos ver as mulheres ocupando todos os espaços da política e queremos que a importância dada aos diferentes temas no campo político não sejam baseadas apenas nas relações de poder que constituem o próprio campo, mas sim na sua importância na vida dos indivíduos afetados por esta política.

Por fim, como dissemos, algumas características próprias do sistema político também influenciam na baixa presença de mulheres. Em relação às nomeações, nos falta ainda um entendimento mais aprofundado das características desse processo. Acreditamos que a mesma atenção que tem sido dada à participação das mulheres nas eleições também deve ser dada a esta participação nos processos de nomeação. E, da mesma forma que foi criado um mecanismo para estimular o incremento nessa participação, talvez seja necessário a criação de um que garanta uma participação mais equitativa das mulheres nas equipes nomeadas dos governos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Sonia E. *Engendering democracy in Brazil: Womens' movements in transition politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- ARAÚJO, Clara “Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil”. *Estudos Feministas*, vol. 6, nº 1, pp. 71-90. , 1998
- ARAÚJO, Clara. “As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais”. *Dados*, vol. 44, nº 1, pp. 155-94, 2001^a.
- ARAÚJO, Clara. “Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil”. *Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1, pp. 231-52, 2001b.
- ARAÚJO, Clara. “Partidos Políticos e Gênero: Mediações na Rotas de Ingresso das Mulheres na Representação Política”. *Revista de Sociologia e Política*, nº 24, pp.193-215, 2005.
- ARAÚJO, Clara, ALVES, José. “Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas”. *Dados* Vol.50, nº3, 2007.
- BENHABIB, Seyla. *Situating the self. Gender, community and postmodernism in contemporary ethics*. New York: Routledge, 1992.
- BIAGGIO, Angela Maria Brasil. “Kohlberg e a ‘Comunidade Justa’: promovendo o senso ético e a cidadania na escola”. *Psicol. Reflex. Crit.* , vol.10, n.1, 1997.
- BIROLI, Flávia.“Mulheres e política na mídia brasileira: estereótipos de gênero e marginalidade do ‘feminino’ na política”. In: PAIVA, Denise e Heloísa Dias BEZERRA. Goiânia: Cânone Editorial, 2011.
- BIROLI, Flávia e MELO, Janine. “Gênero e representação política: limites e apostas na atuação das deputadas federais na 52^o Legislatura”. In: *Anais Enfoques Feministas e Desafios Contemporâneos*, Belo Horizonte, 2008.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- BONETTI, Alinne de Lima. “Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político”. *Cadernos Pagu*, nº 20, 2003.
- BORRELLI, MaryAnne. "Gender, Credibility, and Politics: The Senate Nomination Hearings of Cabinet Secretaries-Designate, 1975 to 1993." *Political Research Quarterly* 50:171-97. 1997.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 11ª ed, 2007.
- BRAGA, Maria do S., VEIGA, Luciana V. , MIRÍADE, Angel. “Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, n°70, 2009.
- BRUSCHINI, Maria C. A. “Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos”. *Cad. Pesqui.* , vol.37, n.132, pp. 537-572, 2007.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARROLL, Susan J.. "Women Appointed to the Carter Administration: More or Less Qualified?" *Polity* 18:696-706, 1986.
- CFEMEA. Balanço das eleições. (1998 – 2010). Dados disponíveis em http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=category&id=214&Itemid=147
- CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering*. Berkeley: University of California Press, 1978.
- COHEN, Jean. “Rethinking Privacy: autonomy, Identity and the Abortion Controversy”. IN: WEINTRUB, Jeff; KUMAR, Krishan. *Public and Private In Thought and Practice – Perspectives on a Grand Dichotomy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.
- COLLIN, Françoise e LABORIE, Françoise. “Maternidade”. IN: HIRATA, Helena et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Esitora UNESP, 2009.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas do poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: Neim/UFBA, 1998.
- DOLAN, Julie. “Political Appointees in the United States: Does Gender Make a Difference?” *PS: Political Science and Politics*, Vol. 34, No. 2 (Jun., 2001), pp. 213-216
- DURAN, Maria Angeles. *O valor do tempo: quantas horas te faltam ao dia?* Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.
- ELSHTAIN, Jean B. “The displacement of politics”. IN: WEINTRUB, Jeff; KUMAR, Krishan. *Public and Private In Thought and Practice – Perspectives on a Grand Dichotomy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.
- ELSHTAIN, Jean Bethke. *Public man, private woman*. Princeton: Princeton University Press.

1993.

ESCOBAR-LEMMON, Maria e TAYLOR-ROBINSON. "Women Ministers in Latin America Government: When, Where, and Why?" *American Journal of Political Science* vol. 49, NO 4, Pp. 829-844, 2005.

FIRESTONE, Shulamith. *A Dialética do Sexo: um manifesto da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

FRASER, Nancy. *Justice interrupts: critical reflections on the "postsocialist" condition*. New York: Routledge, 1997.

GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1982.

GRILL, Igor Gastal. "Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão: Rio Grande do Sul et Maranhão". *Rev. Sociol. Polit.* 2008, vol.16, n.30 pp. 65-87 , 2008.

HAVENS, Catherine M., e HEALY, Lynne .. "Cabinet-Level Appointees in Connecticut: Women Making a Difference." In *Gender and Policymaking: Studies of Women in Office*, ed. Debra L. Dodson. New Brunswick: Center for American Women and Politics, Rutgers, The State University of New Jersey, 1991

HUDDY, Leoni e TERKILDSEN, Nayda. "The Consequences of Gender Stereotypes for Women Candidates at Different Levels and Types" *Political Research Quarterly*, Vol. 46, No. 3, pp. 503-525, 1993

IPU. *Percentage of women in each National Parliament*, 2011. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

IPEA, SPM E UNIFEM. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. 3. Ed. Brasília, 2008.

KERBY, Matthew. "Worth the Wait: Determinants of Ministerial Appointment in Canada, 1935-2008", *Canadian Journal of Political Science*, 42, September, 2009.

LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

MARTIN, Janet M. "The Recruitment of Women to Cabinet and Subcabinet Posts". *The Western Political Quarterly*, Vol. 42, No. 1 pp. 161-172 , 1989.

MARX, J; BORNER, J & CAMINOTTI, M. *Las legisladoras: cupos de género y política en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2007.

MESSEMBERG, Débora. *A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

- MIGUEL, Luis Felipe . “Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 44. São Paulo, pp. 91-102 , 2000.
- MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. Visibilidade na mídia e campo político no Brasil. *Dados*, vol. 53, nº3, pp. 695-735, 2010.
- MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. . *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, v. 1. 230 p. 2011.
- MIGUEL, Luis Felipe e FEITOSA, Fernanda. “O gênero do discurso parlamentar: Mulheres e Homens na tribuna da Câmara dos Deputados”. *Dados*, vol. 52, nº 1, 2009, pp.201 -221, 2009.
- MIGUEL, Luis Felipe e QUEIROZ, Cristina Monteiro. “Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto, 2006.
- MOURÃO, Tânia F. *Mulheres no Topo da Carreira*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.
- OLIVIERI, Cecília. “Política, burocracia e redes sociais: as nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil”. *Rev. Sociol. Polit.* , n.29 pp. 147-168, 2007.
- OKIN, Susan. *Justice, Gender and the Family*. Basic Books, 1991.
- OKIN, Susan. “Gênero, o público e o privado”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 16 nº 2, 2008.
- OXLEY , Zoe M. e FOX, Richard L. “Women in Executive Office: Variation across American States” *Political Research Quarterly*, Vol. 57, No. 1, pp. 113-120, 2004.
- PATEMAN, Carole. *The disorder of women*. Stanford: Stanford University Press, 1989.
- PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PERISSINOTTO, Renato M. , BOLOGNESI, Bruno. “O recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa”. *Mediações*, v.14, nº1, pp.143-169, 2009.
- PERISSINOTTO, Renato M., COSTA, Luiz D. , TRIBESS, Camila. Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa. *Sociologias*, ano 11, nº22, pp.280-313, 2009.

- PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.
- PHILLIPS, Anne. *Engendering democracy*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1991
- PHILLIPS, Anne. *The Politics of Presence*. Oxford :Oxford University, 1995.
- PINTO, Céli . *Uma história do feminismo no Brasil* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ROSALDO, Michelle Zimbalist. *Woman, Culture and Society*. *Satanford: Stanford University Press, 1974*.
- RUDDICK, Sara. *Maternal Thinking: toward a politics of peace*. Beacon Press, 1995.
- SIAROFF, Alan. “Women's Representation in Legislatures and Cabinets in Industrial Democracies”: *International Political Science Review / Revue internationale de science politique*, Vol. 21, No. 2, pp. 197-215, 2000.
- SPM. Série de Reportagens sobre a Composição dos Novos Executivos Municipais nas Capitais Brasileiras – 2009. Disponível em http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Executivo/Serie_de_reportagens_sobre_a_composio_dos_novos_executivos_municipais_nas_capitais_brasileiras_2009.pdf
- UNIFEM. *O Progresso das Mulheres no Mundo*, 2009. Disponível em WWW.UNIFEM.ORG
- UNITED NATIONS. *The World's Women 2010 – Trends and Statistics*, 2010.
- WEINTRAUB, Jeff. “The Theory and Politics of the Public/Private Distinction”. IN: WEINTRUB, Jeff; KUMAR, Krishan. *Public and Private In Thought and Practice – Perspectives on a Grand Dichotomy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.
- YOUNG, Iris M. *Intersecting Voices: Dilemmas of gender political philosophy and Policy*. Pinceton University Press, 1997.
- YOUNG, Iris M. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.